Editora Betânia

Guy Duty

DIVÓRCIO e Novo Casamento

O casamento é dissolúvel?
Por quais motivos?
Deus aprova um novo casamento?

Título do original em inglês:
Divorce and Remarriage
Copyright © 1967, Bethany Fellowship, Inc.
Minneapolis, Minnesota, E.U.A.

Segunda edição — 1979
Tradução de Myrian Talitha Lins

Todos os direitos reservados pela
Editora Betânia S/C
Caixa Postal 10
30.000 Venda Nova, MG

É proibida a reprodução total ou parcial sem
permissão, por escrito, dos editores.

Composto e impresso nas oficinas da
Editora Betânia S/C
Rua Padre Pedro Pinto, 2435
Belo Horizonte (Venda Nova), MG

Printed in Brazil

Índice

Introdução 7
Prefácio. 9
1. Definição de propósitos. 11
2. A lei do divórcio formulada. 19
3. A carta de divórcio dos judeus 29
4. "Repudiar" significa
dissolução do casamento? 36
5. "Exceto em caso de adultério..." 42
6. O significado de adultério 48
7. A lei de Cristo de Mateus 19.9 58
8. São genuínas as passagens de exceção? 67
9. Por que Mateus registra as exceções
acerca do adultério 71
10. O significado de Romanos 7.1-4 77
11. O significado de 1 Coríntios 7.10-15. 85
12. A posição dos pais da Igreja com relação
a divórcio e novo casamento 103
13. Réplicas às objeções. 112
14. Resumo das evidências 120
Apêndice: oito regras de interpretação 135

Introdução

Este livro resulta de um cuidadoso estudo de muitos anos, levado a efeito pelo autor a respeito da controvertida questão do divórcio e do novo casamento. Seu livro de texto foi a Bíblia. É possível que nem todos concordem com sua interpretação das Escrituras, mas, mesmo assim, ele fornece bases para o estudo do assunto, tanto para as pessoas com casamentos desfeitos, como para os conselheiros matrimoniais.

Sabemos que os cristãos genuínos farão tudo que puderem para corrigir os erros e pecados do passado, mas, em certos casos, esses erros não podem ser corrigidos. O que se deve fazer então? Um casamento pode ser totalmente desfeito de forma a permitir que os cônjuges contraiam novo matrimônio, com o apoio das Escrituras? E quanto àqueles que se divorciaram e se casaram de novo, mas agora questionam a validade de tal relacionamento? Muitas pessoas encontram-se hoje sob este senso de condenação. E há alguns, também, que não estudaram o assunto devidamente, e se põem a condenar os outros com certa precipitação e com muita facilidade, embora eles próprios não possuam amplos conhecimentos do problema.

Se este livro levar os leitores a examinar as Escrituras, em humilde dependência da orientação e ensino de Deus, sentiremos que esta obra atingiu seus objetivos. Ela é entregue ao público, portanto, com a esperança de que o matrimônio será honrado e a santidade do lar preservada. Esperamos também que aqueles que já lutam com o problema de um casamento desfeito possam receber inspiração quanto ao que devem fazer para se certificarem de que possuem a paz de Deus e seu favor.

T. A. Hegre

Prefácio

"Responder antes de ouvir é estultícia e vergonha." (Pv 18.13.)

No sentido correto do termo, todos os intérpretes da Bíblia são preconceituados, isto é, orientam-se por certos princípios que já possuíam antes de encetar a interpretação. (Standard Bible International Encyclopedia.)

Aquele que julga sem informar-se exaustivamente acerca do assunto, não merece desculpas, se julgar erradamente. (John Locke.)

Meus agradecimentos aos detentores dos direitos das citações acima pela permissão gentilmente cedida, e a todos os editores que bondosamente me autorizaram a citar seu material. Tais editores são mencionados junto à citação. Recebi auxílio também das muitas outras fontes que pesquisei nos quatorze anos em que trabalhei no assunto.

Quero dar uma palavra de agradecimento também ao Prof. John Murray, do Seminário Westminster de Filadélfia, que gentilmente me concedeu licença para citar sua obra sobre o divórcio.

O Sr. Elmer Miller, membro antigo da corte de justiça de Nova York, e diligente estudioso da Bíblia, deu-me orientação valiosa por ocasião da publicação de meu primeiro livro acerca do divórcio, a qual foi aproveitada também na nova edição.

Durante muitos anos tenho tido o prazer de discutir o significado do Novo Testamento grego com o Pastor Demosthenes Vlahakis, de Brooklyn, Nova York. Também ele forneceu-me valiosas informações a respeito de pontos importantes.

Mary Kibbe, de Point of Rocks, em Maryland, datilografou o manuscrito final, o que muito agradecemos.

Guy Duty

1

Definição de Propósitos

A controvérsia acerca do divórcio no mundo cristão tem sido interminável. Centenas de escritores têm se expressado a respeito, e ele tem sido debatido em concílios e convenções denominacionais há séculos, mas nosso povo ainda continua sem entendê-lo bem.

Durante mais de vinte anos, defendi a idéia que proíbe o novo casamento do divorciado comprovadamente inocente no caso. Estava tão dominado por essa idéia, que considerava quase como heréticos aqueles que discordavam de mim.

Certo dia, há cerca de quatorze anos, um pastor ligou-me para indagar minha opinião sobre se o divorciado inocente teria o direito de casar-se de novo. Esse pastor tinha em sua igreja alguns jovens que se haviam divorciado, e estava convencido de que eles eram realmente inocentes. Mas, nossa denominação não concede a tais pessoas o direito de um novo matrimônio.

Mais ou menos na mesma época em que esse amigo me telefonou, eu chegara à conclusão de que os versículos acerca do divórcio *poderiam* ser interpretados no sentido de que, em casos de adultério, o outro cônjuge teria direito a um novo casamento, mas eu não saberia dar nenhuma prova disso. E foi assim que

iniciei um estudo do assunto, que durou quatorze anos.

Parece-me que devemos às pessoas divorciadas um estudo mais acurado da questão. Muitos se apressam a fazer afirmações dogmáticas, sem nunca haverem empreendido um estudo detalhado do assunto. Condenam a parte comprovadamente inocente que se casa de novo, sem qualquer prova para reforçar sua posição.

Algumas semanas após haver iniciado o estudo, submeti a um colega pastor vários argumentos que defendiam o direito de um novo casamento para a parte ofendida. Ele se convenceu de que eu estava com a razão. Então arranjou para que eu apresentasse o assunto a um grupo de pastores.

Senti certa apreensão em fazer isso, por causa do que poderia acontecer-me no seio da denominação, mas acabei me convencendo de que a verdade é verdade, e deve sempre ter primazia em minhas considerações. Há *muitos* líderes e pastores que crêem como eu, mas estão receosos de manifestar-se. Deixam seus irmãos divorciados sofrerem o erro, ao invés de defendê-los.

Quando falei ao grupo de ministros, preparara uma tese, que eles aprovaram sem um voto de dissenção. Pedi que apresentassem contestações, mas nenhum deles o fez.

Depois disso, resolvi submeter meu trabalho a um teste completo. Enviei cópias a muitos pastores de vários lugares, a líderes eclesiásticos, professores de teologia, a advogados crentes que conhecem a Bíblia. Pedi-lhes que contestassem as argumentações, e outra vez a reação foi melhor do que eu esperava. Eu orava a Deus no sentido de que, se estivesse enganado, que ele me revelasse, pois meu espírito tremia de pavor ante o pensamento de que pudesse conduzir alguém ao pecado.

Foi-me sugerido, então, que a tese fosse impressa, e assim, no pouco tempo que me restava como pastor de uma igreja de cidade grande, preparei o manuscri-

to para o meu primeiro livro sobre divórcio, o qual foi publicado há dez anos.

Alguns líderes de minha denominação escreveram-me espontaneamente manifestando sua aprovação após a leitura dele, e algumas de nossas escolas solicitaram exemplares para sua biblioteca. Recebi também entusiásticas cartas de apoio por parte de pastores de várias denominações, e de editores, diretores de escolas bíblicas e de advogados crentes. Até onde estou ciente, todos os advogados crentes que leram a obra, concordam em que eu realmente consegui provar minha tese, e alguns deles são excelentes conhecedores da Bíblia.

A questão do divórcio não me afeta pessoalmente, pois não sou divorciado. Mas ela se constitui um sério problema para nossas igrejas, e deveríamos ter a coragem de encará-lo com um estudo completo e imparcial. Muitas pessoas parecem receosas de proceder a uma investigação da verdade.

O divórcio não escriturístico é um dos grandes perigos de nossos dias. Muitas das igrejas modernas são tão lassas em sua aceitação do divórcio como o foram os fariseus dos dias de Jesus, que permitiam a separação por "qualquer motivo". Rejeitamos e detestamos este tipo de divórcio "hollywoodiano".

Acredito que devemos estabelecer princípios rígidos contra o abuso do divórcio, e devemos ater-nos às Escrituras, permitindo apenas aquilo que elas permitem. Muitos líderes eclesiásticos são bem meticulosos na formulação de sua preceituação do divórcio, e não lhes tiramos a razão. Eles não têm sido mais exigentes do que nós mesmos.

Digna de observação é a prática de certas denominações que não permitem a seus pastores celebrarem o casamento de divorciados comprovadamente inocentes, mas recebem tais pessoas em seu rol de membros, se um ministro de denominação diferente realizar a cerimônia.

Um pastor conhecido tinha em sua igreja um casal que desejava casar-se. Um deles era divorciado, e o

pastor estava convencido de que a pessoa era realmente inocente. Disse-lhes que não poderia casá-los devido à posição adotada por sua denominação, mas enviou-os a outro ministro para oficiar o casamento, e disse-lhes que gostaria que voltassem para a igreja e continuassem como membros dela. E esse pastor comentou comigo: "Foi o único ato de hipocrisia que pratiquei."

Aqueles que estão a par das coisas, sabem que acontecem muitos desses fatos em tais denominações. E, em muitos casos, quando essas pessoas divorciadas são as mais qualificadas para desempenhar certos cargos dentro da igreja, o fato de que são divorciadas é mantido em sigilo. Eu me surpreendi algumas vezes com a freqüência em que isto ocorre. Muitos dos pastores que assim procedem reconhecem que sua atitude é mais que incoerente, mas estão presos à tradição denominacional. Admitem que se sentem como hipócritas nesta situação, mas não querem "envolver-se" em problemas.

Quando meu primeiro livro foi publicado, recebeu certa resistência oficial, mas após uma troca de correspondência, estabeleceu-se que outras publicações dele ficariam a meu critério.

Parecia-me estranho que esses líderes fizessem objeções à minha defesa dos divorciados comprovadamente inocentes que se casavam de novo, a quem eles incluíam no seu rol de membros e cujas contribuições recebiam de bom grado.

Muitas pessoas divorciadas e casadas de novo sofrem, nessas igrejas, interminável crueldade moral. São aceitas no rol de membros, participam da Ceia do Senhor, mas sofrem a penalidade moral de não poderem cantar no coro, ensinar na escola dominical, nem realizar quaisquer outros trabalhos na igreja, que os conserva sob as sombras do adultério. São meio-santos, meio-adúlteros.

Não é meu objetivo tentar modificar a posição oficial dessas denominações que admitem o divórcio, mas não um novo casamento. As raízes da tradição

são por demais profundas, e já pode ser muito tarde para se tentar arrancá-las; mas já que recebem na igreja estas pessoas divorciadas e casadas de novo, deviam recebê-las na comunhão plena, e não deixá-las sob a sutil suspeita de adultério. Se Deus as aceita completamente no corpo de Cristo (Ef 4.12), por que não deveriam ser aceitas no corpo da igreja?

Muitas vezes, uma pessoa se encontra atirada de lado para outro a braços com um dilema. Deveria ela acompanhar sua denominação ou defender uma tese que sabe ser verdade, e que pode provar? Deveria ela desconsiderar uma questão moral que afeta milhares de filhos de Deus, comprovadamente inocentes num caso de divórcio, mas acusadas de adultério por haverem se casado de novo? O que fazer quando uma denominação proíbe seus pastores de efetuarem o casamento de uma pessoa assim, mas aceita-a em seu rol de membros, desde que outro pastor oficie a cerimônia?

Rogo aos irmãos que creiam que me dei a este longo e laborioso estudo somente com o propósito de auxiliar os interessados. Longe de mim promover luta e dissenção. Se alguém puder refutar aquilo que escrevi, abençoarei a mão que me corrigir e de bom grado escreverei uma retratação.

Desde que meu primeiro livro foi escrito há dez anos, sei de apenas dois homens que tentaram refutá-lo. Tais pessoas eram consideradas como possuidoras de extraordinário conhecimento das Escrituras. Em meu debate com elas, constantemente, procuravam evadir às dificuldades que cercam sua tese. Recusaram-se a responder perguntas justas que teriam demonstrado seus erros. Ficaram em silêncio, quando foi provado o absurdo de seu arrazoado. Ignoraram a evidência de fatos comprovados, e se outras doutrinas bíblicas tivessem que ser defendidas pelo mesmo método de interpretação que empregaram para defender a impossibilidade de um novo casamento após o divórcio, então as doutrinas cristãs estariam em maus lençóis.

O divórcio anula completamente o casamento? Esta é a questão principal. Se o divórcio por adultério significa a dissolução do casamento, então não pode haver dúvidas acerca do direito do divorciado de contrair novas núpcias. Se não significa, então deve ser negado a tais pessoas o direito de um novo matrimônio.

Algumas pessoas indagam por que a Bíblia não é mais explícita acerca do direito de um novo casamento após o divórcio por adultério, e a resposta é simples. Na Bíblia, o direito de divórcio já carrega consigo o direito de um novo matrimônio. Jesus aprovou o divórcio judaico que permitia novo casamento, mas restringiu a lei a uma causa apenas — adultério.

Este livro apresenta evidências provando que o divórcio bíblico significa a dissolução do casamento. Os que se opõem a este ponto-de-vista alegam que o divórcio não implica em dissolução do vínculo matrimonial. Mas que ele implica apenas em separação, ou indissolução. Desde a época dos pais da igreja do século IV, esta indissolução tem sido mencionada como sendo uma "separação de corpos e bens". A questão, portanto, é entre *dissolução* e *indissolução.*

Eu tomo a posição de que o divórcio por adultério, como Jesus ensinou, significa um rompimento completo do vínculo conjugal. Após tal divórcio, o casamento está anulado, sem efeito, e terminado. É como se o cônjuge adúltero houvesse morrido. Se a tese da dissolução puder ser provada, então não há dúvidas quanto ao direito de um novo casamento, pois nossos oponentes negam esse direito apenas com base na indissolubilidade.

O divórcio com força dissolutiva era o único reconhecido pelos judeus, e Jesus não deu a menor indicação de que pudesse existir outro tipo. Era também o único tipo reconhecido pelos gregos e romanos. O divórcio com sentido apenas de separação não foi introduzido senão alguns séculos depois de Cristo, por monges latinos.

A lei do divórcio e novo casamento apresentada no

Novo Testamento é bem restritiva. Comparada com as trinta razões para o divórcio que há na legislação dos cinqüenta estados de nosso país, ela é bastante limitada. Os antigos judeus permitiam o divórcio e novo casamento por "qualquer motivo". Nos Estados Unidos, a situação é quase a mesma — vai desde portamento de lepra, no Havaí, a vadiagem, no Missouri, até incompatibilidade no Alasca e crueldade mental na Califórnia e outros estados.

Por que o legislador do Novo Testamento rejeitou todos os motivos, menos o da fornicação? Por que a severidade de tal lei? Que filosofia de lei inspirou uma alteração tão drástica e marcante?

Nos tempos do Velho Testamento, era permitido aos homens possuir inúmeras esposas, e concubinas, e alguns dos maiores santos nasceram de casamentos polígamos. Mas, pela lei do Novo Testamento, cada homem pode possuir apenas uma esposa, e se ela adulterar e divorciar-se dele, então, se estiverem certos os nossos amigos defensores da indissolubilidade, ele não pode ter nem uma.

Mas ao limitar o divórcio a uma única causa, Jesus como que aprisiona homens e mulheres a um casamento infeliz? Como não há o caso de adultério para dissolver a união, por que ele exige que continuem numa existência miserável, para toda a vida, e deixa-os, no dizer do poeta Milton, como "duas carcassas acorrentadas, de forma desnatural"? Que razão a lei moral apresenta para exigir isso das pessoas.

Estas e outras perguntas e problemas relacionados com o divórcio poderiam constituir-se interessantes pontos de discussão, mas não é nosso objetivo escrever a esse respeito. Apreciaremos a lei do divórcio e novo casamento exposta no Novo Testamento, considerando-a de acordo com as evidências que reunimos. Vamos partir então da premissa que, nos casos de pecados sexuais, Jesus aprovou o divórcio judeu que permitia o novo casamento.

Ao debatermos com algumas pessoas acerca desse assunto, aprendemos que certos pontos requerem

repetição constante, e precisaremos repassá-los várias e várias vezes. O que pode ser redundância para uns, não o é para outros. Temos que lançar luz sobre o assunto partindo de vários ângulos. Esperamos com isso não ofender a inteligência dos mais cultos, pedindo-lhes, então, que sejam pacientes com algo que talvez seja necessário para outros, conquanto não para eles.

Não podemos abordar todos os problemas e questões de alguns casos de divórcio. O objetivo deste livro são os casos onde há provas claras de culpa e inocência (e existem milhares de casos assim).

Cortei grande parte do material que consegui reunir originalmente, deixando apenas os fatos essenciais, condensando-os e organizando-os de forma a tornar-se mais simples para o leitor acompanhar a linha do pensamento. Estude os fatos. Leia, pense, volte a ler. Você poderá surpreender-se com o que aprenderá.

Peço a cada leitor que guarde consigo seu veredito até chegar ao fim do volume. Neste livro, freqüentemente faço referência às regras de interpretação, e, no fim dele, apresento-as num apêndice, de forma resumida. Agora, portanto, tome assento na bancada de jurados, e eu lhe apresentarei as provas em favor da dissolubilidade do matrimônio.

2

A Lei do Divórcio Formulada

Também foi dito: Aquele que repudiar sua mulher, dê-lhe carta de divórcio.
Eu, porém, vos digo: Qualquer que repudiar sua mulher, exceto em caso de adultério, a expõe a tornar-se adúltera; e aquele que casar com a repudiada, comete adultério.

Jesus refere-se aqui à lei oficial de Israel acerca do divórcio, já em uso pelos judeus havia quatorze séculos. Para entender esta questão do divórcio no Novo Testamento, precisamos conhecer o histórico dele no Velho Testamento. Devemos estudar o assunto à luz de suas origens. É necessário conhecer a conjuntura social em meio à qual a questão foi criada. Todas as autoridades em interpretação tanto da lei como da teologia afirmam que devemos começar do início. Façamos isto, então.

No tempo de Moisés, assim como em outros tempos, muitos judeus eram cruéis com suas esposas, e por causa dessa crueldade e dureza de coração, Deus permitiu o divórcio. Esses judeus cruéis divorciavam-se de suas esposas "por qualquer motivo" (Mt 19.3). Divorciavam-se por questões as mais fúteis — como, por exemplo, se elas queimavam o pão, ou não temperavam a comida adequadamente, ou se não gostavam de suas maneiras, ou se não era boa dona de casa, "se ela estragava um prato ao prepará-lo", e

"até se encontrasse outra mais bela que ela". O repúdio à mercê dos caprichos deles e a seu bel-prazer dominava a regulamentação do divórcio entre os judeus (*Talmude; Josefo*).

Tudo que um judeu precisava fazer, se desejava divorciar-se da esposa, era dar-lhe carta de divórcio, em presença de duas testemunhas. O casamento estaria então legalmente dissolvido, e ambas as partes eram livres para contrair novo matrimônio. Esta "carta de divórcio" está registrada em Deuteronômio 24.1,2.

> Se um homem tomar uma mulher e se casar com ela, e se ela não for agradável aos seus olhos, por ter ele achado cousa indecente nela, e se ele lhe lavrar um termo de divórcio, e lho der na mão e a despedir de casa; e se, saindo da sua casa, for, *e se casar com outro homem.*

Alguns gramáticos hebreus mostram-se incertos quanto ao significado da palavra "indecente" neste verso. O vocábulo hebraico é *ervah-dover*, que tinha diversas interpretações no *Talmude* judeu, variando de um século para outro e de um país para outro. É traduzida como "obnóxio" e "indecoroso" no *Torá* judeu e no *Texto Massorético.* A palavra hebraica que se traduziu por "contaminada" no verso 4 significa "incapacitada", e implica numa desabilitação ritual e não moral.

(Mantive interessante correspondência com teólogos judeus acerca do significado de tais vocábulos. Um desses homens era membro do comitê oficial de traduções para os judeus, nos Estados Unidos e outro era perito em lei rabínica.)

Algumas pessoas argumentam que "indecente" referia-se a imoralidades, mas isso não poderia ser verdade, pois a judia infiel era apedrejada até a morte. Quando os teólogos judeus levaram a questão do divórcio a Jesus, mencionaram, baseados na lei do Deuteronômio, que o divórcio era permitido "por qualquer motivo". Jesus concordou com isso, mas

explicou que tal era devido à dureza de seus corações (Mt 19.3-9). Em caso de imoralidade por parte da mulher, Jesus não diria que o divórcio era devido à dureza de coração. Isto é provado pelo fato de que o Senhor permitiu o divórcio quando a causa fosse fornicação (Mt 5.32; 19.9). Os teólogos judeus com quem me correspondi nada replicam a este argumento.

O Dr. Alfred Edershein disse que esse conceito de impureza "abrangia quaisquer atitudes impróprias, tais como andar com o cabelo solto, girar na rua, conversar com outros homens com demasiada familiaridade, maltratar os pais do marido em presença deste, gritar, isto é, "falar com o marido em voz tão alta, que o morador da casa vizinha a escute" (*Chetub* 6.6), reputação má em geral, ou a descoberta de fraude anterior ao casamento". (*Sketches of Jewish Life.*)

Mas aqui estamos interessados principalmente no fato de que o divórcio dissolvia o casamento e a mulher podia "se casar com outro homem". Se o segundo marido se divorciasse dela, então o segundo casamento também poderia ser desfeito, e ela estaria livre para casar-se pela terceira vez; mas Deus especificava que ela não podia voltar ao "primeiro marido" (Dt 24.3,4). Quando a mulher se casava pela segunda vez, ela não tinha dois maridos, pois Deus falava do antigo marido como "*primeiro* marido".

Se o divórcio não significasse a dissolução completa do matrimônio, não consigo ver outra explicação nesse caso para o fato de que Deus aprovaria o adultério e também a ilegitimidade dos filhos que nascessem dessas segundas núpcias.

Se a lei de divórcio aprovada por Deus fala apenas em "separação", por que não ordenou ele que esta mulher permanecesse sem casar, ao invés de dizer que ela poderia casar-se de novo?

Nossos oponentes irão relembrar-nos que tal divórcio só foi permitido por causa da "dureza do coração". É verdade, mas Deus não poderia ter permitido um casamento adúltero, fosse qual fosse a

causa do divórcio. Portanto, aqui nas próprias origens do divórcio está clara e fortemente provado que o divórcio bíblico implicava na dissolução total do casamento, com direito a novo casamento.

Na época em que Jesus pronunciou aquelas palavras promulgando sua nova lei do divórcio em Mateus 5.32, o problema do divórcio estava aceso na Palestina. Na história judaica, essa questão é conhecida como a disputa de Hillel e Shammai. Hillel e Shammai eram dois famosos rabis, líderes de duas escolas rabínicas de Jerusalém. Viveram cerca de uma geração antes de Cristo. Hillel conquistou fama como autoridade na lei mosaica. Shammai também chegou à proeminência como mestre da lei.

Hillel ensinava que um judeu poderia divorciar-se da esposa por qualquer motivo. Shammai defendia a idéia de que o divórcio só era legal por causa de fornicação. A disputa, debatida de norte a sul naquela terra, revolvia em torno do *qualquer motivo* de Hillel e do *motivo único* de Shammai. Lembremo-nos de uma coisa! Não se tratava de uma disputa sobre a possibilidade ou não de um novo casamento, mas somente das legítimas causas do divórcio, que permitiam novas núpcias.

A impossibilidade de novo casamento após o divórcio era problema desconhecido dos judeus.

O Dr. Alfred Edersheim, mundialmente conhecida autoridade sobre o Novo Testamento, escreveu o seguinte:

> Acerca da questão: que motivos constituiriam as bases legítimas para o divórcio? as escolas se dividem. Todos defendem a idéia de que o divórcio é legítimo, questionando-se apenas suas motivações. (*The Life and Time of Jesus the Messiah.*)

Se o leitor examinar este assunto à luz do contexto histórico, a névoa da incerteza se dissipará.

> O princípio é que, se a maioria dos documentos relaciona-se com as circunstâncias nas quais foram

escritos, o juiz que os interpretar deve estar o mais próximo possível da situação vivida pelo autor. (*Encyclopedia Britannica* — interpretação de documentos.)

Várias autoridades têm escrito acerca da disputa entre Hillel e Shammai. Westermarck, por exemplo, foi autoridade de tão elevada posição que é citado na Encyclopedia Britannica, em seu verbete sobre casamento. Ele escreveu:

> Como Shammai e sua escola, Cristo ensinou... que um homem pode repudiar sua esposa por causa de adultério, mas por nenhuma outra razão. (*The History of Human Marriage.*)
> Duas opiniões opostas foram sustentadas pelos sucessores de Hillel e Shammai, os cabeças das duas escolas antagônicas... E era entre estes dois partidos opostos que os fariseus queriam que Jesus fizesse sua escolha. (Mt 19.3.) (*Pulpit Commentary.*)
> Com esta condição, (exceto no caso de adultério) o ensino do Senhor torna-se semelhante à mais restritiva escola dos intérpretes judeus (Shammai). Portanto, implicitamente, ele toma partido com a mais severa escola de interpretação. *(Dictionary of Christ and the Gospels.)*
> A prova (Mt 19.9) centraliza-se na disputa que dividia as duas grandes escolas rabínicas, das quais um (Hillel) defendia a idéia de que o homem poderia divorciar-se de sua esposa por qualquer motivo... e a outra (Shammai) que o divórcio só poderia ser concedido em caso de infidelidade. Os inquisitores de Cristo estavam ansiosos por saber que lado ele iria esposar. (*Word Studies in the New Testament.*) Mas o principal objetivo deles (fariseus) evidentemente era atrair Cristo para uma controvérsia com uma das escolas rabínicas. (Mt 19.3.) (*The Life and Times of Jesus the Messiah.* Alfred Edersheim.)

A disputa Hillel-Shammai está registrada em muitas fontes importantes. De grande interesse é o comentário feito pelo grande estudioso do Novo Testamento, Prof. A. T. Robertson, que cita McNeile:

> Não se pode supor que Mateus desejasse apresentar Jesus tomando partido ao lado da escola de Shammai.

E o Prof. Robertson replica:

> Por que não, se Shammai nesse ponto concordou com Jesus? Aqueles que negam o registro de Mateus, são os que se opõem a um novo casamento. Por inferência, em Mateus 5.31, Jesus permite um novo casamento à parte inocente. *(Word Studies in the New Testament.)*

Os teólogos judeus concordam com os teólogos gentios neste ponto. Eles citam Mateus 5.32 e 19.9 como tendo o mesmo pensamento de Shammai. Ver *Universal Jewish Encyclopedia e Jewish Encyclopedia.*) Também os teólogos católicos romanos concordam com isso. (Ver *Catholic Encyclopedia.*)

Estes fatos históricos apóiam nossa interpretação do divórcio, isto é, implicando na total dissolução do casamento. Não existe nas circunstâncias históricas a menor evidência que apóie o ensino de que o divórcio bíblico seja apenas "separação de corpos e bens". Isto não é um termo bíblico. Não é encontrado na Bíblia.

Todos os livros que li, cujos autores defendem a tese da indissolução do casamento (somente em uma biblioteca, trinta e cinco deles) ignoravam estes fatos históricos, e isso é suficiente para justificar de nossa parte uma rejeição de seu ensino.

Podemos concluir, então, que Jesus ao decidir a questão do divórcio, indiretamente, resolveu a disputa entre aqueles grupos opostos. Nas disputas sérias que eram levadas a Jesus para se obter-se sua decisão, seu propósito principal não era julgar as controvérsias de facções contendoras, mas, ao fazer suas afirmações

resultava incidentalmente que o peso da autoridade divina caía para o lado de um dos contendores.

Jesus, sendo a Divina Corte de Apelações, dava decisões simples e claras às questões morais que lhe eram encaminhadas. Elas careciam de esclarecimentos e era do interesse do Estado judaico que o Messias assim fizesse.

O pagamento dos tributos a César, por exemplo, era outra questão debatida em Israel com certo nervosismo. Os fariseus e herodianos estavam divididos na matéria. Os fariseus afirmavam que os judeus não deviam pagar o tributo a Roma, mas os herodianos diziam o contrário. Quando o problema foi levado a Cristo, sua decisão foi favorável aos herodianos. Os fariseus estavam errados. (Mt 22.17-21.)

A questão da ressurreição dos mortos era motivo de contenda entre os fariseus e saduceus. Estes ensinavam que não havia ressurreição. Os fariseus ensinavam que havia. Os saduceus levaram a questão a Jesus, e a sua resposta apoiou o ensino dos fariseus. Nesse caso, os saduceus estavam errados.

Em cada uma dessas questões, Jesus conduziu a disputa para um plano mais elevado, mas suas respostas, indiretamente, apoiavam um ou outro lado. Isto aconteceu também no caso da disputa Hillel-Shammai. O Legislador do Novo Testamento disse que o judeu não poderia divorciar-se da esposa a não ser em caso de fornicação, e era isso que Shammai ensinava. "Jesus não ultrapassou o princípio estabelecido por Shammai." (Lange.)

Quando Cristo pronunciou as palavras de Mateus 5.32, o divórcio era praticado por todos na Palestina, pois a opinião de Hillel prevalecera. A mulher de João 4.1-30 não era um caso isolado. Ela se casara com cinco homens, e aquele com quem vivia no momento não era seu marido. Jesus parecia haver dado reconhecimento ao fato de que a mulher tivera cinco maridos, mas o homem com quem vivia não era seu "marido" (v. 18). Esta situação era claramente distinta do estado de casada.

Casamentos múltiplos era coisa comum na Palestina. Isto acontecia também entre os judeus que moravam nas cidades do império. Fosse uma corte romana ou grega, o divórcio era de fácil obtenção.

Tenho me perguntado muitas vezes como o Senhor resolveria alguns casos mais complicados. Muitos pensadores crêem saber o que ele fez no caso da mulher que tivera cinco maridos, mas tudo não passa de especulação — e talvez insensata. Nos pontos em que as Escrituras se omitem, será que não devíamos nos calar também? Será que o silêncio da Bíblia acerca de determinados assuntos não têm certo significado?

Agora que já obtivemos as informações históricas necessárias, voltemos à interpretação do Mestre da lei do divórcio, enunciada em Mateus 5.32.

Nesse caso de Mateus 5.32, o Senhor ensina que o homem que se divorciar da esposa por qualquer outro motivo que não seja adultério, leva-a a cometer adultério ao contrair novo matrimônio. O Senhor assume a suposição de que ela vai casar-se de novo. A razão pela qual ela comete adultério é que se envolverá em relacionamento sexual com um homem, enquanto ainda é a esposa de outro, que se divorciou dela. Tal divórcio não significou a dissolução do casamento. Ela ainda era a esposa dele, e ele ainda era seu marido. A mulher não tinha o direito de casar-se de novo, e nem o marido. Ambos pecam se se casam de novo ou mantêm relações sexuais com outra pessoa. Neste caso, está claro que o casamento não foi dissolvido. Apesar do divórcio, o casal ainda permanece casado. A questão da *dissolução* é o ponto central de todo o problema.

Se o marido expulsa a esposa por causa de adultério, então o caso é diferente. O casamento está dissolvido, e o homem não é afetado pelo pecado que a mulher cometeu. A ênfase nesse caso recai sobre o erro que o marido comete para com a esposa inocente, com sua injusta ação de divórcio. A esposa não lhe

dera motivo justo para repudiá-la. Cristo enfatiza o erro do marido em relação à esposa, expondo-a ao perigo de cometer adultério com outro homem.

Em sua lei de divórcio, Jesus usou uma expressão decisiva — "exceto *em caso* de adultério". A questão do divórcio e novo casamento gira em torno dessas palavras. O que significam elas? Como devemos interpretá-las? Existe apenas uma forma segura e certa — aplicarmos aqui as mesmas regras de interpretação que empregamos para outras leis.

Johann Bengel, professor do Seminário Denkendrof (1713-41) foi o autor de notável obra sobre o grego *Gnomon of the New Testamen* (Conhecimento do Novo Testamento) que tem sido de "grande influência na exposição do Novo Testamento até os dias atuais." Acerca do significado de "causa", Bengel escreveu o seguinte:

> O adultério é um motivo válido para o divórcio pois que, em si, já implica na verdadeira rutura do vínculo matrimonial. As palavras *exceto em caso de adultério*, aplica-se também à segunda cláusula: *e aquele que casar com a repudiada, comete adultério.*
> *Por esta causa*, logos, uma causa, razão por que tudo o mais que se faz é correto. *(Gnomon of the New Testament.)*

O emprego do vocábulo "causa" (*logos*, no original) — pela qual alguma coisa pode ser feita *com justiça* — tem o mesmo significado no passado e no presente. Os gregos ainda usam este mesmo vocábulo quando crêem possuir uma razão justa para levar alguém à barra do tribunal. Citamos abaixo autoridades que confirmam a definição de "causa" dada por Bengel.

> *The Vocabulary of the Greek New Testament*
> *A Greek-English Lexicon of the New Testament*
> *Theyer's Greek-English Lexicon of the New Testament*
> *The New Testament in Greek*

O Messias ensinou aos judeus que não poderiam divorciar-se da esposa por questões fúteis como queimarem a torrada ou salgarem demais a sopa. Ele anulou todas as outras causas, com exceção do adultério. Mas Cristo não aboliu o divórcio *totalmente*, como alegam alguns.

Os divulgadores da indissolução argumentam que Mateus 5.32 é um texto isolado e deve ser interpretado à luz de Romanos 7.1-3, o que não é certo, pois o trecho de Romanos foi escrito vinte e cinco anos depois. É pouco provável que aquelas pessoas tivessem ouvido Cristo falar acerca do divórcio em outra ocasião. E não seria necessário que ele se manifestasse novamente sobre o assunto. Pois sua lei acerca do divórcio, ao ser dada, foi completa.

Quando Cristo despediu as multidões de Mateus 5.1 e 7.28 que ouviram o Sermão do Monte, qualquer judeu daquele grupo tinha liberdade, naquele mesmo dia, de dirigir-se a um tribunal judaico e repudiar a esposa adúltera, dando-lhe carta de divórcio. (Neste mesmo sermão, Jesus reconheceu a jurisdição das cortes judaicas — Mt 5.25; Lc 12.58.)

Vemos então que o Senhor, declarando esse "exceto em caso de adultério", estabeleceu uma *lei de direito* para a dissolução do casamento. A fornicação era uma causa justa e certa para a dissolução. Será que Jesus daria *direito* a um homem de divorciar-se de uma esposa adúltera, e depois iria considerar *errado* o fato de ele casar-se de novo? Que tipo de lei seria esta que estabelece um direito, mas coloca o castigo da proibição de um novo casamento sobre aquele que faz valer este direito?

Cristo não deixou o povo confuso ao enunciar sua lei de divórcio. Tampouco deixou a lei na obscuridade, para ser ampliada e esclarecida por Paulo vinte e cinco anos depois. Para o caso de adultério, o Messias aprovou o divórcio judaico que dava direito a novo matrimônio. Deixo com o leitor agora julgar se isso ficou provado ou não.

3

A Carta de Divórcio dos Judeus

> *Também foi dito: Aquele que repudiar sua mulher, dê-lhe* carta de divórcio. *Eu, porém, vos digo: Qualquer que repudiar sua mulher (como?), exceto em caso de adultério, a expõe a tornar-se adúltera; e aquele que casar com a repudiada* (com que carta de divórcio) *comete adultério.* (Mt 5.31,32.)

Faz-se necessário que aprendamos algumas coisas acerca desta carta de divórcio, pois está intimamente relacionada com a regulamentação do divórcio na Bíblia. *O que Jesus ensinou acerca do divórcio e novo casamento está relacionado com esta carta de divórcio oficial dos judeus.*

Já vimos que, pelo termo de divórcio mosaico, o vínculo matrimonial era completamente rompido, de forma que a mulher podia sair e tornar-se esposa de outro homem.

> Se ele lhe lavrar um termo de divórcio, e lho der na mão e a despedir de casa; e se, saindo da sua casa, for, *e se casar com outro homem*... (Dt 24.1,2.)

A divorciada, então, de posse de carta de divórcio, tinha todo o direito de contrair novo matrimônio. O termo de divórcio era sua "carta de liberdade" — "documento de emancipação" — que lhe permitia um

novo casamento. Não existia nenhum laço conjugal entre as duas partes. Era como se nunca houvessem se casado.

As regras de interpretação requerem que analisemos esta lei de divórcio à luz do contexto histórico.

> O significado literal de uma palavra ou expressão somente pode ser determinado por um exame da *cultura* do povo que empregou... A revelação divina está inserida num contexto histórico... Temos que recorrer à História. Talvez argumentemos que isso e aquilo eram uma prática comum dos judeus, ao tempo de Cristo, como nos declaram os escritos rabínicos.
>
> Todas as interpretações que não se harmonizarem com este critério devem ser rejeitadas ou pelo menos olhadas com suspeita. *(Protestant Biblical Interpretations.)*

O Dr. Wilbur Smith, mundialmente conhecida autoridade em literatura cristã, disse (ver prefácio) que o livro do Dr. Ramm sobre interpretação era a mais satisfatória obra sobre o assunto publicada neste país, nos últimos quarenta anos. E previa que ela seria aceita como texto para os estudos de hermenêutica nas escolas e seminários conservadores dos Estados Unidos. (Eu poderia citar centenas de livros acerca de interpretação tanto de autores bíblicos como jurídicos, que insistem no emprego dos mesmos princípios interpretativos apresentados pelo Dr. Ramm.)

Talvez fosse interessante vermos os termos dessa carta de divórcio. O famoso rabi Maimonides e outras autoridades judaicas a registraram. E era um documento bem antigo quando ele a copiou para registro. (Século XII.) A carta de divórcio era definida com tal clareza e precisão, que continha até o nome do rio mais próximo ao local onde residiam as partes interessadas. E os judeus eram tão meticulosos em manter tudo dentro dos limites judaicos, que se fosse preparada num tribunal gentio, estava automaticamente invalidada.

Nos tribunais, um documento original ou uma cópia autenticada é a "melhor evidência" que pode haver, pois auxilia a estabelecer a veracidade dos fatos, e elimina quaisquer dúvidas e interpretações errôneas. (*McCormick on Evidence.*)

Durante quatorze séculos, de Moisés a Cristo, esta carta de divórcio que permitia o novo casamento era o único tipo de divórcio que os judeus conheciam. Foi a essa carta que Jesus se referiu em Mateus 5.31,32. O Dr. Edersheim diz que ela "tinha que ser enunciada em termos bem explícitos" (*Sketches of Jewish Life.*) "Eles eram bem cuidadosos em fazer a carta na forma devida para que a mulher pudesse exibir a prova de que estava livre para casar-se de novo." (*Expositor's Greek Testament.*) O divórcio meramente oral era praticado por nações pagãs.

A importância dessa carta é claramente revelada na seguinte cópia dela:

> No... dia da semana; no dia... do mês..., no ano..., eu, que também sou chamado filho de..., da cidade de..., junto ao rio..., por esse documento, consinto, de vontade própria, não sofrendo coação alguma, eu libero, repudio, e afasto a ti, minha esposa..., que também é chamada filha de..., que neste dia, na cidade de..., junto ao rio..., e que foi minha esposa durante algum tempo. E assim eu a libero e a mando embora, e a afasto para que possa estar desobrigada a ter domínio sobre si mesma, para ir e casar-se com o homem que desejar; e nenhum homem pode impedi-la, deste dia em diante, e não está obrigada a nenhum homem; e isso será para você, de minha parte, um termo de dispensa, um documento de emancipação, uma carta de liberação, de acordo com a lei de Moisés e Israel.
> Testemunha..... filho de.....
> Testemunha..... filho de.....

Esta evidência documentária é outro elo de nossa cadeia de provas. Ela mostra que *Jesus falava do*

casamento como tendo possibilidade de ser dissolvido pelo divórcio, e não apenas pela morte.

> Esta carta ou termo de divórcio inferia que não se tratava de uma mera separação de corpos e bens, como querem defini-lo alguns, mas de um completo rompimento do laço conjugal. (*Pulpit Commentary.*)

É fato comprovado que Jesus aprovou o divórcio por causa do adultério. O que desejamos saber é: *que tipo de divórcio* ele aprovou? Considerando-se todos os fatos e circunstâncias do caso, só pode haver uma resposta: Jesus aprovou o divórcio judaico, por causa de fornicação.

O Senhor não introduziu um *novo tipo* de divórcio. Ele não aboliu *todo e qualquer* divórcio. Ele corrigiu os abusos do privilégio do divórcio, mas aprovou o direito de se fazer uso dele. Se ele tinha intenção de transformar o termo de divórcio num termo de separação, por que não explicou essa mudança? Os partidários da separação basearam sua idéia no contexto histórico, e isso é um erro de grandes conseqüências.

> O significado dado por quem prepara um documento deve ser retirado do que está contido nele mesmo, e também do que se pode inferir, com justiça, com base em costumes ou coisas semelhantes. (*Encyclopedia Americana.*)
>
> Para se considerar questões de fato, depois de haver transcorrido considerável lapso de tempo, deve-se conceder maior peso à evidência documentária do que à oral. (*Teologia Sistemática*, de Strong.)

A Intenção de José de Usar a Carta de Divórcio

> Mas José, seu *esposo*, sendo *justo* e não a querendo infamar, resolveu *deixá-la* secretamente. (Mt 1.19.)

Veremos agora uma ilustração do que quero dizer com o uso *correto* da carta de divórcio. Durante vários

séculos, homens justos (retos) usaram esta carta para dissolver o casamento com esposas infiéis.

O divórcio secreto era uma provisão de misericórdia, para poupar à esposa adúltera a vergonha e a desgraça de um julgamento público nos tribunais judaicos. Quando um judeu colocava a carta na mão da esposa em presença de duas testemunhas, a união era ali oficialmente reconhecida como estando desfeita.

O compromisso judaico era mais sério que o nosso noivado (Gn 24.53-62). "Entre os árabes, hoje, ele é a única cerimônia legal relacionada com o casamento." O texto diz que José era "esposo" de Maria, e o anjo referiu-se a ela como "mulher" de José. Escrevendo acerca do compromisso judeu, Edersheim diz o seguninte:

> "Daquele momento em diante, Maria era a esposa prometida de José; seu relacionamento era tão sagrado, como se já estivessem casados. Qualquer violação do compromisso seria considerado adultério; e a união tão pouco poderia ser dissolvida, a não ser, como no caso do casamento, pela promulgação do divórcio. (*Life and Times of Jesus the Messiah.*)

Um judeu comprometido estava proibido de casar-se com outra mulher enquanto o compromisso não fosse dissolvido pela carta de divórcio. Se ele viesse a falecer durante o período do noivado, a esposa herdava seus bens.

Sob a lei mosaica, o casamento era considerado tão sagrado, que tanto a noiva como a esposa que cometesse adultério eram sentenciadas à morte, por sua infidelidade. E a razão da sentença de morte era: "Eliminarás o mal do meio de ti" (Dt 22.24.)

Algum tempo depois da era de Moisés, alguns judeus compassivos aboliram a pena de morte e a substituíram pelo termo de divórcio. O divórcio era uma medida mais branda para com os adúlteros e adúlteras, que no tempo de Moisés eram mortos.

Fiz algumas tentativas no sentido de determinar a época exata da história judaica em que a pena de morte fora abolida e substituída pelo termo de divórcio, mas não consegui, nem mesmo tendo obtido o auxílio do bibliotecário chefe da seção judaica da Biblioteca Pública de Nova Yorque. O *Talmude* judeu afirma que a pena de morte foi abolida "quarenta anos antes da destruição do templo" (70 A.D.), mas existem fatos bíblicos que atestam que ela foi removida bem antes disso.

Quando José descobriu que Maria estava grávida, pensou que ela lhe fora infiel, e planejou deixá-la dando-lhe carta de divórcio, e o Espírito Santo diz que ele era "homem justo" neste propósito. Ele não era um judeu "duro de coração", como aqueles que foram testar Jesus com suas perguntas acerca do divórcio "por qualquer motivo" (Mt 19.9).

Vemos, então, uma prova de que o termo de divórcio poderia ter sido usado com toda justiça. José, um homem justo, tencionava usar a carta mosaica. *E o Espírito Santo no Novo Testamento afirma que José era um homem justo, quando tencionava recorrer ao expediente da carta de divórcio para dissolver sua união com Maria.*

E uma atitude *justa* em Mateus 1.19 não pode ser *injusta* em Mateus 5.32 e 19.9. Essa ação que os homens justos haviam tomado, havia séculos, tanto em casos de casamento como de noivado, continuava a ser justa.

Dean Farrar trabalhou vinte anos na preparação de seu livro *The History of Interpretation* (A história da interpretação). Ele escreveu (Prefácio) que todas as interpretações que contrariavam o *método histórico-gramatical* da hermenêutica consituíam-se "manipulações autocráticas" e uma "fraude exegética".

Apliquemos nesse caso a *lei dos costumes*, e a névoa teológica que o cerca desaparecerá. "Os costumes fazem as leis." (Citado em *Black's Law Dictionary.)*

Enquanto realizava o trabalho de pesquisa para

esse assunto, encontrei muitos teólogos que abertamente reconheciam suas dúvidas com relação ao significado da lei do divórcio de Cristo, incluindo alguns católicos romanos. E eles continuarão em dúvida, a menos que entendam como entenderam os judeus que ouviram o Senhor pronunciar estas palavras. Será que o leitor aceitará esta regra que afirma: "*Podemos afirmar que isso e aquilo era costume entre os judeus no tempo de Cristo, como dão testemunho os escritos rabínicos*"? Se não, por que não?

Citei aqui várias fontes que apóiam as regras de interpretação pelas quais analisamos estes textos acerca do divórcio, e ainda citaremos outras, à medida que avançarmos. Meu propósito nisso tudo é utilizar um grande número de autoridades. Tal prática implicará em repetição, mas, se eu deixar de fazê-lo, alguns, sem dúvida, poderão dizer que escolhi somente algumas fontes, as que favoreciam minha tese. Minha experiência em tais questões ensinou-me que sou obrigado a fazer assim, por isso, peço ao leitor que tenha um pouco de paciência.

4

"Repudiar" Significa Dissolução do Casamento?

Aquele que repudiar sua mulher... (Mt 5.32, 19.9.)

Esse "repudiar" significa dissolução ou separação? O termo de conotação jurídica "repudiar" tinha uma origem gramatical que sempre significava a dissolução absoluta do casamento, com o implícito direito a um novo matrimônio. A idéia de uma simples separação nunca esteve associada a ela. Desejo relembrar ao leitor que nas cortes de justiça, os dicionários e concordâncias são considerados evidências de suprema importância. Por isso, relaciono abaixo doze fontes do hebraico e do grego que provam a definição de "repudiar".

Leia-se qualquer livro de autores que têm um ponto de vista oposto na questão do divórcio, e verá que nenhum deles cita uma autoridade do grego ou do hebraico para indicar que divórcio significa "separação de corpos e bens". Não há uma sequer. Todos os dicionários que examinei dão o mesmo significado de dissolução do vínculo.

Em toda a história judaica, o divórcio sempre foi chamado de "um rompimento". O decreto mosaico acerca do divórcio era chamado pelos judeus de "termo de rompimento". A palavra hebraica que se traduz por divórcio (repúdio) é *kerithuth*, e significa

rompimento. Isto pode ser confirmado nos seguintes volumes:

Genesius Hebrew and Chaldee Lexicon
Students Hebrew Lexicon
Hebrew and English Lexicon of The Old Testament
Bagster's Analytical Hebrew and Chaldee Lexicon
Strong's Concordance
Young's Analytical Concordance

A palavra grega que traduzimos por divórcio no Novo Testamento é *apoluo*. Trata-se de um equivalente exato do vocábulo hebraico *keritluth*, e tem o mesmo sentido preciso de absoluta dissolução. Ela significa:

"Libertar; soltar; liberar; dissolver radicalmente; desamarrar, como se solta um navio lançado ao mar; desligar, como no caso de um soldado que dá baixa do exército; desfazer um laço; seccionar; cessar qualquer obrigação e responsabilidade; separar; libertar, como se liberta um cativo, isto é, soltar-lhe as cadeias que o prendem para que tenha liberdade de sair." Ver:

A Manual Greek-Lexicon of the New Testament
The New Testament in Greek, Lexicon
Vine's Expository Dictionary of the New Testament Words
A Greek English Lexicon
The Vocabulary of the Greek New Testament

Entre os primeiro pais da igreja, "repudiar" (*apoluo*) era usado no sentido de "libertar, liberar da morte", "livrar-se de", "romper", "desligar-se de".

O significado mais básico do vocábulo grego *apoluo* é libertar. Um exemplo disso encontra-se em Marcos 15.6-15. "Havia um (preso) chamado Barrabás", numa prisão romana mas "Pilatos, querendo contentar a multidão, soltou-lhe (*apelusen*) Barrabás..." Esta idéia de libertação de uma cadeia é a mesma de divórcio do casamento expresso pela palavra "repudiar". Pela autoridade do governador roma-

no, Barrabás foi libertado. As portas da prisão abriram-se e o prisioneiro saiu livre. O mesmo se dá com o casamento e divórcio. Num divórcio segundo Cristo, o laço conjugal é rompido e o cônjuge cativo é liberto. A lei matrimonial não tem mais direitos sobre a pessoa libertada assim como a lei romana não teve mais direitos sobre Barrabás.

As provas léxicas em favor da dissolução são unânimes e convincentes. As definições dos termos bíblicos têm importância bem ampla, pois muitas doutrinas bíblicas são expressas por uma simples palavra ou termo. Se alguém modificar o significado da palavra, mudará o da doutrina também. Muitas doutrinas falsas surgem justamente do fato de os mestres modificarem o sentido de palavras como "pecado", "arrependimento", fé, salvação, graça, redenção, condenação, etc. Mary Baker Edy mudou o significado da palavra "pecado"; Fosdick mudou o significado de "condenação", e um proeminente bispo episcopal mudou o sentido de "foi gerado... do Espírito Santo" (Mt 1.20).

Se nossos opositores tiverem permissão de modificar o sentido do termo "repudiar", então "não poderemos negar o mesmo privilégio a outros que talvez distorçam outras passagens da mesma forma". E se tal permissão for concedida, onde terminará tudo isso? E quem irá decidir o que pode ser modificado e o que não pode?

> A modificação do sentido de uma única palavra... muitas vezes confere um sentido inteiramente novo às Escrituras. (*Young's Literal Translation of the Bible.*)

O Prof. A. T. Robertson, o mais eminente conhecedor do grego nos tempos atuais, passou doze anos preparando a sua maior obra, da qual trancrevo o seguinte:

> Não poderíamos fazer uma observação mais valiosa que... insistir na importância de o estudante ver

a forma original e o significado básico de cada palavra. (*A Grammar of the Greek New Testament in the Light of Historical Research.*)

Lutero, um dos maiores intérpretes das Escrituras, sabia, assim como o sabem todos os que estudam história doutrinária, que os erros perigosos da igreja foram as distorções de termos bíblicos. Isto se verificou desde o Concílio de Nicéia (324 A.D.) até o Concílio de Trento (1545-1563), quando os grandes debates doutrinários foram apenas uma "luta a propósito de palavras". Disse Lutero:

"Já observei o seguinte: todas as heresias e erros brotam..., de uma negligência das palavras simples das Escrituras. (Citado em *History of Interpretation.*)

Quando se entende a importância da história dos termos, vê-se que não estou enfatizando este ponto demasiadamente. Os mais funestos erros do cristianismo foram cometidos por homens que modificaram o sentido de termos tais como "nascer de novo" e "Filho de Deus". Ao estabelecer sua doutrina de Cristo, Paulo baseou-a na diferença entre as formas singular e plural de uma palavra. (Gl 3.16.)

É digno de nota o fato de que os autores do Novo Testamento e o próprio Jesus não tenham hesitado, em algumas ocasiões, em basear toda a sua argumentação em uma única palavra do Velho Testamento. (*Revelation of the Bible.*)

Ao enunciar sua lei de divórcio, Jesus não nos deixou em dúvidas com um enigma moral para decifrar. Ele não nos deu uma opção entre dois possíveis significados da palavra. Se o sentido que ele deu fosse duvidoso, como poderia ele "julgar o mundo com justiça" (At 17.31)?

As palavras dúbias serão mais fortemente usadas contra aqueles que as empregam. (*Black's Law Dictionary.*)

No apêndice, cito Dean Alford: "Não devemos contrariar o uso mais comum de uma palavra, substituindo-o por outro que não tem nenhum *precedente*." Todos os usos da palavra divórcio na Bíblia dão seu significado como sendo dissolução do casamento. A concordância coloca o divórcio com o mesmo significado de dissolução em Deuteronômio 24.1, Mateus 1.19; 5.32 e 19.9.

A Suprema Corte dos Estados Unidos tem tomado decisões Históricas baseadas apenas no significado de uma ou duas palavras da constituição. (Ver *Handbook on The Law of Evidence.*) Companhias de seguro já aprenderam a colocar em suas apólices um parágrafo com definições de termos, com o fim de evitar quaisquer mal-entendidos a respeito de como a linguagem e a apólice devem ser interpretadas.

Jesus não teria usado a palavra "repudiar" se pretendesse dizer apenas "separação". Ele empregou o mesmo termo da lei, "repudiar", que Moisés empregou na regulamentação do divórcio, e incorporou-o à legislação do Novo Testamento. Jesus sempre usava de toda clareza em questões morais. Estivesse ele apresentando um novo significado para o termo "repudiar", e teria explicado cuidadosamente este ponto de tanta importância. Qualquer legislador sábio teria feito o mesmo.

> Ademais, argumenta-se que, quando o Senhor Jesus falou acerca do divórcio, ele devia ter em mente o rompimento completo dos laços conjugais, já que esse seria o único significado que seus ouvintes poderiam dar à palavra. (*Encyclopedia of Religion and Ethics.)*

Doze dos principais dicionários de hebraico e grego definem "repudiar" como dissolução do casamento. Nem uma só autoridade pode ser citada que favoreça a idéia de que o sentido certo é separação.

Concluímos então que é correto afirmar que o leitor no Novo Testamento, do primeiro século, entendia a palavra "repudiar" com o significado absoluto

de dissolução, como o direito a um novo casamento.

O Arcebispo R. C. Trench, da Inglaterra (1807-1886), famoso por seus estudos científicos de línguas, disse que o erro na distinção no significado das palavras era "a geratriz de todos os erros". Escreveu também acerca "das falsidades do diabo que se escondem em palavras". (*Trench on Words*, de Suplee.) O inglês, Jeremy Bentham, grande autoridade em direito, disse que "uma única palavra pode conter muitos enganos". E aqui está outra citação de *The World of Law* (O mundo da lei): "Uma simples palavra... pode derrubar todo um edifício".

O que significou então esse termo "repudiar" para Mateus? O que significou ele para os leitores de seu Evangelho no primeiro século?

> Mas o objetivo da interpretação é obter o sentido exato dado pela pessoa *que escreveu* o documento. Para *ela*, suas palavras não são ambíguas; pois ela atribuiu um significado definido a tais palavras, e a tarefa daquele que interpreta é descobrir qual é esse significado. (*Wigmore on Evidence* — grifo do autor.)

Por que todas essas argumentações e repetições em torno de palavras? Porque tal é o ponto crucial de toda a questão.

5

"Exceto em Caso de Adultério..."

> *Qualquer que repudiar sua mulher*, exceto *em caso de adultério...* (Mt 5.32.)

Já estabelecemos a definição bíblica de "repudiar" na lei acerca do divórcio enunciada por Cristo. Agora iremos fazer o mesmo com o vocábulo "exceto".

Uma importância ainda maior é atribuída ao significado de "exceto". O problema do novo casamento apóia-se nele. Será que essa palavra dá margem ao divórcio, mas não a um novo casamento? Os teólogos têm debatido esta questão desde os tempos de Agostinho, que viveu no século V.

A palavra grega que traduzimos por "exceto" é "parektos". Um equivalente de *parektos* (ei me) é empregado em Mateus 19.9. Ela significa:

> "Retirar; fora de; excluir; deixar de fora; à parte de."
> *A Greek-English Lexicon of the New Testament.*
> *The Vocabulary of the Greek New Testament*
> *Expository Vocabulary of the New Testament*
> *Thayer's Greek-English Lexicon of the New Testament*
> *A Greek Lexicon of the Roman and Buzantine Periods*

A palavra "exceto" tem o mesmo sentido no português e no grego. Nosso termo vem do latim *ex* mais *capere*, que significa "retirar". Os principais dicionários concordam entre si numa definição. Citaremos três delas.

> "Exceto. Com exclusão de; afora; salvo; menos." *(Novo Dicionário Aurélio.)*
>
> "Exceto. Fora, menos, salvo, fora, excluindo, a não ser, a exceção de." (*Dicionário de Sinônimos e Antônimos.*)

Exceto: retirar ou excluir de uma quantidade ou todo. (*Webster's Third New International Dictionary.*)

É da maior importância observar que este dicionário inglês define "exceto" como sendo uma exclusão "de uma *quantidade* ou de um *todo*". Tal é o seu significado no grego. As principais fontes em questões jurídicas dão a mesma definição.

A enciclopédia da lei, *Words and Phrases* (Palavras e frases), uma obra monumental de cento e um volumes, oferece o sentido jurídico da palavra *exceto* universalmente aceito.

> O objetivo de uma exceção... é excluir a operação de certas palavras que de outro modo estariam incluídas entre elas... O vocábulo "exceto" significa excluir algo de uma enumeração, do corpo de uma afirmação ou decreto... deixar fora de consideração, não levar em conta.

Os editores desta enciclopédia, em nota anexa, falam da crescente importância das definições de termos em decisões de tribunais. Dedicam três páginas ao significado de "exceto", com inúmeras citações legais, para demonstrar que as decisões judiciais são baseadas no significado acima citado. Outras autoridades no assunto que concordam com ela são:

American Jurisprudence
Cyclopedic Law Dictionary
Black's Law Dictionary

Já vimos então que as autoridades do grego, português e inglês, e em leis concordam entre si unanimemente em que "exceto" significa "excluir de uma quantidade ou de um todo uma parcela" — "deixar de fora de um certo número em consideração, um item qualquer" — "excluir algo de uma enumeração, do corpo de uma afirmação ou decreto". Ela tem o mesmo sentido na linguagem empregada nos apócrifos, clássicos e nos papiros.

O Prof. M. M. Bryant, da Universidade de Columbia, em Nova York, fez um estudo para ver como a palavra "exceto" e outros vocábulos são interpretados nas cortes de justiça ao transmitir as decisões legais. O Prof. Bryant expõe os resultados deste estudo em um livro do qual retirei a seguinte citação:

> "Quando se ouve a palavra "exceto", imediatamente se pensa em "não inclusão". Supõe-se que aquilo que foi excetuado é deixado de fora... a mente faz uma imagem mental deste significado. É isso que chega à tona da consciência." (*English in the Law Courts.*)

O autor relaciona muitas citações para demonstrar como uma pequena palavra muitas vezes constitui o fator determinante nas interpretações judiciais de escrituras, testamentos, contratos, ou quaisquer outros documentos. "Jesus observou pequenos detalhes de linguagem." (Robertson.)

> ... todos os teólogos honestos, quer liberais, quer ortodoxos, devem tratar cada palavra com toda seriedade, se é que desejam considerar as Escrituras de maneira justa. (*Revelation of the Bible.*)

Não é verdade que muitas vezes não compreendemos uma declaração, enquanto não esclarecemos o significado de certo vocábulo nela contido?

O legislador do Novo Testamento sabia dos perigos de um mal-entendido, e das dificuldades de um significado incerto. Se houvesse alguma dúvida acerca de sua lei do divórcio, então ele não poderia condenar

nenhuma pessoa que se casasse de novo após um divórcio por causa de adultério.

> Em caso de dúvida de interpretação, a dúvida deve favorecer o acusado. (*The Theory of Justice.*)
> As palavras de exceção devem ser interpretadas em favor do beneficiado. (*Pope Legal Definitions.*)

No inverno de 1965, um noticiário da imprensa informava que um problema a ser levado perante a suprema corte dos Estados Unidos era se um segmento de certo ato do congresso poderia ser considerado "nulo por causa de imprecisão".

Jesus foi um mestre na arte da palavra. Possuía maravilhosa capacidade de enunciar um princípio numa declaração breve. Ninguém o superou nas sentenças curtas: a clareza e força de suas leis são modelos de precisão.

Seria intenção dele que a cláusula restritiva "exceto em caso de adultério" incluísse o novo casamento? Ou a exceção permite apenas o divórcio? Se se provar que esta exceção cobre tanto o divórcio como um novo casamento, teremos resolvido uma grande questão. Examinemos novamente esta lei.

> Eu, porém, vos digo: qualquer que repudiar sua mulher, exceto em caso de adultério, a expõe a tornar-se adúltera; e aquele que casar com a repudiada comete adultério.

O argumento dos intérpretes contrários ao novo casamento é que a exceção não se estende à cláusula: "e aquele que casar com a repudiada comete adultério". Vou tentar provar que sim.

Tanto no grego como em nosso idioma, não importa a posição da exceção na sentença. Ela pode estar no começo, no meio ou no fim, e o signigicado da lei permanece inalterado. Mas no grego, a exceção soa melhor no meio da sentença, que é a posição certa para ela. A Exceção pode ser retirada de sua posição e colocada em qualquer outro ponto da sentença, sem alterar sua aplicação nas duas cláusulas.

Passamos a demonstrar agora o significado de *exceto.*

a. Qualquer que repudiar sua mulher, *exceto em caso de adultério*, a expõe a tornar-se adúltera; e aquele que casar com a repudiada comete adultério.

b. *Exceto em caso de adultério*, qualquer que repudiar sua mulher, a expõe a tornar-se adúltera; e aquele que casar com a repudiada comete adultério.

c. Qualquer que repudiar sua mulher a expõe a tornar-se adúltera; e aquele que casar com a repudiada comete adultério, *exceto em caso de adultério.*

Entre os conhecedores do grego, o Prof. A. T. Robertson é considerado "o príncipe dos modernos gramáticos gregos", e ele defendia a tese de que a exceção apresentada na lei de divórcio formulada por Cristo, falava tanto de um divórcio como de um novo casamento. (*Words Pictures in the New Testament*) Muitos entendidos no grego, tanto antigos como modernos, defendem o mesmo ponto de vista do Dr. Robertson. Bengel ensinava que a exceção aplicava-se tanto ao divórcio quanto ao novo casamento. (*Gnomon of the New Testament.*)

Eis uma citação de uma obra encontrada na secção de consultas de uma de nossas principais bibliotecas.

Alguém pode argumentar também que a palavras "exceto em caso de adultério" afetam a primeira cláusula apenas, e que um novo casamento, mesmo no caso de adultério é proibido por essa lei. Mt 19.9. Mas, se tal fosse a intenção de Cristo, ele a teria declarado explicitamente, e não a deixaria para uma dedução posterior. E tal ensino pareceria ilógico, porque, se apoiamos a tese de que o adultério significa o rompimento dos laços conjugais de maneira tal que justifique um divórcio, devemos crer também que ele deixaria livre o marido

agravado, para contrair novo matrimônio. *(Dictionary of Christ and the Gospels.)*

As evidências que apresentamos do hebraico e do grego, bem como de fontes ligadas aos meios jurídicos são consideradas "alta evidência". Precisamos interpretar as leis de divórcio do Novo Testamento pelas regras que regem a interpretação de qualquer lei. Um exame da concordância mostrará que centenas de vezes Deus fala de seus mandamentos como sendo "leis".

Já apresentamos provas suficientes para chegarmos a uma conclusão de que tanto o divórcio como o novo casamento são afetados pela exceção do adultério. A respeitada versão inglesa *Weymouth* traduz esse verso de Mateus 5.32 da seguinte maneira:

> Mas eu vos digo que todo homem que repudiar sua esposa, exceto por causa de adultério, leva-a a cometer adultério; e quem se casar com *tal* divorciada comete adultério.

Esta versão nos dá o verdadeiro sentido da lei de divórcio promulgada por Cristo. Jesus disse que um novo casamento de uma mulher divorciada seria adultério, a não ser em caso de fornicação.

6

O Significado de Adultério

Eu, porém, vos digo: Quem repudiar sua mulher, não sendo por causa de adultério, e casar com outra, comete adultério. (Mt 19.9.)

Alguns professores ensinam que a palavra "adultério" mencionada em Mateus 5.32 e 19.9 refere-se a "pecado pré-conjugal". Ensinam que uma pessoa pode divorciar-se de seu cônjuge apenas por pecado sexual cometido antes do casamento, mas não pelo pecado cometido após o casamento. Como de costume, tais pessoas não apresentam nenhuma prova para essa declaração dogmática. Quando um homem tem provas, ele não precisa ser dogmático. Tudo que tem a fazer é apresentar essas evidências.

Muitas pessoas fazem grande celeuma em torno do significado do termo adultério, portanto faz-se necessário que o examinemos detalhadamente. Há dois pregadores nos Estados Unidos, conhecidos em toda a nação, que ensinam que adultério significa apenas pecado pré-conjugal, e muita dificuldade tem sido criada por uma declaração tão sem fundamento.

Qual é a *verdade* acerca do termo adultério?

Nas Escrituras, os termos fornicação e adultério

são sinônimos, e muitas vezes são empregados alternadamente. O mesmo se dá com outros termos bíblicos tais como "alma" e "espírito", "reino de Deus" e "reino dos céus". O significado específico é muitas vezes determinado pelo contexto.

No hebraico e no grego, a palavra fornicação abrange incesto, sodomia, prostituição, perversão e todos os pecados sexuais, cometidos antes como depois do casamento. Não estamos preocupados basicamente com a definição de adultério na linguagem moderna.

O vocábulo fornicação deriva do latim *fornix* que significa "bordel". Literalmente, designava "alcova", ou "cela", onde as prostitutas romanas habitavam. Nossos principais dicionários reconhecem o significado hebraico e grego da palavra fornicação. O termo hebraico é *zanah*. É usado para referir-se a: "mulher casada que cometa adultério. Jr 3.1." *(Studente Hebrew Lexicon.)*

> Em Amós 7.17, uma mulher casada é chamada de prostituta — *zanah. (Young's Analytical Concordance.)*
>
> "Fornicação — do hebraico *zanah*, cometer adultério. Todas as formas de impureza são abarcadas pelo sentido de "adultério". Mt 5.32." *(The International Standard Bible Encyclopedia.)*

Todas as principais autoridades concordam entre si quanto a essa definição da palavra hebraica *zanah*.

O termo grego que se traduz por adultério é *porneia*... Ela significa:

> Em Mateus 5.32; 19.9, ele tem o sentido de adultério. *(Expository Dictionary of the New Testament Words.)*
>
> Fornicação. "Prostituição; impureza, qualquer tipo de relação sexual ilícita... o adultério aparece como sendo fornicação. A infidelidade sexual de uma mulher casada. Mt 5.32 *(A Greek-English Lexicon of the New Testament)*
>
> "A fornicação deve ser entendida com o significa-

do de pecado cometido não apenas antes do casamento, mas também após ele, em sentido mais amplo, incluindo também a idéia de adultério." *(The New Testament for English Readers.)*
"*Porneia* identifica qualquer ato sexual ilícito, em geral. Quaisquer outras interpretações do termo... devem ser rejeitadas." *(Thayer's Greek-English Lexicon.)*

A obra *Expositor's Greek Testament* (O Testamento grego para expositores) é uma das principais autoridades em grego, preparada por dezessete eruditos famosos. Acerca do significado do vocábulo "adultério", lemos o seguinte:

"O que significa *porneia* (fornicação)? Schanz, um mestre como convém a um católico... conclui que significa adultério cometido por mulher casada. Alguns, incluindo Dollinger, pensam que significa fornicação cometida antes do matrimônio. A posição mais relevante, tanto no passado como nos tempos modernos, é a adotada por Schanz."
"O termo *porneia* deve ser entendido em seu sentido certo, e não deve ser restringido a certa forma em particular."

Poderiam ser citadas aqui inúmeras outras autoridades, que concordam com as que mencionei. Talvez bastem apenas uma ou duas mais. A *Word Studies in the New Testament* de Vicent aplica a palavra "fornicação" a homens casados. Os estudiosos do grego consideram o *The Vocabulary of the Greek New Testament* (O Vocabulário do Novo Testamento grego) como sendo a "suprema corte de apelações", porque ele demonstra, a partir dos papiros e inscrições, como os termos bíblicos eram usados à época dos autores bíblicos. Acerca do significado de *porneia*, esta obra diz o seguinte:

"...aplicava-se a qualquer relação sexual ilícita em geral".

Os principais pais da igreja interpretavam o termo

adultério escrito por Mateus como abrangendo todos os tipos de impurezas sexuais, e estavam bem abalizados para reconhecer o uso dessa palavra entre os antigos.

Em Israel, havia pena de morte para os judeus que cometessem atos de fornicação, tanto antes como depois do casamento. A pena de morte fora imposta aos judeus casados para o caso de incesto, sodomia, violência sexual e qualquer ato sexual proibido. (Lv 20.11-21.) Todas estas coisas estavam incluídas no sentido do termo "fornicação", como estava escrito em seu código de leis. E foi nesse sentido que Jesus empregou o termo adultério, quando enunciou sua lei de divórcio para os judeus. Como ele não deu a menor indicação de que alterara o sentido que a palavra tinha no Velho Testamento, esse era o único sentido que poderiam dar ao termo. A idéia de um pecado apenas pré-conjugal nunca foi vinculada ao termo.

É possível que muitos desconheçam o fato de que o Dr. R. H. Charles, da Inglaterra, foi um dos mais profundos teólogos não somente do século XX, mas também de toda a cristandade. Suas monumentais obras fazem parte das secções de consulta das principais bibliotecas do país. Até autoridades no grego apelam para seus conhecimentos.

Seu livro acerca do divórcio, *The Teaching of the New Testament Divorce* (A doutrina do divórcio no Novo Testamento) é uma das mais eruditas exposições no assunto. Ele diz: "O Senhor tomou o lado dos shamitas..." e Shammai certamente não ensinou que o adultério tinha o sentido exclusivo de pecado pré-conjugal. O Dr. Charles diz também:

> Nunca chegou ao meu conhecimento que se haja investigado o emprego do termo *porneia* (fornicação) nos escritos judaicos. Tampouco, foram reconhecidos seus inúmeros significados. O uso peculiar do termo *porneia* se faz mais evidente nos escritos judaicos e cristãos, mas no grego clássico a palavra era usada para designar diversos pecados

sexuais. E como esta questão é de vital importância, dediquei-lhe um capítulo especial. Nesse capítulo, chegamos à inevitável conclusão de que o termo *porneia* poderia ser usado para designar pecado sexual num senso genérico, ou qualquer outro pecado sexual.

Grande parte da informação que damos a seguir nos provém do Dr. Charles.

Dos 23 mil israelitas que cometeram pecado sexual com as filhas de Moabe, segundo registro de Números 25.1,2, nem todos eram casados. E seu pecado é designado pelo vocábulo *zanah* (fornicação).

Em 1 Coríntios 10.8, Paulo diz: "E não pratiquemos *(nós) imoralidade*, como alguns deles o fizeram, e caíram num só dia vinte e três mil." O apóstolo refere-se aos israelitas casados que cometeram fornicação, e diz aos coríntios que eram casados: "E não pratiquemos imoralidade". Será que ao usar a primeira pessoa do plural ele dirige-se apenas aos solteiros?

Em Apocalipse 2.14, Cristo menciona o mesmo acontecimento dos judeus casados que cometeram pecado sexual com as filhas de Moabe, e diz que cometeram "prostituição". Portanto, nesta passagem, Cristo que usara a palavra "adultério" em Mateus 5.32 e 19.9, emprega-a também ao mencionar o pecado sexual dos casados.

Em Amós 7.17, adultério *(zanah)* designa o pecado sexual de uma mulher casada. Isto se harmoniza com o relato de Dio Cassino acerca de Messalina. Na era clássica, o termo adultério abrangia o pecado sexual de uma mulher casada. (Ver também 2 Rs 9.22.)

O termo *porneia* e seus cognatos são usados em relação com o culto idólatra em Gênesis 34.16; 2 Crônicas 21.11,13; Isaías 1.21; Jeremias 3.8; e freqüentemente nos capítulos 16 e 23 de Ezequiel. A relação entre Deus e Israel muitas vezes é representada pela figura do matrimônio. E a linguagem simbólica tem que harmonizar-se com a literal. Em Ezequiel 23, o vocábulo *porneia* e seus cognatos são muitas

vezes usados para descrever tal culto, e este tipo de adoração não era limitado aos homens casados.

Heródoto diz que os ritos dos cultos idólatras estavam relacionados com infames excessos sexuais. Veja-se Apocalipse 2.20 onde Cristo fala de Jezebel e seu culto idólatra, e de haver ela levado seus servos a "praticarem a prostituição". Aqui novamente Cristo usa a palavra "prostituição" (fornicação) em relação a pessoas casadas.

Em Oséias 2.5, a palavra fornicação é aplicada à esposa de Oséias. "Prostituir" é *zanah*. As abominações sexuais praticadas por pessoas casadas em Sodoma e Gomorra são mencionadas em Judas 7, e a palavra usada é "prostituição".

Nos apócrifos judaicos, a palavra *porneia* e seus sinônimos tornam-se termos genéricos para designar práticas sexuais, e são usadas para especificar vícios sexuais.

A palavra *porneia* (fornicação) é usada para designar adultério em Siraque 23.23; Testamento de Judá 18.2; Testamento de Dã 5.6; Testamento de Issacar 7.2; Testamento de José 3.8. No Testamento de Levi 14.6, os sumos sacerdotes, quase que sem exceção, eram homens casados, e a palavra fornicação era aplicado para designar as transgressões tanto dos solteiros como dos casados. No Testamento de Aser 2.8, a mesma associação de pecado sexual é descrita com o termo *porneia*.

Na literatura do início da era cristã, o termo *porneia* e seus cognatos eram usados para designar os pecados sexuais em geral.

> Hermes usa a palavra *porneia* aplicando-a a mulheres casadas. Tácio também aplica o termo *porneia* à mulher casada. Heráclito cita Orígenes usando o termo *porneia* ao falar da mulher de Samaria. Orígenes também enxerga o termo *porneia* em Mateus 14.7. Do mesmo modo, o *Atos de Tomé*. Basílio, em suas *Epístolas*, usa *porneia* falando de casados. Crisóstomo (e não há dúvida de que ele

conhecia o grego) emprega *porneia* falando da esposa de alguém.
Gregócio Naziancio usou o termo *pornos* aplicando-o a uma esposa adúltera, e também usa *pornos* designando um marido adúltero.
Justino Mártir usou *porneia* para designar sodomia.

Inúmeras referências em favor desta idéia de fornicação são apresentadas na valiosa obra léxica *A Patristic Greek Lexicon* (Um dicionário grego patrístico). Este dicionário afirma o seguinte: "Fornicação — ato sexual ilícito praticado por pessoas casadas, e por tal razão inclui a idéia de adultério. Mt 5.32, 19.9. *Porneia* é adultério." O *Baker's Dictionary of Theology* (Dicionário teológico do Baker) concordam plenamente com esta definição de fornicação.

A fornicação e seus cognatos são empregados com o mesmo sentido no Novo Testamento. Ali o homem casado culpado de pecado sexual é chamado de adúltero e a mulher casada de adúltera. Em 1 Coríntios 5.1, Paulo diz que o adultério era prática freqüente entre os coríntios, e incesto é mencionado especificamente. Quem poder dizer que apenas os homens casados eram culpados disso? Em 2 Coríntios 12.21, o apóstolo diz que ele choraria por *muitos* que "pecaram e não se arrependeram da impureza, prostituição e lascívia que cometeram". Será que entre todos estes pecadores contavam-se apenas homens casados? Em 1 Coríntios 5.9-11, Paulo ordena aos coríntios "que não vos associásseis com os impuros". Será que eles poderiam associar-se com adúlteros, então? Dessas referências podemos depreender que Paulo, um erudito sábio judeu, usou o vocábulo "prostituição-fornicação" pelo seu significado estabelecido. E assim também agiram os outros apóstolos.

Em Atos 15.20,29, os apóstolos escreveram aos gentios que se abstivessem da "incontinência". Elmer Miller, veterano membro da corte da Nova York, é um advogado com amplo conhecimento das Escrituras.

Ele realizou um estudo do divórcio, e escreveu o seguinte em seu *Memorandum* acerca da fornicação de Atos 15.20 e 29:

> Seria ridículo supor que no primeiro século A.D., quando relações sexuais ilícitas eram comuns entre os gentios, a palavra *porneia* fosse usada somente para designar relações ilícitas entre pessoas solteiras. Se esse fosse o verdadeiro sentido no qual a palavra teria sido empregada nestes dois versos, então teríamos o primeiro concílio da Igreja indiretamente permitindo relações sexuais ilícitas entre casados.
>
> O Dr. Charles resumiu suas conclusões acerca da palavra fornicação com a seguinte declaração:
>
> Desde os tempos clássicos, a palavra fornicação tem tido o significado de pecado sexual cometido por mulher casada. Aplicava-se aos pecados sexuais como um todo. O contexto no qual ela aparece determina o sentido que se pretendia dar-lhe. Segue-se que, na Grécia, desde o século IV A.C. e no ano 200 A.C. entre os judeus de fala grega, até o ano 96 A.D., o termo *porneia* e seus cognatos eram empregados não somente com o sentido de fornicação, mas da prática de qualquer outro pecado específico, assim como de todos os pecados sexuais considerados englobadamente. *(The Teaching of The New Testament on Divorce.)*

Isto foi interpretado assim pelos maiores entendidos do assunto e tradutores da cristandade, a saber:

> Agostinho, Latâncio, Clemente tradutores do Aramaico, Lutero, Calvino, Grocio, os pais da Igreja de após o concílio de Nicéia, Gesenios, Edersheim, Rotherham, Vicent, Morgan, Robertson, Strong, Knox, Williams, Phillips, Moffat, Weymouth, West, Montgomery, Goodspeed, versão ampliada, Abott-Smith, Westcot-Hort, Driver, a versão Douay, Wesley-Hastings, Cruden e Liddle-Scott.

Eu poderia facilmente citar *muitos* outros, tanto do passado como dos tempos atuais. Nossos principais dicionários modernos reconhecem o sentido bíblico de fornicação.

> "Fornicação. Na Bíblia, qualquer ato sexual ilícito, incluindo adultério." *(Wesbter's New 20th Century Dictionary.)*
> "Fornicação. Algumas vezes, principalmente na Bíblia, esta palavra é empregada para designar todo tipo de relação sexual, a exceção do relacionamento entre marido e mulher." *(Webster's Third New International Dictionary.)*

Os principais comentaristas e críticos gregos concordam entre si acerca do sentido de fornicação acima citado, como o das Escrituras.

Muitas vezes pessoas casadas são acusadas de crimes sexuais tão chocantes, que a imprensa e o público são proibidos de entrar nos tribunais. São crimes para os quais Deus determinou a pena de morte, na lei de Moisés. Será que Deus, agora, pede que seus santos sejam "uma só carne" com tais criminosos? Será que tais ofensores, após cumprirem pena numa prisão por causa de crimes sexuais, podem voltar e reiniciar seu relacionamento com o cônjuge inocente, sendo com ele uma só carne, simplesmente porque, de acordo com a interpretação pré-conjugal, estão proibidos de divorciar-se deles?

Os defensores deste ponto-de-vista dizem que se estes crimes houvessem sido cometidos antes do casamento, então a parte inocente poderia divorciar-se do cônjuge, mas, sendo cometido depois, o inocente deve permanecer junto ao outro até o fim de sua vida.

Um dos defensores desta tese, com quem debati o significado da palavra fornicação, reconhece que a lei de divórcio formulada por Cristo exige que a parte inocente se torna "uma só carne" com pessoas acusadas de crimes sexuais. Ele teve que reconhecer isto por uma questão de coerência.

De todas as evidências apresentadas, concluímos o seguinte: quem repudiar sua esposa, exceto em caso de pecado sexual, e se casar com outra, comete adultério.

O vocábulo adultério, aqui, designa o pecado cometido ao se contrair novo matrimônio. E existe mais informações nas Escrituras acerca de fornicação e adultério, mas nosso objetivo foi apenas demonstrar que na regulamentação do divórcio feita por Cristo, o termo adultério não se refere somente ao pecado cometido antes do casamento.

Nosso conceito de fornicação é plenamente apoiado por evidências do Velho e do Novo Testamento, de léxicos hebraicos e gregos, apócrifos judeus, da literatura cristã mais antiga, dos clássicos gregos, dos escritos rabínicos, dos papiros, dos pais da igreja, tanto orientais como ocidentais, das revisões e outras fontes oficialmente reconhecidas. A idéia de pecado pré-conjugal não tem o apoio das maiores autoridades.

7

A Lei de Cristo de Mateus 19.9

Vieram a ele alguns fariseus, e o experimentaram, perguntando: É lícito ao marido repudiar a sua mulher por qualquer motivo?

Analisaremos agora a questão do divórcio em um cenário diferente. Na Bíblia há uma considerável repetição acerca de vários assuntos. Nesta passagem, o autor divino apresenta o mesmo problema em circunstâncias diferentes. Quando uma questão é repetida, e novas informações são acrescentadas a ela, isto é chamado *lei da repetição*. Embora o assunto seja repetido, nós o veremos de um novo ângulo, e perceberemos novos detalhes.

Nesse verso, Cristo está debatendo com os teólogos judeus acerca da questão do divórcio. Como já vimos, o problema era acirradamente discutido entre as escolas rabínicas rivais de Hillel e Shammai.

O ponto básico desse verso era a legitimidade ou não da lei mosaica do divórcio "por qualquer motivo". Esses sábios judeus eram homens capazes e inteligentes. Queriam saber se era *lícito* para um judeu divorciar-se de sua esposa por qualquer motivo, pelos motivos triviais que o famoso rabi Hillel apresentara. *Eles não mencionaram a hipótese de um novo casamento, pois tal não era o ponto em questão.* Não havia nenhuma dúvida a esse respeito. Ele era permitido tanto por Hillel como por Shammai.

Conservemos em mente que o ponto que estamos considerando nessa passagem é a legitimidade da regulamentação do divórcio feita por Moisés.

Os principais defensores da tese do divórcio como sendo apenas uma separação aplicam a *regra do assunto em debate* em outras questões bíblicas, e portanto seguiremos seu exemplo, e iremos aplicá-la neste estudo.

No *Apêndice*, cito Carlos Finney, ao dar as regras de interpretação. Ele era teólogo e advogado e aplicou na interpretação das Escrituras as mesmas regras que estou usando. Ele escreveu o seguinte:

> A linguagem deve ser interpretada de acordo com o assunto em debate. *(Teologia Sistemática.)*

A palavra "assunto" significa objeto ou matéria apresentada para consideração; ponto em discussão. *(Black's Law Dictionary.)*

Analisaremos então o assunto que foi apresentado a Cristo para consideração, e veremos como ele definiu a questão em discussão. Abaixo damos, em colunas separadas, os textos de Mateus e Marcos, e o leitor verá por que os principais entendidos na questão, como Edersheim, Vicent, Alford, e muitos outros dizem que Mateus contém o "registro mais completo", e que ele ocupa o "mais elevado plano das narrativas", enquanto que o registro de Marcos é feito em forma mais condensada. Colocamos em grifo, as frases de Mateus que são omitidas em Marcos.

Mateus 19	*Marcos 10*
3. Vieram a ele alguns fariseus, e o experimentaram, perguntando: É lícito ao marido repudiar a sua mulher *por qualquer motivo?*	2. E aproximando-se alguns fariseus o experimentaram, perguntando-lhe: É lícito ao marido repudiar sua mulher?
4. Então respondeu ele:	3. Ele lhes respondeu: Que vos ordenou Moisés?

Não tendes lido que o Criador desde o princípio os fez homem e mulher,

5. e que disse: Por esta causa deixará o homem pai e mãe, e se unirá à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne?

6. De modo que já não são mais dois, porém uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem.

7. Por que então Moisés mandou dar carta de divórcio e repudiar?

8. Respondeu-lhes Jesus: Por causa da dureza do vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossas mulheres; entretanto, não foi assim desde o princípio.

9. Eu, porém, vos digo: Quem repudiar sua mulher, *não sendo por causa de adultério*, e casar com outra, comete adultério.

10. *Disseram-lhe os discípulos: Se essa é a condição do homem relativamente à sua mulher, não convém casar.*

11. *Jesus, porém, lhes respondeu: Nem todos são*

4. Tornaram eles: Moisés permitiu lavrar carta de divórcio e repudiar.

5. Mas Jesus lhes disse: Por causa da dureza do vosso coração ele vos deixou escrito esse mandamento;

6. porém, desde o princípio da criação, Deus os fez homem e mulher.

7. Por isso deixará o homem a seu pai e mãe.

8. e, com sua mulher, serão os dois uma só carne.

9. Portanto, o que Deus ajuntou, não o separe o homem.

10. Em casa, voltaram os discípulos a interrogá-lo sobre este assunto.

11. E ele lhes disse: Quem repudiar sua mulher, e casar com outra, comete adultério contra aquela.

12. E se ela repudiar seu marido e casar com outro, comete adultério.

aptos para receber este conceito, mas apenas aqueles a quem é dado.

12. *Porque há eunucos de nascença; há outros a quem os homens fizeram tais; e há outros que a si mesmos se fizeram eunucos, por causa do reino dos céus. Quem é apto para o admitir, admita.*

Primeiramente, devemos notar que Cristo e os judeus que o queriam testar interpretavam o termo "lícito" da mesma forma. Muitas vezes, Jesus, os judeus e os apóstolos discutiam pontos da lei judaica, sempre usando o mesmo vocabulário. Em outra ocasião em que se usou o termo "lícito", tanto Jesus como os fariseus deram a ele o mesmo significado. Perguntaram a Jesus: "É *lícito* curar no sábado?" E Jesus respondeu: "É lícito fazer bem aos sábados." (Mt 12.10,12.) Numa outra oportunidade indagaram-lhe: "É lícito pagar tributo a César, ou não?" (Mc 10.14.) Em cada um destes casos, a questão em foco era uma lei judaica. Isto se deu, também, no diálogo havido entre Jesus e os fariseus, quando eles lhe indagaram: "É lícito ao marido repudiar a sua mulher por qualquer motivo?" (V. 3.) Havia concordância entre eles quanto ao sentido das palavras "lícito", "repudiar", "exceto" e "adultério".

Consideremos o assunto em questão, ponto por ponto, para vermos a ordem de pensamento lógica, do verso 3 ao 9.

No verso 3, os fariseus, com estratégia bem planificada, apresentaram ao Senhor sua pergunta-teste acerca da legitimidade da lei de Moisés que permitia a dissolução do casamento por qualquer motivo. Como já observamos, ela aplicava-se à mulher que fosse má cozinheira ou dona de casa, ou ao caso de o homem

desejar casar-se com outra mulher mais bonita, ou a qualquer outra razão.

Nos versos 4 a 6, Jesus ultrapassa a lei deuteronômica, que era a base do argumento farisaico, e leva-os à primeira lei matrimonial. Ao apelar para a lei original, Jesus ensinou que as bases do casamento achavam-se no ideal do Criador, de que homem e mulher fossem uma só carne. A natureza constitutiva do homem exigia que ele tivesse uma companheira que fosse de natureza semelhante à dele. Um completava o outro.

"Não foi assim desde o princípio." Os teólogos católicos e anglicanos já argumentaram exaustivamente acerca dessas palavras para apoiar sua doutrina de divórcio sem outro casamento. Seu conceito pode ser resumido em três pontos:

1. Ao chamar atenção para a instituição original do matrimônio, Jesus ensinou que a união conjugal é indissolúvel.
2. O novo casamento da parte inocente, enquanto o outro cônjuge estiver vivo, é moralmente errado.
3. Somente a morte pode romper o vínculo matrimonial.

Já desprovamos estes argumentos, demonstrando que a lei mosaica permitia a dissolução da união, e dava direito à mulher de tornar-se esposa de outro homem.

Ao apelar para a lei original, Jesus faz a reafirmação do intento do Criador e do objetivo do casamento. O ideal divino na lei do Novo Testamento tem suas bases no original. Mas ao apontar para o primeiro casamento, Jesus revelou também a perfeição do Éden. Adão não era adúltero; tampouco o era Eva. Havia apenas um homem e uma mulher no mundo. Se tivesse havido outro homem e Eva tivesse ido viver com ele em adultério, seria o propósito do Criador que Adão vivesse numa condição a respeito da qual ele mesmo disse: "Não é bom que o homem esteja só" (Gn 2.18)?

Nos versos 4 a 6, não está em vista o divórcio por adultério. Este só entra em cena depois do versículo 9.

O Messias determinou que aquilo que Deus "ajuntou" os judeus não deveriam "separar". Este termo "separar" prova que Jesus fala do divórcio como tendo efeito de dissolução. "Separar" significa "cortar, seccionar, romper". O divórcio deuteronômico era um rompimento do vínculo matrimonial, e Cristo reconheceu-o como tal. Separar não significa absolutamente "separação de corpos e bens".

Existe um contraste entre "ajuntar" e "separar". O casal "ajuntado", quando é separado, não está mais "ajuntado".

É verdade que no início os homens não se divorciavam de suas esposas. Mas também é verdade — como veremos mais tarde — que no princípio eles executavam esposas adúlteras. Não havia necessidade do divórcio, quando as esposas eram executadas. (Lv 20.10.)

No verso 7, os teólogos judeus lançaram seu ataque mais forte: por que Moisés permitiu dar carta de divórcio e repudiar a esposa? O precedente mosaico era a dissolução do matrimônio com a permissão de um novo casamento — e Jesus concordou com isso, mas disse que tal fora concedido por causa da dureza do coração dos homens.

O Senhor não disse nada contra a lei mosaica que prescrevia pena de morte para o adúltero. E a proclamação de morte também constava dos regulamentos judaicos. Jesus reconheceu o fato e fez referência a ele. (Mt 15.4; Jo 8.3-7.) Ver também Jo 19.7.

Devemos observar de passagem, que no início também não havia uma separação de corpos e bens.

No verso 9, Jesus dá, com uma sentença, um sumário da questão toda. Quem repudiar a esposa — separar-se — exceto em caso de adultério, e se casar com outra, comete adultério. Os fariseus receberam a resposta de Jesus para sua pergunta, como a apresentaram e como a entendiam.

Nos versos 3 a 9, o termo legal "repudiar" foi usado quatro vezes na discussão — duas vezes pelos fariseus e duas por Jesus. Nos versos, 3, 7 e 8, aparecem três vezes — empregado por ambos os lados — este termo tinha o sentido de dissolução. E então, por que recurso de magia essa palavra se transformou em "separação" no verso 9? Jesus não fazia uso de linguagem dúbia. O significado da palavra não variou de dissolução para separação no decurso de uma mesma disputa.

O Prof. John H. Wigmore, autoridade em leis, adverte-nos contra os intérpretes que emprestam às palavras significados que lhes interessam. Ele os chama de "magos das palavras". Disse que, quando tais pessoas se achavam diante de uma palavra que queriam modificar, diziam: "Pronto! Altere-se!" E é isso que muitas pessoas fazem com esta questão em Mateus 19.9.

Elas chegam ao verso 9, e sem a menor orientação da parte de Cristo, pronto! um termo jurídico que durante quatorze séculos significou dissolução, repentina e misteriosamente passa a ser "separação de corpos e bens". O que acontece quando se faz isso com outros termos bíblicos? O resultado é Ciência Cristã, Unitarismo, e outros *ismos* que destroem o significado da Palavra de Deus.

Os defensores da tese da separação ignoram e contradizem o contexto, introduzindo pensamentos estranhos a esta passagem. A idéia de dissolução está profundamente entranhada no contexto, e o "contexto é a suprema corte de apelações". *(A Manual Grammar of the New Testament.)* Tentar encaixar a idéia de separação nesta passagem seria o mesmo que tentar abrir uma fechadura com a chave errada.

Os dois lados discutiam a dissolução do casamento pelo divórcio e não pela morte.

Um dos princípios fundamentais na exposição gramatical e histórica é o de que as palavras e sentenças devem ter um único e mesmo significado dentro de um mesmo contexto. No momento em que

quebramos este princípio, passamos a vagar num mar de incertezas e conjecturas. (*Hermenêutica Bíblica*, de Terry.)

A última parte do verso 8 é um dos mais fortes argumentos de nossos oponentes: "...não foi assim desde o princípio." Mas logo depois destas palavras Jesus acrescenta: "Quem repudiar sua mulher, não sendo por causa de adultério..."

E assim, no verso 9, Jesus permite o divórcio, que no verso 8 ele afirma não ser a situação original.

Por que teria ele permitido o divórcio quando tal não existia no começo?

Por que não disse ele: "Não foi assim desde o princípio, e não será assim agora"?

Existe apenas uma resposta plausível. O adultério era uma exceção para a doutrina de Jesus acerca do casamento e divórcio. Tudo que já expusemos a respeito do termo "exceto" volta à baila novamente. Poderíamos entregar-nos a um complicado debate gramatical acerca da aplicação da exceção a ambas as cláusulas, mas não será necessário. Basta lembrar, como já provamos anteriormente, que "exceção" significa "excluir algo do todo de uma afirmação ou proclamação" — "excluir parte de um todo de consideração". Do seguinte modo:

1. O propósito original do casamento para o homem e a mulher continuava o mesmo, a não ser em caso de adultério.
2. O homem deve abandonar pai e mãe e unir-se à sua mulher exceto em caso de adultério.
3. O que Deus ajuntou, o homem não deve separar, a não ser em caso de adultério.
4. Para o judeu, seria dureza de coração divorciar-se da esposa, exceto em caso de adultério.
5. O judeu não deveria conceder termo de divórcio, exceto em caso de fornicação.

Podemos concluir, então, que a lei de divórcio enunciada por Cristo no verso 9 anula a posição da mulher como esposa de seu marido. Uma "separação

de corpos e bens" não era o assunto em questão.

O casamento pode ser anulado pela violação do propósito de Deus para o casamento de que os dois sejam uma só carne. Ele pode ser dissolvido pela violação do ato que o constitui. O *Pulpit Commentary*, desde há muito altamente respeitado, afirma o seguinte: "O Senhor não diz que o novo casamento de pessoas divorciadas era adúltero em todos os casos."

Nas colunas paralelas dos textos de Mateus e Marcos vimos que Marcos expõe a lei do casamento em geral, enquanto que Mateus apresenta, além dela, a exceção. Não existe qualquer contradição entre os dois Evangelhos.

Portanto, a conclusão é que não há contradição, e que Mateus 19.9 concede ao cônjuge inocente o direito de um novo casamento. (*Baker's Dictionary of Theology.*)

Lutero apoiava a mesma idéia, pois, em seu sermão acerca do casamento, em Wittenberg, 1525, ele afirma que "Mateus 19.9 é um texto claro, direto, simples..."

O Dr. Campbell Morgan, há muito considerado "o maior expositor bíblico do século passado", defendia a tese de que o casamento poderia ser dissolvido por causa de pecado sexual. Ele escreve que o casamento é "indissolúvel... a não ser por um e único pecado." (*The Gospel According to Mathew.*)

(O leitor poderá considerar outra interessante informação acerca da questão do divórcio apresentada nos versos 10 a 12. Quando Jesus enunciou sua nova lei do divórcio, os discípulos a acharam tão rigorosa, que disseram que seria melhor que o homem não se casasse, mas Jesus corrige seu erro, e menciona o exemplo dos eunucos.)

8

São Genuínas as Passagens de Exceção?

Iremos examinar agora as contestações de que as passagens de Mateus apresentando as exceções de adultério são forjadas. Algumas pessoas alegam que as palavras "exceto em caso de adultério" não se encontram nos manuscritos mais antigos, e não são autênticas. A importância dessas exceções é comprovada pelas inúmeras tentativas para se invalidá-las.

Se fossem cortados da Bíblia todos os textos que os críticos consideram fraudulentos, o que teríamos de resto seria uma *Versão Mutilada.* Não somente versos e passagens inteiras têm sido tachados de espúrios, mas todos os livros do Novo Testamento têm sido contestados por uma ou outra pessoa.

Existem fortes evidências de que as exceções são autênticas, podendo portanto ocupar seu lugar em ambos os textos de Mateus 5.32 e 19.9. Elas foram aceitas como sendo genuínas pela maioria dos entendidos do Novo Testamento, durante dezenove séculos. Os grandes pais da Igreja, tanto orientais como ocidentais, aceitaram-nas. Um variado número de comentários e enciclopédias e tradutores rigorosos aceitou-as. Os revisores da *Versão do Rei Jaime*, da Inglaterra, e todos os comitês de revisores havidos

desde 1611 aceitaram-nas. O texto da Westcott-Hort as reproduz. O texto de Nestle também.

Alguns dos mais capazes e mais citados teólogos que negam a autenticidade das exceções afirmam que, se elas fossem genuínas, dariam o direito de um novo casamento a um divorciado por causa de adultério. O Bispo Charles Gore, de Londres, foi um dos principais contestadores. Em seu livro *The Question of Divorce* (A questão do divórcio), que é amplamente citado, ele afirma — *mas não fornece provas* — que as exceções não são genuínas. Ele reconheceu que se fossem genuínas, teriam que aplicar-se tanto ao divórcio como ao novo casamento. Ele diz que a exceção de Mateus 19.9:

> "... não deixa dúvidas de que o divórcio é usado nesse sentido, porque dá direito a um novo casamento."

Este culto bispo foi suficientemente sábio para enxergar isto, mas iludiu-se com um raciocínio enganoso em sua tentativa de negar a autenticidade das exceções.

Os teólogos católicos afirmam que as exceções têm lhes trazido muitas dificuldades, mas concordam quanto à autenticidade delas. Eles dizem o seguinte em sua obra de aceitação internacional:

> Algumas pessoas têm tentado solucionar o problema lançando dúvidas sobre a autenticidade de toda a frase de Mateus 19.9 (a não ser em caso de adultério), mas essas palavras já tiveram sua autenticidade comprovada pelos mais fidedignos códices (manuscritos). (*Catholic Encyclopedia.*)

Aqueles que afirmam que as exceções são meras fraudes poderão conseguir um ponto para sua causa se conseguirem rebater esta afirmação católica: "*plenamente comprovada pelos mais fidedignos códices.*" Se não puderem refutá-la, então ela se constitui uma forte e convincente evidência contra eles.

Eis aqui outras provas da *International Standard Bible Encyclopedia*:

> Isto podemos afirmar: o relato de Mateus subsiste pela autoridade dos velhos manuscritos, pelo grego e também pelas versões. E, nesse ponto, devemos notar que o testemunho dos manuscritos é anterior ao dos revisores modernos, e eles reafirmam o texto de 1611, e confirmam a exceção da lei formulada por Cristo nas duas referências, Mateus 5.32 e 19.9. Isto torna esta questão uma causa *res adjucata*, ao nível máximo possível ao raciocínio humano. ("*Res adjucata*" significa "uma questão resolvida de forma oficial e decisiva.)

Temos que entender que, se as exceções com relação ao adultério são falsas, então a lei original "serão ambos uma só carne" toma caráter obrigatório. A lei original do casamento, citada em Marcos 10.3-9 e Lucas 16.18 é absoluta — não há exceções para nada, nem mesmo para a "separação de corpos e bens". Em Marcos e Lucas não se abrem exceções para adultério, incesto, sodomia, prostituição, ou qualquer outro crime sexual.

A lei original do casamento ordena ao homem "se unirá a sua mulher, tornando-se os dois uma só carne". Se é verdade que não existem exceções para esta lei absoluta, então, se a esposa de um homem é prostituta, ele deve unir-se a ela. Quem se casa com um maníaco sexual, tem que ser uma só carne com tal pessoa, a não ser que se encontre a exceção à regra.

O texto de Hebreus 7.22 e 8.6 afirma que Cristo deu à humanidade uma "aliança superior" à de Moisés; contudo, Moisés, tendo uma aliança inferior, executava adúlteros e criminosos sexuais, e libertava o cônjuge inocente para casar-se de novo. Portanto, se a aliança superior exige que o inocente se torne "uma só carne" com criminosos sexuais, então nos parece que Moisés ofereceu ao cônjuge inocente uma situação mais justa.

Se as exceções são realmente falsas, será que o

Divino autor do Novo Testamento não poderia evitar que um erro de tais proporções fosse inserido em sua Palavra?

Apenas em nossa geração, milhares e milhões de exemplares do Novo Testamento têm sido distribuídos. Então, se as exceções são falsas, isso constitui enorme erro para milhões de cristãos nestes vinte séculos.

Os pais da igreja, tanto orientais como ocidentais aceitavam as exceções. Os revisores da Versão do Rei Jaime e todos os comitês havidos desde então as aceitam. Os textos de Westcott-Hort e Nestle as contêm. Os teólogos católicos dizem que elas são "comprovadas pelos mais fidedignos códices". Isso tudo é mais que suficiente para contentar uma mente normal.

9

Por que Mateus Registra as Exceções Acerca do Adultério

Mateus registra as exceções de adultério duas vezes. Marcos e Lucas não as mencionam. Alguns dos divulgadores da idéia de que não é permitido novo casamento a um divorciado, criaram grande celeuma em torno desta aparente contradição, mas esses mesmos não se perturbam com outras discrepâncias nos registros evangélicos sobre outros assuntos, e tais são importantes.

Os críticos modernos nunca cessam de atacar a Bíblia a propósito de suas supostas contradições, e inúmeros estudiosos bíblicos têm escrito diversos livros para defendê-la de tais acusações. Por que, então, existem aparentes discrepâncias nos Evangelhos, acerca da questão do divórcio e de outros assuntos importantes? Por que um evangelista registra detalhes que outros não relatam? Por que somente Mateus apresenta as exceções da lei do divórcio? Indaguemos aos mais abalizados teólogos.

> Acaso não devíamos saber... que aquilo que a nós parecem estranhas omissões, e que quando comparado à narrativa dos outros Evangelhos parece conter discrepâncias, talvez pudessem apresentar uma explicação plenamente satisfatória, se conhecêssemos todos os detalhes?

> Os relatos dos três Evangelhos sinóticos devem ser cuidadosamente reunidos. Ver-se-á então que somente assim podem ser entendidos... Marcos, que nos fornece apenas uma versão condensada dos fatos, omite esta cláusula (exceto em caso de divórcio); mas nos círculos judaicos a controvérsia toda girava em torno deste ponto. Todos criam que o divórcio era lícito, e a única dúvida era quanto às causas. (*The Life and Times of Jesus The Messiah.*)

Dean Alford, eminente conhecedor do Novo Testamento, diz que nos Evangelhos existem "incontáveis variações" e "espantosas discrepâncias" para as quais ainda não se encontrou solução" (*The Greek New Testament for English Readers).*

Calvino diz o seguinte: "Deus nos deu quatro Evangelhos para que enxergássemos os fatos de quatro pontos-de-vista. ...Certamente o divino autor não está em desacordo consigo mesmo." Se cada Evangelho contivesse todos os detalhes, não haveria necessidade de haver quatro deles. O *Pulpit Commentary* contém valiosas informações acerca de *contradições, omissões e discrepâncias* dos Evangelhos.

> Cada um dos evangelistas registra certas palavras e ações do Senhor que são peculiares ao próprio escritor... somente Mateus preservou textos grandes, com instruções especiais, e eventos. Sem os fatos e testemunhos dos outros três Evangelhos, cada um deles seria confuso e indistinto.
> (Existem) extraordinárias discrepâncias e omissões difíceis, para as quais não há explicação... Os parágrafos de Mateus que contêm matéria peculiar são em número de nada menos que sessenta e dois. (*Pulpit Commentary.*)
> Uma harmonia clara entre os textos (de divórcio) pode ser encontrada no princípio de que uma exceção citada num relato mais amplo deve aplicar-se também no mais curto... Marcos e Lucas,

naturalmente, pensaram que aquilo era óbvio, e não o registraram. *(McClintock-Strong Encyclopedia.)* A doutrina do divórcio nas Escrituras é muito simples. Está contida em Mateus 19.3-12... Em Mateus temos o relato mais completo, contendo tudo que é registrado nos outros relatos e mais uma ou duas observações importantes que os outros escritores não incluíram em sua narrativa. Lucas dá apenas um verso acerca de um assunto que Mateus relata em dez. O verso de Lucas não tem necessariamente conexão com o contexto... Parece-me que estaremos certos ao dizer então que toda a doutrina das Escrituras referente ao divórcio está contida na íntegra em Mateus 19... Ali o assunto é exposto com tanta clareza que "quem quer que caminhe por ele não errará". (*International Standard Bible Encyclopedia.)*

Mateus, Marcos e Lucas devem ser estudados em conjunto. Se tal não for observado, surgirão contradições aparentes em muitos assuntos. Esses três Evangelhos são chamados "sinóticos". O termo "sinótico" (*sin*, junto, mais *opsis*, estudo) significa "examinar em conjunto". Dean Alford diz:

> Todos os expositores e estudantes da Bíblia deviam adotar como regra a verdade de que as Escrituras representam um todo, e ela ou cai ou subsiste como um todo. (*The New Testament for English Readers.*)

Os entendidos em leis concordam com as autoridades bíblicas nessa *regra de unidade*. Se um processo jurídico envolve uma questão acerca de uma transação que foi negociada por meio de vários termos e documentos, o tribunal deverá fazer a aplicação desta regra se quiser dar-lhe uma interpretação justa. Citamos abaixo um comentário de certa autoridade britânica que estudou Direito nos Estados Unidos:

> Todas as partes (devem ser) reunidas e trazidas para a ação... (Devemos) obter do todo um sentido

uniforme e consistente. (*Principles on Legal Interpretation.*)
Interpretar as leis e uni-las de modo a se harmonizarem é o melhor código de edificação. (*Corpus Juris Secundum.*)

Quando desejamos saber o que Cristo ensinou a respeito de determinada questão, não podemos limitar-nos ao estudo de apenas um Evangelho, mas devemos examinar os demais para vermos que outros detalhes eles apresentam. Somente agindo dessa forma poderemos estar certos de que o assunto se nos apresenta harmonicamente. Isto se aplica a muitas matérias dos Evangelhos. Por exemplo: a transcrição de Mateus do Sermão do Monte contém 111 versos, enquanto que Lucas o faz em apenas 29. Se dispusésemos apenas da narrativa de Lucas, teríamos um sermão incompleto.

O registro de Mateus do Sermão Profético consiste consiste em noventa e sete versículos; o de Marcos tem apenas trinta e sete. Como faríamos sem o relato de Mateus do grande Sermão Profético do Senhor? Por que então nossos prezados oponentes preferem a "versão condensada" de Marcos acerca do divórcio, quando preferem o relato "mais amplo" de Mateus no que se refere a outros assuntos?

Se o raciocínio de certos intérpretes das diferenças contidas nos Evangelhos fosse válido, então pelo mesmo raciocínio poderíamos argumentar que existem "quatro crucificações e quatro ressurreições, todas divergindo entre si". (Alford.) A Bíblia seria um testemunho indigno de crédito para o mundo, se contivesse tantas contradições.

Muitas das autoridades em assuntos do Novo Testamento concordam entre si que Mateus apresenta o mais elevado plano de narrativa entre os registros evangélicos. "Enquanto Mateus registra os sermões do Senhor na íntegra... Marcos (os) reproduz em forma condensada... Um Evangelho completa o outro." (Vincent.) "Mateus registra as palavras de forma

completa..." (Edersheim.) Existem "imensas porções de assuntos que são peculiares a Mateus." (*Revelation and the Bible.*)

Qualquer afirmação clara da Palavra de Deus basta para solucionar qualquer questão. Jesus provou a veracidade da ressurreição dos mortos para os saduceus fazendo uma *inferência de um único verso bíblico.* (Mt 22.32.)

As autoridades em interpretação bíblica dizem-nos para acompanharmos os cientistas, e usarmos seus métodos de interpretação. E os cientistas dizem:

> Uma exceção derruba uma hipótese com a mesma força científica com que o fariam mil delas.

Simon Greenleaf, professor de direito da Universidade de Harvard (1833-48), foi uma das principais autoridades em leis de seus dias. Era também um hábil conhecedor das Escrituras, e produziu uma valiosa obra acerca dos Evangelhos, na qual aborda a questão das discrepâncias.

> As discrepâncias que ocorrem entre as narrativas dos vários evangelistas, quando examinadas detalhadamente, não contêm peso suficiente para invalidar seu testemunho. Muitas das aparentes contradições, depois de um escrutínio mais acurado, revelarão achar-se em substancial harmonia entre si. Se a evidência dos evangelistas devesse ser rejeitada por causa de algumas discrepâncias encontradas entre eles, seríamos obrigados a nos descartarmos de muitas das histórias contemporâneas, nas quais nos acostumamos a confiar totalmente. A lei considera genuínos todos os documentos aparentemente antigos... e que não apresentem marcas de contrafação, e transfere à parte oponente o encargo de provar o contrário. (*Testimony of the Evangelists Examined by Evidence Administered in Courts of Law.*)

Qualquer argumento contrário às exceções de Mateus resultaria numa contra-explosão, pois, se a

discrepância invalida as exceções de Mateus, o que acontece à sua "separação de corpos e bens"? E eles não têm outra fonte a que recorrer em busca de uma exceção, a não ser este Evangelho.

Porém, alguns argumentam: "Mas como é possível que cinco palavras (exceto em caso de adultério) modifiquem tudo que Jesus ensinou a respeito do casamento, e permitam a dissolução do matrimônio?" E nós respondemos: do mesmo modo que cinco palavras podem alterar tudo que ele ensinou acerca do casamento, e permitir uma separação.

Cinco palavras podem modificar mil, ou dez mil. Elas podem modificar — e modificam — parágrafos ou capítulos inteiros de uma lei ou documento.

Já fiz referência a Elmer Miller, advogado e profundo conhecedor da Bíblia. Ele respondeu a esta objeção observando que Deus colocou algumas de suas leis em quatro ou cinco palavras:

Não matarás.
Não furtarás.
Não cobiçarás.
Não adulterarás.

Isto deve bastar para aqueles que nos denominam a "Escola das cinco palavras".

Concluímos que cada Evangelho contém importantes informações que os outros não relacionam. De Mateus constam detalhes que Marcos e Lucas não possuem. E Marcos e Lucas têm muitos pontos que Mateus não registra.

Se o relato de Mateus for rejeitado com base nos detalhes que somente ele registra, não devemos então rejeitar os detalhes que apenas Marcos e Lucas registram?

> Mateus nos fornece a informação acerca das duas exceções feitas pelo Senhor neste assunto, de que o homem pode repudiar a esposa, e quando o faz, pode casar-se com outra.

10

O Significado de Romanos 7.1-4

1. Porventura ignorais, irmãos, pois falo aos que conhecem a lei, que a lei tem domínio sobre o homem toda a sua vida?
2. Ora, a mulher casada está ligada pela lei ao marido, enquanto ele vive; mas, se o mesmo morrer, desobrigada ficará da lei conjugal.
3. De sorte que será considerada adúltera se, vivendo ainda o marido, unir-se com outro homem; porém, se morrer o marido, estará livre da lei, e não será adúltera se contrair novas núpcias.
4. Assim, meus irmãos, também vós morrestes relativamente à lei, por meio do corpo de Cristo, para pertencerdes a outro, a saber, aquele que ressuscitou dentre os mortos, e deste modo frutifiquemos para Deus.

Os defensores do ponto-de-vista contrário ao nosso tomam estes versos e repetem seus argumentos de que somente a morte pode dissolver o casamento. Vamos segui-los e aplicar-lhes as mesmas regras e argumentos que aplicamos nos capítulos anteriores, e veremos que esses versos não ensinam que somente a morte pode romper com o vínculo matrimonial.

O divórcio por causa de adultério não se encontra em discussão neste texto. Ele enuncia a lei geral do casamento, mas que é modificada pela exceção apresentada em Mateus, para o caso do adultério. Marcos e Lucas também apresentam a lei básica, mas já vimos

que ali também ela é modificada pela exceção de Mateus.

Veremos no próximo capítulo que 1 Coríntios 7.15 apresenta uma exceção para Romanos 7.2. Apelamos novamente para a *regra de unidade*. Veremos que nos casos de divórcio de 1 Coríntios 7.15, Paulo diz: "Em tais casos não fica sujeito à servidão, nem o irmão, nem a irmã."

A lei geral determina aqui que a mulher esteja ligada ao marido. Mas quando Paulo se refere aos "tais casos" de 1 Coríntios 7.15, ele disse que a mulher *não* era sujeita ao marido. Esses casos eram exceção à lei do casamento.

Nos versos de 1 a 4, Paulo usa a ilustração de casamento com o objetivo de ensinar que qualquer autoridade ou potestade que foi cancelada torna-se nula. Estamos mortos "relativamente à lei por meio do corpo de Cristo" a fim de que possamos "pertencer a outro".

No capítulo 6, Paulo apresentara a doutrina de que a morte de Cristo nos liberta da lei, e que estamos livres dela. O assunto desse capítulo é retomado no sétimo, e, ao prosseguir em sua argumentação, ele necessitou de uma ilustração. Para isso ele lançou mão da lei geral do casamento, que cabia na questão.

O Prof. John Murray, do Seminário Westminster, em Filadélfia, Estados Unidos, escreveu que a referência de Paulo à lei do casamento foi "incidental ao objetivo principal de Paulo", e também:

> Não devemos cometer o erro de emprestar a esta ilustração um significado maior que o cabível, em vista do contexto. *(Divorce.)*

Paulo disse que a mulher estava livre da "lei do marido", quando este morresse. O homem, de acordo com a lei do casamento, governava sua esposa, pelo poder de que fora investido. Ela estava em sujeição à autoridade conjugal do marido. A morte dele liberta-va-a dessa autoridade, e a ligação, por lei, estava rompida. O domínio da lei cessava quando morria

aquele que exercia essa lei. Para Paulo, é fato fundamental que: "Onde não há lei, também não há transgressão." (Rm 4.15.) E quando o casamento é dissolvido pelo ato de adultério, a "lei" do marido não mais existe.

No versículo 1, o apóstolo diz que se dirigia a pessoas que conheciam a lei, tanto a judaica quanto a romana. Eles conheciam a lei do casamento e a do divórcio deuteronômico que "libertava" a mulher da lei do marido, e essa libertação era tão completa, que ela poderia ir e "casar com outro homem", e não seria considerada adúltera, nesse segundo casamento, e nem num terceiro, se se divorciasse do segundo.

Todo Israel respeitava a carta de divórcio. Ninguém se atrevia a tachar de adúltera uma mulher divorciada que se casasse enquanto ainda vivesse seu primeiro marido.

A lei judaica revogava a lei do marido. E o mesmo fazia a lei de Cristo, de Mateus 5.32; 19.9. Fosse o casamento dissolvido por Moisés, por Cristo ou pela morte, a natureza e efeito dessa dissolução eram os mesmos. Todos os três libertaram a mulher da lei.

> Os judeus entendem que a mulher "é libertada da lei do marido" somente por duas coisas: a morte e a carta de divórcio; daí o texto de Romanos 7.2,3. *(Sketches of Jewish Life* — Edersheim.)

A lei do casamento enunciada em Romanos é absoluta. A morte é a única exceção admitida. Por força desta lei, sem alterações, a esposa acha-se amarrada a um marido adúltero durante toda a vida. Não abre exceção para uma "separação de corpos e bens".

A "lei do marido" não permite separação; proíbe-a. Não é absolutamente contrário a essa lei conceder à esposa uma *separação* daquilo a que ela está *ligada*? Se não há exceções para esta lei, não está a esposa forçosamente ligada a um criminoso sexual ou a um adúltero "enquanto viver"?

Como o livro de Romanos foi escrito cerca de vinte e cinco anos após Cristo haver enunciado sua lei de

divórcio em Mateus 5.32, 19.9, é necessário que entendamos Paulo através de Cristo.

O Arcebispo R. C. Trench escreveu o seguinte:

> ...outra regra de interpretação, e também de bom senso, ensina que não devemos esperar que *todas as passagens* contenham toda a verdade cristã, e que nada é provado pela ausência, num texto, de certa doutrina, que está claramente demonstrada em outros.
> (Algumas pessoas) não se aproximam das Escrituras para... aprender sua linguagem, mas para ver se conseguem enquadrá-la na delas, sem nenhum desejo de retirar *da* Bíblia o significado correto, mas querendo instilar nela sua própria interpretação (grifos do autor). *(Notes on the Parables.)*

Como Era a Lei do Casamento Desde o Início

Paulo afirma que os romanos conheciam tanto a lei civil como a divina. Sabiam que a lei de Deus e a do homem impunham severas punições ao adultério, desde o tempo do Gênesis. Alguns fatos da história bíblica mostram que a infidelidade à aliança conjugal era sempre uma ofensa de grande vulto na vida da família e no contexto da nação, e que tanto Deus como o homem a julgavam com o mesmo grau de severidade. Notaremos cinco pontos.

1. Gênesis 38.24 — durante o período pré-mosaico, as esposas adúlteras eram condenadas à morte. Judá, não sabendo que fora apanhado pelo seu próprio pecado, disse, referindo-se à adúltera Tamar: "Tirai-a fora para que seja queimada." A história judaica revela que o pai e marido hebreu era senhor absoluto de sua casa, e — antes de Moisés — possuía o poder indiscutível de ordenar a morte de qualquer membro do sexo feminino, que fosse culpado de adultério.

2. Jó 31.9-11 — as autoridades em Velho Testamento concordam entre si no fato de que Jó é um dos

mais antigos livros da Bíblia. Nesse texto, Jó declara que o adultério é "um crime hediondo, delito à punição de juízes".

3. Números 5.12-31 — quando um judeu suspeitava de que sua esposa cometera adultério, mas não tinha provas, ele a levava perante o sacerdote que a compelia a beber água misturada com pó do assoalho do Tabernáculo. E ela era obrigada a fazer um juramento.

> Mas, se te desviaste, quando sob o domínio de teu marido, e te contaminaste, e algum homem, que não é teu marido, se deitou contigo... O Senhor te ponha por maldição... e esta água amaldiçoante penetre nas tuas entranhas, para te fazer inchar o ventre, e te fazer descair a coxa. Então a mulher dirá: Amém, amém! O homem será *livre da iniqüidade*, porém a mulher levará sua iniqüidade. (Nm 5.20-22, 31.)

Ao trazer a esposa adúltera perante o sacerdote, o marido estava livre da iniqüidade, na maldição de Deus que sobreviria a ela. Sua ação não era motivada pela dureza de coração. Deus não exigia de um judeu que se "unisse" e "fosse uma só carne" com uma esposa adúltera, cujo corpo inchava e apodrecia após a maldição. Ele poderia divorciar-se dela e casar-se de novo, e ainda assim era inocente, mesmo que a esposa ainda vivesse, naquele corpo amaldiçoado por Deus.

4. Levítico 20.10 e Deuteronômio 22.22 — "Será morto o adúltero e a adúltera." "Assim eliminarás o mal de Israel."

No Estado Hebreu, o adultério era um ato imperdoável, de conseqüências fatais. Desse modo, o inocente não poderia perdoar o culpado e poupá-lo. A execução era obrigatória. Tratava-se de um "pecado para morte". "Sem misericórdia morre pelo depoimento de duas ou três testemunhas quem tiver rejeitado a lei de Moisés." (Hb 10.28.) O divórcio teria sido um ato de misericórdia.

"Eliminar o mal de Israel." O adultério era olhado com tal horror, que fora colocado na categoria de crime capital. Era um crime contra o Estado Hebreu, e também contra a lei divina. A condenação oficial do adultério não significava uma vingança pessoal, nem dureza de coração. Era um crime contra os interesses morais da comunidade israelita. A relação do homem para com o universo moral exige por parte dele a observância das leis morais.

A punição do adultério era uma necessidade moral, como também uma medida preventiva. Muitas vezes o cônjuge inocente era contagiado por doenças venéreas, por um companheiro adúltero. Os filhos nasciam cegos ou portando outras deficiências físicas. Mulheres prostitutas tinham filhas prostitutas, e homens adúlteros exerciam péssima influência sobre os filhos. Tais perigos sociais deviam ser evitados no Estado de Israel. As abominações sexuais das nações pagãs vizinhas não podiam ficar impunes no seio da nação judaica.

Moisés punia o culpado, liberando o inocente para casar-se de novo. Ele não "amarrava" a virtude com as cadeias da dissipação. E na lei de divórcio e novo casamento apresentada no Novo Testamento, um só golpe da espada divina liberta o inocente do culpado. Cristo não aboliu o direito de "eliminar o mal" em um casamento adúltero.

Os romanos sabiam que as civilizações antigas puniam adúlteros cortando o nariz e orelhas do infiel à aliança conjugal. Esta mutilação do corpo era infligida também pelos caldeus e egípcios. Deus ameaçou a prostituta Israel com o mesmo castigo. Ele diz que em seus "ciúmes", ele enviaria os inimigos da nação contra ela, e "cortar-te-ão o nariz e as orelhas, e o que restar cairá à espada" (Ex 23.19-25).

> "O adultério, portanto, se totalmente comprovado, deve ser punido com a morte, como sendo uma prática subversiva de todo o desígnio da constituição teocrática." *(The Typology of the Scriptures.)*

5. Em 1 Coríntios 5.9-11, Paulo diz à Igreja de Corinto para que não "vos associásseis com os impuros" e "com esse tal nem ainda comais". E no verso 5, o adúltero devia ser "entregue a Satanás para a destruição da carne..."

Paulo dá grande ênfase à ofensa do adúltero de Corinto, e exige sua expulsão com base na lei deuteronômica. *(Expositors of the Greek Testament).* E já que Deus baniu os fornicadores da comunhão da Igreja, será que ele exige que seus santos sejam "uma só carne" com eles?

O divórcio por causa de adultério era compulsório entre os judeus. E, na antiga Atenas, o cidadão que se recusasse a divorciar-se da esposa adúltera perderia seus direitos civis. Paulo faz menção também da prática que havia naquele tempo, de raspar-se a cabeça da adúltera e expulsá-la de casa (1 Co 11.6).

Durante o período da ascendência de Cromwell na Inglaterra, o adultério era punido com a morte. Em países onde os judeus atingiam posição de autoridade, o adultério era castigado com flagelações e prisão. Nos Estados Unidos, já há bastante tempo, tem havido casos de maridos ou esposas que matam o cônjuge infiel, e depois apelam para a "lei não escrita", e os doze concidadãos o absolvem, e o libertam para casar-se com outra pessoa.

Sim, os romanos conheciam a lei. Conheciam a lei romana que serviu de base para toda a legislação moderna. Sabiam que a lei deuteronômica permitia à mulher divorciada tornar-se esposa de outro homem, sem por isso ser tachada de adúltera.

Conheciam os códigos de leis das nações antigas que infligiam um severo castigo aos adúlteros. O famoso código de Hamurabi (2.000 A.C.) dispunha que fosse aplicada a pena de morte por afogamento às mulheres adúlteras. Os códigos babilônico e assírio, anteriores ao de Hamurabi, eram igualmente severos. Havia similaridades marcantes entre as punições para todos os tipos de crimes no código deuteronômico e

nos códigos de outras nações. (Ver *Israel's Laws Legal Precedentes.*)

Os defensores da tese contrária a um novo casamento para o divorciado apóiam sua doutrina, em grande parte, nos versos de Romanos 7. Estes se constituem uma fortaleza para o seu ensino de que somente a morte pode dissolver o vínculo matrimonial. Mas há evidências decisivas de que a idéia de um divórcio motivado por adultério e um novo casamento não se encontrava nos pensamentos de Paulo, ao escrever estes versos.

11

O Significado de 1 Coríntios 7.10-15

Ora, aos casados, ordeno, não eu mas o Senhor, que a mulher não se separe do marido.
(Se porém ela vier a separar-se, que não se case, ou que se reconcilie com seu marido); e que o marido não se aparte de sua mulher.

Alguns mestres baseiam nestes versos o argumento de que o divórcio não dissolve o matrimônio, pois a mulher mencionada no verso 11 recebe a ordem de não se casar de novo. A palavra "separar" nos versos 10 e 11 significa divórcio. Os dicionários gregos básicos definem "separar" (Chorizo) como sendo:

> "Deixar o marido ou esposa; divorciar. 1 Co 7.11,15. *(Thayer's Greek English Lexicon of the New Testament.)*
> Separar (Chorizo), divorciar. "Mencionado em contratos matrimoniais dos papiros. 1 Co 7.1, 11, 15."

O divórcio escriturístico separava o casal, no sentido em que "dividia-o", e dissolvia a união. É erro crasso dizer que o divórcio escriturístico era uma separação que não dissolvia o casamento.

A mulher em questão no verso 11 obtivera o divórcio de acordo com a lei grega, um divórcio facilmente conseguido, mas Paulo recusava-se a reco-

nhecer a validade dele. O fato de que ela obtivera o divórcio é indicado pela ordem do apóstolo de não se casar. Ela deveria permanecer sem casar ou então reconciliar-se com o marido, pois aquele divórcio não tinha força de dissolução do matrimônio. Ela ainda era a esposa do homem de quem se divorciara. Com tal divórcio, o casamento ainda era válido, como no caso de Mateus 5.32. Agora, se ela houvesse se divorciado do marido por causa de adultério, a situação teria sido diferente.

Um estudo do capítulo 7 nos revelará que em Corinto surgira um forte movimento contrário ao casamento. Alguns criam que as relações sexuais eram um ato impuro, e que, praticando a abstinência, atingiriam um plano superior na vida espiritual. Essa idéia aparece com freqüência na Igreja Cristã.

Essa crença asceta perdura na igreja desde os primeiros tempos da Igreja, até nossos dias. Houve uma "crise de celibato" entre alguns dos primeiros cristãos e pais da Igreja. Ocorreu também entre alguns dos grupos religiosos místicos existentes antes de Cristo. É verdade, infelizmente, que hoje em dia, muitas pessoas, crendo serem pecaminosas as relações sexuais conjugais, desfizeram o lar, e assim fazendo, forçaram os cônjuges ao adultério.

Os monges da Igreja ocidental possuíam forte aversão ao casamento, e este espírito de celibato exerceu enorme influência sobre sua interpretação do divórcio nas Escrituras, bem como sobre a legislação civil acerca do mesmo nos países onde detinham posição de proeminência.

Não está claro se a mulher citada no verso 11 era membro deste partido do celibato, de Corinto, mas qualquer que tivessem sido suas razões divorciar-se do marido, não eram válidas.

É da máxima importância notar que, quando Jesus deu seu mandamento sobre o divórcio em Mateus 5.32 e 19.9, ele não mencionou este ponto de maior relevância acerca de não casar-se de novo. Tivesse ele feito isso, e a questão do divórcio teria sido

estabelecida de uma vez por todas. *Por que num determinado caso de divórcio o Senhor foi tão cuidadoso em especificar que a pessoa permanecesse sem casar-se, mas não o foi em outro?* Não seria porque num caso ele reconhecia a dissolução do casamento pelo divórcio, mas no outro não?

Será que o Senhor teria ordenado à mulher do verso 11 que se reconciliasse com o marido, se ela houvesse se divorciado dele por causa de adultério? Certamente, Jesus não concederia à mulher o direito de "repudiar" o marido adúltero, e depois lhe ordenaria que se "reconciliasse" com ele.

Se a mulher mencionada no verso 11 houvesse se divorciado do marido — nos termos do divórcio grego, que significa dissolução do matrimônio — com base no fato de ser ele um pervertido sexual, será que o Senhor mandaria que ela voltasse ao convívio dele? Quando apresentamos tais questões aos defensores da tese da indissolução, ou eles respondem vagamente ou se calam.

No verso 11, o Senhor ordena também o seguinte: "E que o marido não se aparte de sua mulher." (Mas ele poderia repudiá-la se cometesse adultério.) Esta ordem, se não for modificada, não abre exceção para nada. Se não houvesse a exceção, então, o marido estaria obrigado, pela lei original, a ser uma só carne com uma adúltera.

Os defensores da tese da indissolução do casamento torceram o sentido dos versos 10 e 11. Os principais mestres conservadores concordam em que Paulo, nesses versos, não falava de um divórcio por causa de adultério.

> Os romanistas deduziram, deste texto... ignorando Mateus 5.32, que até mesmo em caso de adultério o vínculo conjugal ainda continua válido para a parte ofendida, mas a verdade é que esta questão não está sendo levada em conta aqui. *(Expositor's Greek Testament.)*

Aqueles que citam os versos 10 e 11 evadem à

exceção do verso 15, onde o apóstolo menciona outros casos de divórcio, e diz que aqueles cristãos que haviam sido abandonados e estavam divorciados, não se achavam "sujeitos à servidão" para com os casados. O marido e a mulher no caso do verso 11 estavam em servidão para com seu casamento, mas os do verso 15 não estavam mais. Por quê? O que causou essa diferença? Consideraremos então esta exceção.

> "Mas, se o descrente quiser apartar-se, que se aparte; *em tais casos* não fica sujeito à servidão."

Os expositores bíblicos estão divididos quanto à interpretação deste texto. Alguns dizem que ele institui a dissolução do casamento, mas outros negam tal fato. Que facção está com a razão? Que grupo pode *provar* que está certo? As provas que damos a seguir defendem nosso ponto de vista pró-dissolução.

A questão toda gira em torno do significado das palavras "não fica sujeito à servidão". Aqui, outra vez, entra em cena a importância da *regra de definição.*

O verso 15 trata de um novo problema que surgira em Corinto. Quando os coríntios se tornavam crentes, em alguns casos, o marido ou esposa incrédulo abandonava ou divorciava-se do crente, por causa de sua fé em Cristo. Que deveriam fazer os crentes "em tais casos"? Escreveram a Paulo, solicitando-lhe uma solução, para este novo problema, e ele respondeu:

> "Se algum irmão tem mulher incrédula, e esta consente em morar com ele, não a abandone. E a mulher que tem marido incrédulo, e este consente em viver com ela, não deixe o marido. Mas, se o descrente quiser apartar-se, que se aparte: em tais casos não fica sujeito à servidão, nem o irmão, nem a irmã: Deus vos tem chamado à paz."

Nossos oponentes têm argumentado que se "não fica sujeito à servidão" significar a dissolução do casa-

mento, está em contradição com Mateus 5.32; 19.9, onde o único motivo para a dissolução do casamento é o adultério. Muitas autoridades importantes dizem que não há contradição. O Dr. C. I. Scofield escreveu o seguinte:

> Longe de negar a inspiração do texto, o apóstolo identifica seu ensino com o do Senhor. Quando o evangelho começou a ultrapassar as limitações judaicas (ver 12-16), surgiram casos que não estavam esclarecidos nas palavras de Jesus (Mt 5.32; 19.5-9), e que eram uma orientação destinada primordialmente a Israel. Impunha-se uma legislação de caráter oficial para essas novas situações, e somente as palavras inspiradas de um apóstolo poderiam fornecê-la. (*The Scofield Bible* — 1 Co 7.15.)

O termo grego que traduzimos por "apartar" (chorizo) no verso 15, significa divórcio, como no verso 11. Quatro dos principais dicionários gregos já foram citados previamente provando isso.

Quando o Novo Testamento foi escrito em grego e enviado às cidades do Império, a "carta de divórcio" *(biblion apostasion)* era universalmente aceita como tendo sentido de dissolução. Este termo era empregado também em transações comerciais, e em documentos oficiais e jurídicos.

O grego era a língua mais precisa do mundo, e o Espírito Santo escolheu-a para escrever o Novo Testamento (apesar de algumas partes dele terem sido escritas originalmente em aramaico).

Para mostrar o tipo de divórcio que os incrédulos obtinham quando se divorciavam de seus cônjuges cristãos, veremos agora o testemunho da mais alta autoridade em Novo Testamento.

> Termo de Divórcio (*apostasion*)
> "...*apostasion*, termo jurídico encontrado em autores tão antigos quanto Lusias, Hipérides... e Demóstenes, e com freqüência nos papiros... no

sentido de entrega de uma propriedade após sua venda, abandono, etc. A conseqüente desistência de uma pretensão explica o significado que a palavra adquiriu nos círculos judaicos (Jr 3.8): dar (à esposa) carta de divórcio. Mt 19.7... com o mesmo sentido de Mateus 5.31." *(A Greek-English Lexicon of the New Testament and Early Christian Literature.)*

Os mestres gregos recorrem ao *Vocabulary of the Greek New Testament* (Vocabulário do Novo Testamento Grego), que consideram a "suprema corte" em questões do Novo Testamento, pois ele fornece ilustrações dos vocábulos do Novo Testamento, dos papiros e de outras fontes não literárias. Eis o que ele contém acerca da Carta de Divórcio.

Apostasion — contrato de desistência... contrato de renúncia... renúncia a direitos de propriedade... certificado de divórcio.

Nossa evidência prova que o divórcio obtido pelo incrédulo era uma desistência do casamento, uma renúncia dos direitos conjugais. *E o Senhor reconheceu este tipo de divórcio que dissolvia o casamento.*

Westermarck, autoridade responsável pelos verbetes de casamento da *Encyclopedia Britannica*, escreveu o seguinte em sua obra *Short History of Marriage* (Breve histórico do casamento):

O divórcio parece ter sido quase desconhecido entre os gregos no período homérico, mas depois se tornou um evento diário na Grécia. De acordo com a lei da Ática, o marido podia repudiar a esposa sempre que quisesse e sem dar quaisquer razões, mas era obrigado a mandá-la de volta para a casa do pai, com o dote. A esposa poderia exigir o divórcio, fazendo requerimento ao governador, e expondo os motivos de tal petição.

Em 1 Coríntios 7.10, 11 a referência é feita a um casal, em que *ambos são crentes.* Mas no verso 15, o

apóstolo refere-se a um casamento em que um dos cônjuges é crente e o outro incrédulo, e não é o crente quem repudia, mas é repudiado.

No caso do verso 15, o crente não se divorcia do incrédulo, mas o incrédulo se divorcia do crente. No caso de 10 e 11, o Senhor não reconhece o divórcio como tendo força de dissolução do casamento, mas no caso do verso 15, ele o faz. Não é interessante?

É bom notar, também, que a palavra "separar" (chorizo) significa "repudiar". E é a mesma palavra que Jesus empregou em Mateus 19.6 onde ele diz: "Não o separe o homem" (chorizo). Embora o Senhor tenha dito em Mateus "Não o separe o homem", ele aceita o divórcio grego como sendo uma dissolução válida, nos casos em que o incrédulo divorciar-se do crente, mencionados em 1 Coríntios 7.15.

(Uma interessante situação paralela é que, sob a legislação mosaica, o judeu que tentasse induzir outros membros de sua família à idolatria era apedrejado até a morte. (Dt 18.6-10.) E o Dr. Edersheim escreveu o seguinte: "Uma das situações em que o divórcio tomava caráter obrigatório era quando um dos cônjuges se tornava herético ou deixasse de professar o judaísmo. *Sketches of Jewish Life.)*

Voltamos agora nossa atenção para o termo "não fica sujeito à servidão", do versículo 15. A chave que lança luz sobre o problema é a definição original de "servidão" (douloo). Esta palavra significa "escravidão".

> "Fazer alguém de escravo" ... "manter cativo por força de lei por alguma necessidade. 1 Co 7.15." "Tornar alguém escravo" ... "Ser acorrentado (como escravo) 1 Co 7.15", escravizar, colocar em cativeiro." (Do *Thayer's Greek-English Lexicon of the New Testament* e várias outras obras.)

"Mas, se o descrente quiser apartar-se, que se aparte; em tais casos, não fica sujeito à servidão, nem o irmão, nem a irmã; Deus vos tem chamado à paz." Isto significa, em substância e de fato, que, se o

cônjuge incrédulo obteve o divórcio, deixasse que ele o desfrutasse. O crente não devia contestar a ação de divórcio por quaisquer meios, ou usar de quaisquer medidas para impedi-lo. Deus chamou-nos para a paz. A amargura e a disputa deviam ser evitadas.

O único meio pelo qual o crente podia evitar o divórcio era negar o Senhor Jesus Cristo. E esta situação prevalece em nações pagãs ainda hoje. Acontece na América, em nossos dias. Muitos crentes acham-se a braços com o mesmo dilema. São obrigados a decidir entre Cristo e um cônjuge incrédulo. Os judeus e muçulmanos que se convertem sofrem ação de divórcio por parte de seus cônjuges.

Quando um incrédulo obtinha o divórcio por esta razão, qual era o estado civil do crente? Deveria ele deixar a "porta aberta" para o incrédulo retornar a qualquer momento, voltando das orgias sexuais da depravada cidade de Corinto, e reiniciar o relacionamento de "uma só carne" com o crente? Paulo respondeu a essa pergunta com um Não decisivo e enfático. O casamento era dissolvido — tanto pela lei civil quanto pela lei do Novo Testamento. O crente não era mais um *escravo* do casamento. Ele ou ela estava *livre* para casar-se de novo. Se não pudesse casar-se, certamente ainda estaria sujeito à servidão, não estaria?

A que os crentes divorciados não estavam mais sujeitos? De acordo com todas as regras, pode haver apenas uma resposta: não estavam mais em servidão ao casamento. Antes do divórcio, estavam sujeitos à servidão do casamento. Após o divórcio, eles não estavam mais sujeitos à servidão do casamento. Se, após o divórcio, ainda se achavam em servidão, *a que* estavam eles sujeitos?

Em Romanos 7.2, Paulo diz que a esposa estava "*ligada* pela lei ao marido, enquanto ele vive", mas no caso de Coríntios o mesmo apóstolo diz que ela não estava. Estaria Paulo em conflito consigo mesmo? Certamente que não.

Por que a ordem de não se casar é formalizada no

caso dos versos 10, 11, e 12, mas não no caso do verso 15? Por que não teria o Senhor especificado em Mateus 5.32 e 19.9 que "não se case". Nas quatro vezes em que o Senhor trata da questão do divórcio (Mt 5.32, 19.9; 1 Co 7.10, 11; 7.15), ele define a situação dizendo "Não se case", em *uma das vezes*, mas não nas outras *três*. Por que ele faz uma distinção tão clara em *um* caso?

"Sujeito à servidão" e "Não fica sujeito à servidão" eram termos legais relacionados ao tráfico de escravos. O leitor poderá ver, pelas citações que fizemos, que esses termos vinham sendo usados havia muito tempo em conexão com negócios e questões jurídicas.

Quando um senhor de escravos comprava um cativo, este era sujeito ao jugo de servir continuamente ao seu proprietário. Paulo enviou Onésimo de volta ao seu amo, por reconhecer a obrigatoriedade da sujeição do escravo ao seu dono. Mas quando Filemon desse liberdade a Onésimo, como Paulo sugeriu que fizesse, então ele estaria *livre*. E Filemom não teria mais direitos sobre ele. Onésimo era tão livre quanto os escravos americanos que o Presidente Lincoln alforriou.

Se um escravo fugisse, seu proprietário poderia prendê-lo e conduzi-lo de volta ao seu lugar. Mas se o mesmo houvesse sido declarado "livre da servidão", seu antigo amo não teria nenhum direito sobre ele. A alforria do cativo era um "contrato de desistência", ou um "contrato de renúncia" (*apostasion*). A carta de divórcio tem exatamente o mesmo efeito sobre o casamento, no caso de 1 Coríntios 7.15.

As mais proeminentes autoridades em Novo Testamento defendem o ponto-de-vista de que "não fica sujeito à servidão" significa dissolução do casamento.

> Não fica sujeito à servidão (*ou dedoulotai*). É um termo forte que indica que o cristianismo não tornou o casamento uma condição de escravidão para os crentes. Compare-se isto com *dedetai* (está ligada — v. 39), um termo bem mais brando. Está

claro que o significado é: uma deserção voluntária por parte do cônjuge incrédulo liberta o outro. Tais casos não haviam sido afetados pelas palavras de Cristo. (*Word Studies in the New Testament.*)

Os comentaristas protestantes dos séculos XVI e XVII, ou pelo menos a maioria deles, deduzem das palavras de Paulo em 1 Coríntios 7.15, ensinar ele que, após a deserção de um cônjuge, o outro tem liberdade para casar-se. (Theodore Woolsey cita os nomes de alguns destes comentadores e teólogos, situando entre eles Beza e Calisto.) (*Essay on Divorce and Divorce Legislation.*)

1 Co 7.15. "Ela não é obrigada a ficar sem casar e a esperar uma reconciliação, nem mesmo procurá-la." (Grotius — citado por Woolsey.)

Johann Neander (1789-1850), proeminente teólogo alemão e professor de Eclesiologia em Berlim em 1813, escreveu o seguinte:

> A exegese protestante tem interpretado o apóstolo no sentido de que em tal caso, 1 Coríntios 7.15, o cônjuge crente teria autorização para contrair novo matrimônio. (Citado por Woolsey.)

A Igreja Católica Romana permite o casamento com base na autoridade de 1 Coríntios 7.15. Quem desejar ver suas exceções à indissolubilidade do casamento, faça uma consulta sobre o assunto na *Enciclopedia Católica*, 1933.

O novo casamento após o divórcio era permitido pelos líderes da Igreja nos primeiros séculos de sua existência, com base nas exceções de Mateus 5.32; 19.9; 1 Co 7.15. Orígenes, que viveu em 185 a 254 A.D., é geralmente considerado o principal dos pais da igreja. Ele e Agostinho são reputados como os dois maiores. Orígenes escreveu que "alguns bispos de seu tempo permitiam a algumas mulheres casarem-se enquanto seus maridos ainda estavam vivos." (*Homílias* 7 — acerca de Mateus 2) (Citado em *The Antiquities of the Christian Church*).

Esta passagem (7.15) geralmente é apresentada como a base bíblica em favor do ponto de vista de que a deserção voluntária é motivo suficiente para uma ação de divórcio. Essa deserção constitui o verdadeiro rompimento do casamento, e situa-se no mesmo plano de adultério. (*Pulpit Commentary.*)

1 Coríntios 7.15 permite o novo casamento para o crente abandonado pelo cônjuge incrédulo. (*International Standard Bible Encyclopedia; Hastings Dictionary of the Bible*) ... se o incrédulo desejar dissolver a união, poderá fazê-lo. (*The New Testament for English Readers.*)

> 1 Co 7.15. O crente não está tão escravizado por tal aliança que não possa ser libertado. (*Notes of the Epistles of Paul.*) O cônjuge que foi abandonado parece ser deixado mais livre... para casar-se com outra pessoa. Não parece razoável que eles devam estar presos... Em tal caso, o casamento seria verdadeira escravidão. (*Matthew Henry Commentary.*)

A obra *A Companion to the Bible* (Um auxílio ao estudo da Bíblia), preparada por trinta e seis mestres, aborda o significado dos mais importantes termos bíblicos. Ela comenta o seguinte acerca de 1 Coríntios 7.15:

> Este divórcio... ao que parece, autoriza um novo casamento, já que o crente deixa de estar sujeito à escravidão (1 Co 7.12-16); o casamento anterior tornou-se sem efeito.

O *Expositor's Greek Testament*, uma obra de dezessete teólogos conhecedores do grego, comenta:

> O irmão ou irmã, em tais circunstâncias não é mantido em servidão; comparar com o verso 39 — podemos inferir, do verbo mais forte da passagem, que se o cônjuge repudiado continuasse ligado ao que o repudiara, isso seria considerado *servidão.*

Se o repudiador contrai novo casamento, destruindo assim toda a esperança de uma restauração, parece então que o caso passa a enquadrar-se na exceção de Mateus 5.32.
Em tais casos, o irmão ou irmã crente não está "amarrado" ao casamento (Versão de Moffat.)
Nem os irmãos nem as irmãs estão na posição de escravo... numa união indissolúvel em casos tais como estes. (Versão de Wuest.)

O *Baker's Dictionary of Theology* é obra amplamente aceita, preparada por 138 mestres de todas as partes do mundo. Nele lemos o seguinte:

Nos versos 12 e 15, Paulo oferece aos crentes ligados a incrédulos por casamentos mistos uma nova provisão, que Cristo não levara em consideração quando falara aos judeus, isto é, se o cônjuge incrédulo deseja romper o laço conjugal e abandona o crente, este último não está mais sujeito ao laço, mas está livre para casar-se.

Talvez o leitor gostasse de conhecer a opinião das seguintes pessoas:

Lutero 1 Co 7.15. "Aqui o apóstolo determina que o incrédulo que abandona a esposa deve sofrer ação de divórcio por parte dela, e declara que o crente está livre para casar-se com outro." (*Reformation Writings of Martin Luther.*)

Os Pais da Igreja. "Os Pais da Igreja, até certo ponto, tanto católicos como protestantes, interpretavam o texto de 7.15 como dando liberdade ao cônjuge para contrair novo casamento." (*McClintock Strong Encyclopedia.*)
Muitos pastores profundamente espirituais crêem que o adultério ou um abandono voluntário e duradouro significam a dissolução do casamento, da mesma forma que seria o cônjuge estivesse no túmulo. (*Twentieth Century Encyclopedia of Religious Knowledge.*)

E aqui está um pensamento do Arcebispo da Cantuária que poderá surpreender ao leitor. Pelo menos a mim surpreendeu.

> 1 Co 7.15 — "Mas está claro que o sentido dado por São Paulo é que um casamento válido pode ser anulado desse modo, de forma a permitir um novo casamento." *(Problems of Diverce Remarriage.)*

A opinião oficial dos anglicanos com respeito à exceção de Mateus tem, de há muito, estado dividida, variando entre uma e outra opção. A conferência de Lambeth de 1888:

> "...observou que sempre existiu na Igreja uma divergência de opiniões quanto à questão se o Senhor proibiu o novo casamento ao cônjuge inocente."

A conferência de Lambeth de 1908 concluiu que era "indesejável que o cônjuge inocente se casasse com as bênçãos da Igreja". Esta posição foi adotada após uma votação onde ela venceu com uma margem de três votos num total de 171. A igreja Anglicana não celebra o casamento de pessoas divorciadas, mas dá sua bênção ao ato, se for oficiado por um ministro de outra denominação, e aceita no seu corpo pessoas divorciadas que se casaram de novo. (Ver *Encyclopedia Britannica.)*

Leiamos agora os versos 15 e 39 juntos. Aplique-mos a *regra de unidade* nestes versos. A lei geral do casamento é enunciada no verso 39, assim como em Romanos 7.2.

> A mulher está ligada enquanto vive o marido; contudo, se falecer o marido, fica livre para casar com quem quiser, mas somente no Senhor.

Mas, no verso 15 ele abre uma exceção para esta regra geral. Temos aqui então a regra geral e a exceção para ela, inseridas no mesmo capítulo. Nos Evangelhos a regra é dada em Marcos e Lucas, mas a exce-

ção da regra é dada duas vezes em Mateus. Portanto, em Mateus 5.32 e 19.9 e 1 Coríntios 7.15, temos três exceções da regra geral. Temos então as duas ou três testemunhas exigidas pela Lei de Moisés.

Na regra geral (v. 39), a esposa está ligada ao marido por toda a vida. Na exceção (v. 15), já não está mais.

Servidão e liberdade são palavras fortes no vocabulário de Paulo e constituem um constraste bem marcante em suas epístolas. Quando ele diz "não está sujeita", empregava uma das mais fortes expressões da língua mais exata do mundo. Paulo era grandemente versado em leis e lógica. "Seus escritos revelam um amplo conhecimento das leis gregas e romanas e suas instituições", e ele pode ser "considerado como um grande mestre da linguagem". Por que então ele empregou um decisivo termo jurídico que significava libertação completa de um escravo de sob a influência de seu senhor, e a amancipação total e decisiva do cativeiro do matrimônio?

Vejamos agora como os versos 15, 27, 28 e 39 propõem um contraste.

> Estás *casado?* não procures *separar-te*; estás livre de mulher? não procures casamento. Mas, se te casares, com isto não pecas...

Paulo fala aqui em separar, libertar-se dos laços do casamento pelo divórcio. "Estás casado? não procures separar-te", como faziam alguns sem causa justa, nos versos 10 e 11.

O significado de "separar" aqui se reveste de grande importância. Esta palavra aplica-se ao divórcio. As fontes de referência mais observadas dizem o seguinte:

> Separar — uma libertação. 1 Co 7.27. Trata-se de divórcio e é traduzido como "ser liberto", "solto". (*Expository Dictionary of the New Testament.*)
> *Estás casado?* Ligado pelos laços matrimoniais como se diz em Romanos 7.2.

Não procures separar-te. ... "Não buscar libertação" do laço conjugal... (*Word Pictures in the New Testament.*)

Livre, que em 1 Coríntios 7.27 é empregado com referência à libertação dos laços conjugais, é comumente usado como referência a "perdão" de dívidas e "cancelamento" de obrigações. (*The Vocabulary of the New Testament.*)

Livre (de Homero em diante), *uma libertação de qualquer laço*, como o do casamento; daí ser usado no Novo Testamento com referência ao divórcio. 1 Co 7.27. (*Thayer's Greek English Lexicon.*)

"Estás *ligado* a uma esposa?" Não procures *livrar-te.* Estás livre de mulher? Não procures uma esposa." (*Amplified New Testament.*)

Por que reunimos todas estas evidências com relação a apenas uma palavra? Porque tudo depende de sua definição. O termo "servidão" fala de uma escravização total. *Livre* expressa total libertação.

O arcebispo R.C. Trench escreveu o seguinte:

> Estudar a língua de um povo significa estudar um povo, e estudá-lo do melhor ponto-de-vista.
> Muitas vezes basta o exame de um único vocábulo e o emprego que o povo lhe dá, para se ter uma melhor compreensão de suas reais condições, hábitos de pensamento e sentimentos do que se lêsse-mos volumes escritos com a expressa intenção de comunicar tal realidade. (*Trench on Words.*)

O apóstolo diz ao homem que se libertou do laço do casamento através do divórcio bíblico: "Mas, *se te casares, com isto não pecas*" (v. 28).

Por que Paulo não ordenou a este homem livre que "não se casasse"? Por que não ordenou que se reconciliasse com a esposa de quem se divorciara? (O termo *lusis* (livre) ainda é empregado pelos gregos na questão do divórcio e no cancelamento de obrigações e dívidas.)

O prof. Robertson dedicou seu livro *Word Pictures in the New Testament* ao Dr. Adolf Deissman, de Berlim, com as seguintes palavras: "Que tanto tem trabalhado no sentido de fazer as palavras do Novo Testamento brilharem com uma nova vida". Os estudantes do assunto conhecem a famosa obra de Deissman *Light from the Ancient East* (Luz do Antigo Oriente). Ele nos fornece a maioria das provas que agora temos acerca do significado dos termos e expressões do Novo Testamento. Ele ensinou o seguinte:

> Se quisermos obter a certeza dessa questão, teremos que examinar os papiros e manuscritos, pois são eles que nos fornecem a versão mais próxima da verdade.
> Antes da descoberta dos papiros, não havia praticamente nenhum documento que ilustrasse esta fase da língua grega que estivesse ao nosso alcance na Versão dos Setenta e no Novo Testamento. (Citado em *A Grammar of the Greek New Testament in the Light of the Historical Research.*)

O Prof. Deissman (1866-1937) provou, a partir dos papiros e manuscritos, que o apóstolo Paulo empregou linguagem jurídica em suas cartas. Ele escreveu o seguinte em sua obra:

> Paulo tinha certa "predileção pelas expressões jurídicas" e tais expressões constituem a "linguagem dos documentos". Paulo era fortemente influencidado por conceitos jurídicos e pela lei popular do mundo em que viveu. A propósito da questão da libertação do cativeiro, Paulo "tomou posição definida com relação a este costume do mundo antigo".
> A carta de alforria dos escravos continha a expressão "livre sob terra e céus"...
> O Novo Testamento emprega termos técnicos da lei constitucional contemporânea...
> Paulo fez uso "de termos da linguagem da lei constituicional contemporânea..."

O Prof. Deissman diz que qualquer pessoa que não leva em consideração o contexto histórico das palavras e dos sentidos dados a elas por Paulo, está arrancando o apóstolo de seu contexto grego, e o evangelho de sua história, e fechando as portas do Novo Testamento às luzes do exame.

Do que foi aqui exposto, concluímos que a expressão "não está sujeita à servidão" significava uma libertação total dos laços conjugais, e que a carta de divórcio dos gregos, a *Biblion apostasion*, continha o mesmo sentido jurídico da dissolução completa, expresso na carta hebraica. A *Biblion apostasion* ainda consta dos compêndios jurídicos da Grécia.

Se esta prova não bastar para convencer uma mente sensata, então chegamos ao fim de todo sentido da linguagem e devemos desistir de provar qualquer coisa.

Para aqueles que objetam à nossa interpretação de que 1 Coríntios 7.15 acrescenta outra exceção à regra de Cristo, observamos que algumas denominações contrárias ao novo casamento do divorciado permitem uma anulação do casamento por causa de "fraude".

Na lei civil, os estatutos que regem essa questão de fraude prevêem a anulação do casamento com direito a novo casamento. As denominações que defendem a proibição de um novo casamento para os divorciados aceitam este decreto jurídico, e permitem uma anulação do casamento com direito a novo casamento. Isto faz com que a lei de Cristo passe a ser assim: "exceto em caso de adultério e fraude".

O raciocínio em que se apóiam estes estatutos é que a ocultação de um fato material, que a pessoa é moralmente obrigada a revelar anteriormente ao casamento, justifica a anulação do matrimônio e concede permissão à parte lesada de contrair novo matrimônio. Estes fatos materiais são: impotência sexual, esterilidade, epilepsia, tendência para a insanidade, ou qualquer outro fato omitido com a intenção de enganar o cônjuge.

A supressão de algum fato ou circunstância pelo

silêncio ou engano, que implique em ofensa ou privação de direitos ao cônjuge, é motivo suficiente para uma anulação do casamento. Uma pretensa normalidade onde existe anormalidade resulta num rompimento da aliança conjugal, na qual cada um deve entrar de boa fé. Ademais, se os dois encontravam-se em estado de embriaguês por ocasião da celebração do casamento, isso é suficiente para que se anule o ato. (Algumas denominações só concordam com a anulação, se o casamento não foi sexualmente consumado.)

12

A Posição dos Pais da Igreja com Relação ao Divórcio e Novo Casamento

Alguns intérpretes que defendem a indissolubilidade do casamento afirmam que não existem evidências de que os pais da Igreja cressem que a lei do divórcio expressa no Novo Testamento permitisse o novo casamento. Alegam que durante os primeiros quinhentos anos da Igreja Cristã todos os Pais se achavam de seu lado na questão do divórcio. Isso não é verdade. Mas ainda que fosse, uma doutrina bíblica não pode ser determinada pelos Pais. A autoridade máxima na questão é a Palavra de Deus.

Muitos dos Pais da Igreja criam que os três textos de exceção — Mt 5.32; 19.9 e 1 Co 7.15 — dão permissão ao divorciado para contrair novo casamento.

A obra *Dictionary of Christ and the Gospels* (Dicionário de Cristo e dos Evangelhos) é um texto de consulta largamente utilizado. Dela eu cito:

> Em todos os períodos da história da doutrina cristã tem havido divergência de opinião dentro da Igreja com relação à aplicação prática das palavras de Jesus acerca do adultério, divórcio e novo casamento. Essas divergências tomaram uma forma fixa nos ramos Oriental e Ocidental da Igreja Católica. O primeiro adota a tese mais branda, e

permite novo casamento da parte inocente... (O segunto nega-o.)
Por outro lado, o consenso geral da opinião teológica entre os teólogos de fala inglesa depois da Reforma, tem-se inclinado em direção à posição tomada pelo ramo oriental.

O livro *A Companion to the Bible* (Um auxiliar ao estudo bíblico) é uma nova obra de consulta preparada por trinta e seis teólogos. Ele afirma:

> ...a Igreja Oriental, consistentemente, via no adultério uma causa justa para o divórcio, que permite o novo casamento ao divorciado, e entendia *que, no Concílio de Trento, a Igreja de Roma deixou de condenar a posição oriental nessa questão.* (Grifo meu.)

Os estudiosos da Bíblia conhecem o valor do dicionário *A Patristic Greek Lexicon*, que fornece inúmeras referências para demonstrar como termos bíblicos eram interpretados e empregados pelos primeiros pais da Igreja. Nessa obra, lemos o seguinte:

> "A fornicação (era) associada com o adultério como causa para o divórcio, após o qual um novo casamento era permissível."

Acerca da questão do novo casamento após o divórcio causado por adultério, o comentário de Jamieson, Fausset e Brown observa o seguinte:

> A Igreja de Roma diz Não; mas as igrejas grega e protestante o permitem. Mt 5.32.
> A Igreja Oriental e a maioria das protestantes afirmam que o caso excetuado, tanto o marido como a esposa podem contrair novo matrimônio. (*Pulpit Commentary.*)

Poucas pessoas estão a par dos fatos históricos acerca desta questão do divórcio. Algumas fazem afirmações dogmáticas a respeito, sem haverem estudado o assunto devidamente. Não sabem que os Pais

orientais, em geral, foram melhores teólogos e achavam-se mais abalizados na matéria que os ocidentais.

> Os Pais ocidentais eram, como um todo, bem inferiores aos orientais na exposição das Escrituras. Uma das principais razões disso era seu relativo desconhecimento das línguas originais da Bíblia. (*Biblical Hermeneutics.*)

Outro ponto que desqualificava a opinião dos ocidentais quanto aos textos de exceção era sua forte aversão ao casamento. Acreditavam eles que as relações sexuais eram pecaminosas, por causa do prazer sensual. As crianças "nasciam em pecado" como conseqüência da impureza do ato sexual.

A mania de celibato que grassou entre os pais ocidentais influenciou seu conceito de que o divórcio era a "mensa et toro" (separação de corpos e bens).

Com uma inclinação tão acentuada, como poderiam eles ser intérpretes imparciais das exceções de Mateus? (Acerca da mania de celibato que houve na Igreja primitiva e da crença de que as crianças nasciam em pecado por causa da lascívia do ato sexual, consulte-se *The History of Doctrines*, Reinhold Seiberg; *The History of Sacerdotal Celibacy in the Christian Church*, Henry Lea.)

A *Encyclopedia Britannica* cita a obra *History of Human Marriage* de E. A. Westermarck, como sua fonte de referência na questão do casamento e do divórcio. E em seu livro, Westermarck escreve que a tese de "separação de corpos e bens" para interpretação do divórcio foi rejeitada

> por quase todos os reformadores ingleses do século XVI, por ser considerada *invenção do papa.*
>
> A doutrina canônica de que o casamento é um sacramento e portanto indissolúvel a não ser em caso de morte, também foi rejeitada pelos reformadores. Todos concordam em que o divórcio, com liberdade para o cônjuge inocente casar-se de novo, deve ser concedido em caso de adultério, e a

maioria deles considerava um abandono maldoso como uma segunda causa legítima para a dissolução do casamento.

Os cinco parágrafos transcritos abaixo foram encontrados para mim pelo serviço de pesquisas da *Encyclopedia Britannica*. Os pesquisadores citam o Dr. T. D. Woolsey que presidiu o comitê americano do Novo Testamento para a revisão da versão inglesa da Bíblia (1871-81). Ele lecionou língua e literatura grega na Universidade de Yale, e também presidiu essa Universidade (1846-71).

A controvérsia entre os Pais da Igreja com respeito às causas pelas quais o divórcio poderia ser concedido era constante e *sempre havia mudança*. A causa universalmente aceita era a de adultério por parte da esposa.
Apesar da aversão de Jerônimo pelo casamento, ele reconheceu abertamente, como fizeram outros, que casamentos sucessivos, qualquer que fosse o número deles, não eram ilegítimos.
Alguns dos Pais olharam com certa indulgência o novo casamento da parte inocente.
Não devemos supor que a opinião da Igreja Ocidental com relação à legitimidade do novo casamento após o divórcio seguia sempre a mesma linha. Os "líderes da Igreja", a quem Orígenes faz referência, criam que a parte inocente poderia casar-se de novo, quando o divórcio tinha como causa o adultério da esposa ou do marido. Latânzio parece ter sido da mesma opinião... Assim também pensava o amigo de Agostinho, Polêncio. A mesma coisa foi ensinada por Ambrósio, como foi chamado, e que se crê ser Hilário, o diácono. Um documento de 1535, assinado por Lutero, Cruciger, Major e Melanchton, permitia a uma mulher de Nordhausen, cujo marido fugira havia vários anos, que se casasse de novo, de acordo com a decisão de Paulo e com a prática antiga da cristandade, como um caso semelhante que foi

citado por Eusébio, de Justino, e pelo exemplo de Fabíola. (*Essay on Divorce and Divorce Legislation.*)

Agostinho geralmente é considerado o maior teólogo entre os Pais latinos. Durante quinze séculos sua influência foi grandemente sentida por todo o mundo da teologia cristã. No início, ele defendeu a tese da proibição do novo casamento, também apoiado pelos monges ocidentais. Mas, após toda uma vida de estudos e reflexão, começou a ter dúvidas acerca da interpretação dos ocidentais. E depois Agostinho mudou de opinião, e produziu o seu *Writ of Doubt* (Escritura de dúvida), admitindo que a exceção de Mateus poderia dar margem a um novo casamento após um divórcio motivado por adultério. Ele escreveu o seguinte:

> E nas expressões da Palavra divina não está claro se, aquele que tem o inquestionável direito de repudiar uma esposa adúltera, deve ser considerado adúltero por tomar outra esposa, e, até onde entendo, nesse caso, qualquer pessoa pode cometer um engano perdoável (venialiter ibi quisque fallatur).

Dean Alford, profundo conhecedor do Novo Testamento, citando a opinião de Agostinho, escreveu o seguinte:

> Nós podemos deixar em dúvida uma questão da qual Agostinho disse ser tão obscura, que um erro de qualquer lado seria perdoável. (*The New Testament for English Readers.*)

Se Agostinho tivesse interpretado a questão do divórcio pelas mesmas regras que estabeleceu para a interpretação de outras doutrinas, não teria havido nenhuma dúvida em sua mente. Isto se aplica também a Dean Alford. Posso citar cinqüenta referências de sua obra de 1942 páginas, nas quais ele insiste em empregar para outras doutrinas os princípios inter-

pretativos exatos que aplicamos à interpretação do divórcio nas Escrituras. Seria lógico empregar tais regras em algumas doutrinas, mas não aplicá-las em outras?

É justo exigir-se que o intérprete seja coerente consigo mesmo, mas é difícil encontrar um que seja.

O valor de Calvino como teólogo é reconhecido até pelos anticalvinistas. Até mesmo seus adversários admitiam que ele era uma brilhante teólogo. Calvino ensinou que a proibição de Cristo com relação ao novo casamento não se aplicava ao matrimônio dissolvido pelo adultério.

> Embora Cristo considerasse adúltero o homem que se casasse com uma mulher divorciada, *isto se restringia apenas aos casos de divórcio frívolo ou ilegítimo.* (Grifo meu.) Uma esposa adúltera "corta sua ligação do casamento, da mesma forma que um membro apodrecido cai por si mesmo". É "responsabilidade do marido purificar seu lar de toda infâmia". "Ao praticar o adultério, ele (o marido) dissolveu o matrimônio, e a esposa foi posta em liberdade." (*Harmony of the Evangelists.*)

A Reforma constituiu para os reformadores um livramento não somente dos pecados de Roma, mas também de sua teologia não escriturística. Os teólogos reformadores unanimemente rejeitaram o preceito romano que proibia o novo casamento. Martinho Lutero aboliu esta "invenção papal" e escreveu:

> Mas eu me espanto ainda mais do fato de os romanistas não permitirem o novo casamento a um homem separado da esposa por causa de adultério, e o obrigarem a permanecer solteiro. Cristo permitiu o divórcio em caso de adultério, e não obrigou ninguém a permanecer solteiro; e Paulo disse preferir que nos casássemos a que vivêssemos abrasados, e parece disposto a conceder que o homem se case com outra mulher, no

lugar daquela que repudiou. (*Reformation Writings of Martin Luther.*)

Isto corrobora a afirmação de Lutero no sermão acerca do casamento, pronunciado em Wittenberg, 1525, de que "Mateus 19.9 é um texto direto, claro e simples..."

Melanchton foi outro teólogo e reformador que rejeitou a preceituação papista da indissolubilidade. Ele teve papel preponderante na formulação doutrinária do período da Reforma. Foi superior a Lutero como teólogo escolástico, e este o respeitava profundamente.

A Igreja Católica Romana trata os textos relativos ao divórcio ao seu bel-prazer. Às vezes estes textos significam indissolução, e às vezes não. Os pesquisadores da *Encyclopedia Britannica* também dizem o seguinte:

> ...Mesmo estando sob as reguras mais restritivas da Igreja Católica Romana que não permitia o divórcio, alguns encontraram uma forma de escape. Determinou-se que o casamento era indissolúvel desde que tivesse sido contratado e consumado por meios "válidos". Tudo dependia, então, da interpretação do vocábulo "válido". Desse modo, embora o divórcio não fosse permitido, concedia-se o direito de anular-se o casamento. E esta prática se tornou tão universal e freqüente, que podemos encontrar até dezesseis razões pelas quais um casamento poderia ser anulado, embora ao mesmo tempo se mantenha intata sua aparência de indissolubilidade. (Esta informação foi obtida de seu verbete sobre o *Divórcio.*)

Encontrei a seguinte declaração na obra de Phillip Schaff *Creeds of Christenson* (crenças da cristandade):

> Pela lei da natureza, o laço conjugal não é indissolúvel. (*Papal Syllabus of Errors.*)

Parece-me também que o Arcebispo da Cantuária opera nos dois sentidos. Anteriormente, já mencionamos sua opinião favorável à dissolução do matrimônio e novo casamento, com base no texto de 1 Coríntios 7.15. Agora vejam mais esta:

> Quero dizer francamente que, em alguns dos casos em que um primeiro casamento haja terminado em tragédia, um segundo casamento tem sido abundantemente abençoado, segundo todos os testes da presença do Espírito Santo que pudemos reconhecer. Por esta razão, não me considero em condições de *proibir* as boas pessoas que recorrem a mim pedindo conselhos, de que tentem um segundo casamento. (Grifo do autor.) (*Problems of Marriage and Divorce.*)
> O adultério e a fornicação implicam na dissolução do casamento, e a parte inocente tem o direito de casar-se com outrem, como o faria se o ofensor estivesse morto. (*Confissão de Westminster. The Creeds of Christendom.*)
> A existência dessa especificação ("exceto em caso de adultério") no livro de Mateus, indica que na Igreja primitiva era permitido à parte inocente casar-se de novo. (*Dictionary of the Apostolic Church.*)

Muitas denominações protestantes, embora espo-
sando o conceito de santidade do casamento como a unidade básica da sociedade, seguiram os reformadores no que diz respeito à dissolução do casamento e novas núpcias, em casos de adultério comprovado. (Ver *Encyclopedia Britannica.*)

João Wesley, professor de lógica e fundador da Igreja Metodista, escreveu o seguinte:

> Será adultério para qualquer homem casar-se de novo... a não ser que o divórcio tenha sido motivado por adultério; somente neste caso não existe qualquer passagem da Bíblia que o proíba de

casar-se de novo. (*A Compend of Wesley's Theology.*)

E aqui está o testemunho de Carlos Spurgeon:

O casamento é para toda a vida e não pode ser rompido a não ser pela prática do grande crime que corta esse laço... a mulher divorciada por qualquer motivo que não adultério, se se casar de novo, comete adultério perante Deus. A fornicação torna o ofensor passível de um divórcio justo e legítimo; pois em si ela já constitui um rompimento prático do laço conjugal. Em caso de fornicação, mediante provas claras, o laço pode ser rompido.

> ...as pessoas que se casam estão, perante Deus, casadas para o resto da vida, com apenas uma exceção: a do adultério comprovado. (*Spurgeon's Popular Exposition of Matthew.*)

Concluímos, então, que estão errados aqueles que afirmam que nos primeiros cinco séculos da Igreja da Igreja Cristã nenhum dos Pais permitia novo casamento após o divórcio por adultério.

Desde os bispos, que Orígenes menciona no terceiro século, durante a Idade Média, até Lutero, Calvino, Wesley e Spurgeon, uma longa e importante lista de nomes dos grandes homens da Cristandade criam que o divórcio motivado pela infidelidade dissolvia o casamento e concedia às partes interessadas o direito de um novo casamento.

13

Réplicas às Objeções

Objeção n.º 1

Procurarei responder a algumas das objeções mais fortes sobre as quais se apóiam aqueles que negam o direito de um novo casamento após o divórcio. Eis uma delas.

> *Porque o Senhor Deus de Israel diz que odeia o repúdio.* (Ml 2.16.)

Estas palavras são apresentadas para demonstrar que Deus se opõe a *todo* tipo de divórcio, e que ele odeia qualquer divórcio. Esta objeção constitui uma distorção. Ela quebra não somente a *regra do contexto*, mas também a *regra do texto*. Até expositores importantes têm retirado este verso do todo da passagem, manobrando-a de molde a ajustar-se ao seu conceito. O restante do verso diz o seguinte:

> *...e também aquele que cobre de violência as suas vestes, diz o Senhor dos Exércitos; portanto cuidai de vós mesmos e não sejais* infiéis.

E o contexto diz:

> *Porque o Senhor foi testemunha da aliança entre ti e a mulher da tua mocidade, com a qual tu foste* desleal.

Porque *o Senhor Deus de Israel diz que odeia o repúdio.* (Versos 14 e 16.)

O leitor pode ver que o que Deus detestava aqui era a deslealdade dos judeus ao se divorciarem de esposas inocentes. Não se está considerando nesse texto o divórcio por adultério. Foi a isto que Jesus se referiu, quando falou de dureza de coração. Nos versos 14 a 16, Deus fala três vezes na sua deslealdade ou infidelidade ao divorciarem-se das esposas; mas não seria deslealdade divorciarem-se de uma esposa adúltera.

Durante muitos séculos, em Israel, homens "justos" vinham-se divorciando de esposas prostitutas, e casando-se novamente, e Deus não detestava um divórcio motivado por adultério ou perversão sexual. Sob a legislação de Moisés, determinava-se que tais pessoas fossem condenadas à morte. Também Jesus abominou o divórcio por deslealdade e dureza de coração, mas não detesta o divórcio causado por adultério.

Objeção n.º 2

Não te é lícito possuir a mulher de teu irmão. (Mc 6.18.)

Este verso também é usado como argumento contra todo e qualquer divórcio, mas trata-se de outra distorção, pois a razão da indissolubilidade do casamento foi claramente indicada por João — "a mulher de teu irmão". João disse: "Não te é *lícito*". Pela lei de Moisés, isso era proibido enquanto o irmão vivesse (Lv 18.16; 20.21). A versão inglesa Amplified New Testament menciona estas duas referências em conexão com este casamento (Mt 14.4). Também o fazem os principais comentários. A questão do divórcio e novo casamento por motivo de adultério não está em consideração neste texto. Nesse caso, também, o problema do divórcio e novo casamento era uma questão de legitimidade da constituição judaica.

Objeção n.º 3

> *É necessário, portanto, que o bispo seja irrepreensível, esposo de uma só mulher.* (1 Tm 3.2.)

Alguns dos divulgadores da proibição de um novo casamento defendem sua posição com base neste texto. Mas, novamente, o texto não trata do divórcio por causa de adultério. O assunto em questão é bigamia. Este também é o ponto de vista dos teólogos gregos e da Igreja primitiva.

O que se proíbe aqui é a bigamia sob qualquer pretexto.

> Este ponto de vista é apoiado pelo quadro geral das qualidades exigidas de um bispo... e pela prática da Igreja primitiva. (Autores da Igreja primitiva citados pelo *Expositor's Greek Testament: Word Pictures in the New Testament.)*

A opinião de que o texto se refere à bigamia predomina entre os principais teólogos. Alguns dos Pais, com seu desprezo monástico pelo casamento, interpretavam este texto como tendo significado de que, quando a esposa de um homem morria, ele não poderia casar-se de novo. Se o fizesse, então, ele seria marido de duas mulheres. É estranho que homens esclarecidos pudessem crer em tal absurdo, mas isso vem demonstrar mais uma vez os males que um preconceito pode causar à mente humana.

Já vimos que em Deuteronômio 24.1-4, quando uma mulher judia se casava de novo, embora seu primeiro marido ainda vivesse, Deus falava dele como o "antigo marido". Isto mostra que Deus a considerava esposa de um só homem, embora o primeiro ainda vivesse.

Além disso, nos divórcios gregos que o Senhor apóia em 1 Coríntios 7.15, o irmão que se casasse de novo, mesmo estando viva a primeira esposa, era marido de uma só mulher, tanto para o Senhor como para os tribunais gregos, pois ambos reconheciam que o divórcio dissolvia o primeiro casamento.

Nos divórcios da lei mosaica, o laço conjugal era dissolvido completamente, tanto que a mulher era proibida de voltar ao primeiro marido, se o segundo ou terceiro se divorciassem dela. (Dt 24.4.)

Objeção n.º 4

> *Convertei-vos, ó filhos rebeldes, diz o Senhor; porque eu sou vosso esposo.* (Jr 3.14.)

Argumenta-se, com base neste texto, que o divórcio não significava a dissolução do casamento, porque Deus dera a Israel uma carta de divórcio (3.8), mas o divórcio não implicara na dissolução da união.

O verso 1 refuta este argumento. Uma mulher judia que se divorciasse do segundo marido, não poderia voltar ao primeiro. O rompimento do primeiro casamento era total e definitivo.

Em Hebreus 8.9, o apóstolo faz referência à aliança existente entre Deus e Israel, em Jeremias 31.32, e escreve o seguinte:

> *...pois eles não continuaram na minha aliança, e eu não atentei para eles.* (Hb 8.9.)

"Pecado voluntário no qual se permanece significa apostasia, repúdio da aliança." *(Expositor's Greek Testament.)* "Esse povo que quebrava a aliança não poderia mais ser regido pela aliança da misericórdia de Deus." (Delitzch — *Commentary on Hebrews.*) "Os israelitas romperam a aliança, e Deus a anulou. A aliança foi tornada sem efeito quando eles a violaram." (*Word Studies*, de Robertson.)

A aliança do matrimônio de Jeová foi anulada e tornada sem efeito para todos os israelitas que não cumpriram suas condições. A maioria dos judeus com que Deus firmara esta aliança estará perdida para sempre. Prova disso é:

Em Romanos 9.27, Paulo cita Isaías referindo-se à nação da aliança:

Ainda que o número dos filhos de Israel seja como a areia do mar, o remanescente *é que será salvo.*

Jesus ensinou que nem todas as pessoas da aliança seriam salvas. Ele disse: "Os filhos do reino serão lançados para fora, nas trevas" (Mt 8.12). Isto significa trevas eternas. "Para eles está reservada a negridão das trevas" (2 Pe 2.17). E Judas 6 diz: "Ele tem guardado sob trevas, em algemas eternas".

Jeová jurou em sua ira que aqueles israelitas que romperam a aliança do matrimônio com ele, nunca entrariam "no descanso" (Hb 3.11, 18; 4.1-11). O casamento está dissolvido para sempre e existe um grande abismo, de modo que ninguém pode atravessá-lo. (Lc 16.26.)

Certa vez perguntei a um defensor da indissolubilidade, que levantou o argumento de Jeremias 3.8-14: "Deus estava casado com aqueles judeus que *não voltaram para ele*?" E ele não soube o que responder. Sob minha insistência, ele reconheceu seu erro. Quem ler todo o livro de Jeremias verá que Deus dissolveu sua relação da aliança com os israelitas incrédulos, pelo cativeiro e morte às mãos dos babilônicos. Mas houve um "remanescente" (uma minoria) de fiéis através dos quais Deus manteve a aliança.

Objeção n.º 5

"Se concordarmos com isso e abrirmos as portas, haverá muito abuso desse direito a um novo casamento."

Esta objeção assume a posição de que é bíblico trazer as portas trancadas. As Escrituras devem ser examinadas com base no que significam, e não com base na possibilidade de virem a sofrer abusos. Que doutrina ou privilégio bíblico não tem sofrido abusos?

O privilégio concedido pela famosa Quinta Emenda da Constituição dos Estados Unidos tem sido muito abusado por pistoleiros e comunistas, mas não

existe um só tribunal ou legislativo na América que deseje aboli-la.

Por que é que as igrejas que esposam a tese da indissolubilidade retiram as trancas e recebem em seu seio pessoas divorciadas e casadas de novo, se um ministro de outra denominação oficiar a cerimônia? E por que retiram as trancas para receber dízimos e ofertas dessas mesmas pessoas? Por que retiram as trancas para conceder-lhe o direito à Ceia do Senhor? "A coerência não é somente uma jóia; é uma gema rara."

Objeção n.º 6

Um editor de uma publicadora denominacional, que leu meu primeiro livro acerca do divórcio, escreveu-me nos seguintes termos:

> Creio que você conseguiu, com toda justiça, provar a tese a que se propôs. Mas não deu nenhum esclarecimento de como se poderá determinar a parte inocente. Não há dúvida de que tal existe, mas, provavelmente, na maioria dos rompimentos conjugais, houve erro dos dois lados.

Não temos obrigação de acreditar em todos que declaram sua inocência em questões de divórcio. Seríamos tolos se o fizéssemos. Alguns se declaram inocentes, quando realmente são a parte culpada. Quando não existem provas claras, temos que deixar assim.

Deus acreditava que havia pessoas inocentes, nos tempos do Velho Testamento. Vimos em Números 5.12-31 que quando ele amaldiçoava a esposa culpada, cujo marido suspeitava de adultério, o marido era considerado inocente. Jó disse que o adultério era um crime horrendo, que devia ser punido por juízes. Moisés cria que havia partes inocentes, porque mandava executar o culpado e libertar o inocente. O Espírito Santo afirmou que José era um "homem

justo" quando tencionava dissolver seu laço conjugal com Maria, como os homens justos haviam feito durante séculos em Israel, depois que a pena de morte para o adultério foi abolida. Paulo cria que os crentes, nos casos de divórcio examinados em 1 Coríntios 7.15, eram partes inocentes.

Jesus também deve ter acreditado na existência de inocentes, senão não teria apresentado a exceção do adultério. Certamente, ele não iria dar-nos uma lei impraticável, embora nem sempre seja fácil determinar quem é a parte inocente.

Nos casos de divórcio nos tribunais de justiça, a evidência a favor do inocente é muitas vezes convincente. E freqüentemente, ao contrário da prática comum, o tribunal concede a custódia dos filhos ao pai. E acontece muitas vezes que, em caso de assassinato por adultério, o tribunal liberta o assassino ou assassina.

Será que os crentes que se declaram inocentes não têm o direito de serem ouvidos perante um tribunal imparcial de irmãos crentes? Paulo disse o seguinte à Igreja de Corinto:

> *Não sabeis que havemos de julgar os próprios anjos; 'quanto mais as cousas desta vida?* (1 Co 6.3.)

Em tais casos, em que os crentes estão diretamente interessados e sua comunhão com a igreja é afetada, não podem eles apelar para o privilégio de Mateus 18.17 e dizê-lo "à igreja"? O Espírito Santo dá sabedoria e discernimento ao corpo de Cristo para tais casos (1 Co 12.8-10).

Os pastores em geral, depois de um longo tempo de convívio com seu povo, sabem que é a parte inocente no divórcio, principalmente quando esta já perdoou um cônjuge adúltero várias e várias vezes, e decidiu manter a união. Quando o cônjuge adúltero rejeita todas as ofertas de perdão e resolve casar-se com outro, então o caso é diferente. Nos problemas matrimoniais quase sempre existe erro dos dois lados;

mas quando uma parte errada comete adultério contra outra parte errada, então o caso toma aspectos diferentes.

Aqueles que perguntam ceticamente: "*Quem* é a parte inocente?" podem ser juízes imparciais? Concedamos a qualquer crente que se declarar inocente num caso de divórcio a chance de prová-lo. Não deve haver um "julgamento de preconceitos". "Acaso a *nossa* lei julga um homem sem primeiro ouvi-lo?" (Jo 7.51.) Em nosso trabalho de aconselhamento matrimonial, aconselhamos à parte ofendida perdoar o culpado e tentar refazer o relacionamento conjugal. Deus nos perdoa os pecados, e nós devemos perdoar aos outros. Mas quando o ofensor despreza todos os oferecimentos de perdão e se casa com outrem, será que aquele que ofereceu o perdão não deve ser considerado inocente?

Mas o ponto principal de toda a questão é saber se a lei do divórcio formulada por Cristo significa dissolução; se assim for, então ele acreditava haver pessoas inocentes, pois não nos daria uma lei impraticável.

14

Resumo das Evidências

1. Com o objetivo de expor a base histórica da questão do divórcio, citamos nove das principais fontes de referências acerca da disputa Hillel-Shammai. São as seguintes: Edersheim, *Pulpit Commentary*, Hastings, Robertson, *Jewish Encyclopedia*, Lange, Vicent, Westermarck, autoridade da *Encyclopedia Britannica*. A questão do divórcio envolvia uma disputa entre duas facções rivais, assim como também era a questão do pagamento de tributo a César. Não era do propósito de Cristo tomar partido nessas disputas; mas, ao responder às perguntas acerca do divórcio, do pagamento de tributos, ele apoiou um ou outro lado, incidentalmente.

2. Citamos Edersheim, Terry e outros autores para demonstrar que o Velho Testamento contém a chave para a interpretação do Novo.

3. Durante quatorze séculos, o divórcio, tanto para a nação judaica como para os gentios, tinha um único significado, o de dissolução, com o direito a novo casamento. Um divórcio com valor apenas de separação era desconhecido. Recorremos à origem da questão em Deuteronômio 24.1-4. Ali

vimos que depois que uma mulher se divorciava, ela poderia sair e "casar-se com outro homem". E se ela se divorciasse do segundo, poderia casar-se com um terceiro — sem ser considerada adúltera. Deus referia-se ao primeiro e segundo maridos como o "antigo marido". Se o divórcio não implica na dissolução do casamento como querem nossos oponentes, então Deus aprovou uma união adulterina e a ilegitimidade dos filhos nascidos deste novo casamento. Mas, como é impossível crer que Deus permitisse o adultério, temos que concluir, forçosamente, que o divórcio significava o rompimento total da união. Este fato derruba o argumento de que somente a morte pode dissolver completamente o casamento.

4. Cristo aprovou o divórcio judaico motivado por adultério. Ele disse: "Qualquer que repudiar sua mulher, exceto em *caso* de adultério..." A palavra empregada no texto grego *logos* (causa) significa "razão pela qual um ato pode ser realizado *com toda justica*". Citamos as maiores autoridades no grego com relação a esta definição — Bengel, Thayer, Moulton e Mulligan, Arndt e Gringrich, Westcott e Hort. O caso era questão de causa justa.

   Cristo não daria ao judeu — como de fato não deu — uma causa justa para divorciar-se de uma esposa adúltera, para depois considerar errado que ele se casasse de novo; ele não vinculou a penalidade vitalícia de "não se casar" à lei da justa causa.

5. As multidões que ouviram o pronunciamento de Cristo acerca do divórcio não precisaram de outras explicações. As pessoas às vezes indagam: "Por que Jesus não falou com maior clareza acerca do divórcio e novo casamento?" Respondemos: entenda-se esta lei do divórcio do mesmo modo que os judeus a entenderam, e o assunto ficará bem claro.

Nossos oponentes referem-se a Mateus 5.32 como um "texto isolado", mas o fato é que ele foi pronunciado perante milhares de pessoas comuns e, pela lei das probabilidades, elas nunca mais o ouviram falar sobre o assunto. E não haveria necessidade disso, pois sua enunciação em Mateus 5.32 foi completa. Não foi deixada para que Paulo a esclarecesse vinte e cinco anos depois, em Romanos 7. O judeu que ouviu Cristo proferir este texto isolado poderia ter se divorciado de uma esposa infiel, casado de novo, e morrido antes que o Saulo, adversário de Cristo, se convertesse.

Cristo aprovou o divórcio judeu causado por adultério. Se todos os que estão confusos acerca desta questão aceitassem este fato assim, veriam que não mais teriam um mistério para elucidar.

6. O termo jurídico "repudiar" estava sendo usado havia quatorze séculos com um sentido gramatical e sempre com o mesmo significado de dissolução e novo casamento. A carta de divórcio era chamada *Termo de Rompimento*. Citamos seis dicionários hebraicos e concordâncias que apóiam totalmente esta definição. Os que ensinam a tese da indissolubilidade não fornecem nem ao menos uma para apoiar sua idéia de que o divórcio significa apenas separação. Não existe nenhuma obra que possa ser citada nesse sentido.

7. O termo grego que se traduz por divórcio é exatamente o mesmo empregado no Velho Testamento. Seu significado básico é "libertar". Citamos seis fontes de referências do grego que apóiam este sentido da palavra. Provamos, citando Moulton e Mulligan, que tal era seu sentido nos Papiros. Os outros não apresentam sequer um dicionário grego para apoiar este significado de separação, pois não existe nenhum que possa ser citado.

8. É distorção modificar o significado de um termo bíblico dando-lhe um sentido que as Escrituras não lhe dão.

9. Se Cristo deixou alguma dúvida acerca do que quis dizer com a palavra "repudiar", poderia ele censurar aqueles que estão incertos quanto ao seu significado? O *Black's Law Dictionary* é o "principal dicionário jurídico da nação". Muitas autoridades concordam com esta obra que diz: "As palavras com sentido duvidoso pesarão mais contra a parte que as emprega."

10. Ao discutir a frase "exceto em caso de adultério", provamos que o termo "exceto" significa "retirar; excluir algo de uma enumeração, ou do todo de uma afirmação ou promulgação. Com referência a isso, citamos dicionários gregos e ingleses e as mais elevadas fontes de referência que apresentam centenas de citações demonstrando que a palavra *exceto* é entendida nos tribunais com esse sentido. Citamos o Prof. A. T. Robertson que apóia o mesmo sentido do termo. Bengel, autoridade em grego, também foi lembrado.

Tanto o divórcio como o novo casamento são exceções à lei que proíbe o repúdio. Quer a exceção esteja inserida no início, no meio ou no fim da cláusula, o significado dela continua inalterado.

11. Provamos que o termo "fornicação" não designa apenas o pecado pré-conjugal. Desde Agostinho até a versão *Amplified New Testament*, demonstramos que fornicação tem o mesmo sentido de impureza ou pecado sexual em geral. Para apoiar esta definição citamos vários dos principais dicionários hebraicos e gregos, e citamos Moulton e Mulligan para demonstrar que, nos papiros, o termo "fornicação" é empregado para designar "quaisquer relações sexuais ilícitas". Se há uma coisa que pode ser afirmada com certeza é a

linguagem dos papiros. Era propósito de Deus dar o Novo Testamento não somente ao povo que viveu no primeiro século, mas também a todas as gerações futuras. E quando ele fosse transmitido aos futuros povos do mundo seria com o sentido original *natural* do mundo mediterrâneo, onde ele surgiu.

Fornecemos várias referências do Velho Testamento para provar que o termo fornicação era aplicado aos pecados sexuais das pessoas casadas. Inúmeras referências foram apresentadas, também, dos apócrifos judeus e da literatura cristã mais antiga, e muitas traduções, versões e revisões, além de vários dicionários de nossa língua e dicionários bíblicos, acompanhados de referências do Novo Testamento. Não existe uma única prova que apóie o ensino de que fornicação refere-se ao pecado pré-conjugal somente.

12. Todas as tentativas para se provar que as exceções de adultério não são genuínas falharam. Citamos a *Encyclopedia Catholica* que afirma: "As palavras ("exceto em caso de adultério") são, em geral, comprovadas pelos mais fidedignos códices". O registro de Mateus apóia-se na autoridade dos mais antigos manuscritos.

    Todos os comitês de revisão mantiveram as exceções. Quando os revisores ingleses e americanos tiveram que encarar a questão, confirmaram a tradução de 1611, e conservaram as exceções de Mateus nos dois versos. Alguns dos teólogos que negam a autenticidade das exceções reconhecem que, se elas fossem genuínas, não haveria "nenhuma dúvida de que o divórcio concede ao interessado a permissão de contrair novo matrimônio". Os textos de Westcott e Hort contêm as exceções de Mateus nos dois lugares.

13. Não existe nenhuma contradição nos Evangelhos simplesmente porque apenas Mateus apresenta as exceções. Um Evangelho contém detalhes que o

outro não apresenta. Se cada um deles desse todos os detalhes dos outros, não haveria necessidade de existirem os quatro.

Edersheim, Vincent, Alford e vários outros teólogos concordam em que "os três Evangelhos sinóticos devem ser considerados em conjunto. Ver-se-á então que somente assim podem ser compreendidos." "Uma exceção encontrada num relato mais amplo deve ser aplicada ao mais curto." "Os parágrafos que contêm *matéria* peculiar a Mateus são em número de nada menos que sessenta e dois." Mateus apresenta "grandes segmentos de matéria" que são peculiares ao seu livro. "Mateus faz relatos mais completos." "Mateus ocupa o mais elevado nível de narrativa." O leitor poderá verificar isso no confronto que fizemos dos relatos paralelos de Mateus e Marcos.

Como estávamos interpretando uma lei, demonstrando a partir de autoridades em leis que uma regra semelhante é aplicada nos tribunais. "Interpretar e conciliar as leis de maneira que elas se harmonizem, é o melhor método de raciocínio." "É preciso obter do todo um sentido uniforme e consistente." Se este princípio não for aplicado à interpretação das Escrituras, como responderemos aos críticos que indagam: "A Bíblia se contradiz?"

14. Nossos oponentes perguntam: "Como é que tudo que Jesus ensinou acerca do casamento pode ser modificado por cinco palavras (*exceto em caso de adultério*)?" E nós respondemos: como é que tudo que Jesus ensinou acerca do casamento pode ser modificado para permitir a separação?

Cinco palavras podem modificar outras mil. Elas podem modificar — e modificam — todo um parágrafo ou capítulo de uma lei ou documento. Todo um conceito de lei pode ser baseado em quatro ou cinco palavras, tais como: exceto em

caso de adultério, Não matarás, Não furtarás, Não adulterarás, Não cobiçarás.

15. Quando Cristo debateu com os fariseus a questão do divórcio em Mateus 19, ele respondeu à pergunta-teste *deles* acerca da legitimidade do divórcio. A questão em foco era a lei mosaica precedente. Cristo não negou a validade da dissolução proposta pelo preceito deuteronômico, mas restringiu-o a apenas um motivo. Ele era *lícito* por qualquer motivo; agora era lícito apenas por um motivo.

16. Jesus levou os inquiridores de volta ao preceito original do casamento e demonstrou o propósito original do Criador de serem os dois uma só carne no casamento. Mas não vemos casos de adultério no princípio. Adão não era adúltero; tampouco o era Eva. O que Cristo falou aos fariseus acerca do casamento no princípio foi em resposta à sua indagação da legitimidade do divórcio "por qualquer motivo", e não se aplica ao divórcio motivado por adultério.

Jesus e os teólogos judeus estavam discutindo um casamento dissolvido pelo divórcio e não pela morte.

Nesta passagem de Mateus 19.3-9, o termo "repudiar" foi empregado quatro vezes: duas pelos fariseus e duas por Jesus. Para as autoridades jurídicas e bíblicas é fundamental a uma interpretação correta a aplicação da regra que diz que "cada palavra podé ter apenas um significado dentro do mesmo contexto". Algumas doutrinas falsas são conseqüências da violação desse regra.

No verso 9 desta passagem, Jesus permitiu o divórcio, que no verso 3 ele declara não existir desde o princípio. Isso prova que o adultério era uma exceção para tudo que ele ensinou com relação ao casamento. "Exceto" significa "excluir algo do todo de um pronunciamento" — "Excluir parte de uma enumeração em consideração".

17. Jesus não deixaria incompleta sua regulamentação do casamento para ser esclarecida pelo apóstolo Paulo vinte e cinco anos depois, em Romanos 7.1-3.

18. O divórcio por adultério não está em jogo no texto de Romanos 7.1-3. Os romanos, a quem Paulo escrevia, conheciam a lei que prescrevia que quando um judeu se divorciava da esposa, ela poderia tornar-se a esposa de outro homem, sem ser tachada de adúltera. O Dr. Edersheim escreveu o seguinte: "Os judeus crêem que uma mulher somente pode 'separar-se do marido' por dois motivos: morte ou carta de divórcio; daí o texto de Romanos 7.2,3." Quer ela fosse libertada pela morte, quer o fosse pelo divórcio, o casamento estaria invalidado e sem efeito, "morto".

19. Jesus não disse nada contra a pena de morte para o adultério. E quando a carta de divórcio substituiu a pena de morte, também não disse nada contrário a isso. É verdade que no início não havia divórcio. Mas é verdade também que na época do Gênesis os homens executavam as esposas adúlteras. Não havia necessidade de divórcio, já que elas morriam. O divórcio foi uma medida de misericórdia. A lei de Cristo manteve o direito de "eliminar o mal".

20. A carta de divórcio mosaica era o termo de divórcio oficial da nação. Homens "justos", como José, a haviam utilizado durante séculos para dissolver seu casamento com mulheres adúlteras, tanto na época do noivado como depois de consumado o casamento. Jesus nada disse contra esta prática. Qualquer judeu poderia lançar mão da carta de divórcio para separar-se de uma esposa infiel, e depois casar-se de novo, e ainda ser um homem justo.

21. Apresentamos fortes provas técnicas para demonstrar que o termo "separar" de 1 Coríntios

7.10, 11 e 15 designava o divórcio obtido nos tribunais gregos. Aos crentes dos versos 10 e 11 era ordenado que não se divorciassem dos seus cônjuges: se o fizessem, deviam permanecer "sem casar" ou então deviam "reconciliar-se", pois não tinha havido uma causa justa para o divórcio, e este não dissolvia o matrimônio, à vista de Deus. Mas a expressão "que *não se case*" prova que ele fora dissolvido *legalmente*, e era assim reconhecido pelos tribunais gregos.

Mas no caso de divórcio apresentado pelo verso 15, onde o incrédulo se divorciava do crente, a situação era diferente. Aqui Paulo não ordenava ao crente que permanecesse sem casar-se, ou que se reconciliasse. O crente não ficava "sujeito à servidão" com relação ao casamento. O Senhor reconhecia a validade do divórcio grego nestes casos, como aceitara a validade do mosaico, quando motivado por adultério. Em 1 Coríntios 7.15, a dissolução está decisivamente expressa no termo "não fica sujeito à servidão".

A lei grega prescrevia o mesmo rompimento do laço matrimonial que a judaica. Citamos os principais dicionários gregos para demonstrar isso. "Não fica sujeito à servidão" significa que a parte divorciada não estava *mais presa ao casamento*, como um escravo. Esta tese é sustentada por referências em textos de Thayer, Arndt, Gingrich, Vine, Abott Smith, Westcott e Hort.

A expressão "que não se case" do verso 11 não é repetida no verso 15, e *aquilo que não é especificado não é exigido.* Para esta tese, damos outros testemunhos de Vicent, Grotius, comentadores e reformadores dos séculos XVI e XVII, o *Pulpit Commentary*, Hastings, Alford, Lightfoot, Matthew Henry, *Expositor's Greek Testament*, os Pais da Igreja, Lutero, o Arcebispo da Cantuária e as versões de Moffat e Wuest.

O problema suscitado pelo versículo 15 ainda é o mesmo hoje, como quando um judeu ou

muçulmano se torna cristão e o cônjuge incrédulo se divorcia dele por causa de sua fé em Cristo. Para evitar o divórcio, o crente teria que renunciar a Cristo.

22. Nos casos em que há bases legítimas para a ação de divórcio, o casamento está dissolvido para as duas partes. Não percebi isso senão depois que me foi mostrado pelo Sr. Elmer Miller, o advogado de Nova York a quem já fiz referência. Ele efetuou um estudo da questão do divórcio, e concluiu que o divórcio por adultério liberta as duas partes. Ele próprio só compreendeu isso quando fez este estudo. Percebi a lógica do fato imediatamente. O divórcio não poderia dissolver a união para uma pessoa sem dissolvê-lo para a outra. Mas a parte culpada, perante Deus, leva a culpa pela dissolução do matrimônio.

23. No verso 27, Paulo menciona aqueles que se libertaram do casamento pelo divórcio. Citamos as autoridades principais, para apoiar este fato, e qualquer fato tem a força das evidências sobre as quais ele é estabelecido. Paulo disse então àqueles que haviam sido libertos (*lusis*) do casamento pelo divórcio: "Mas, se te casares, com isto não pecas..." Pessoas que não estava "sujeitas" à lei do casamento, achavam-se libertas dela. Um escravo livre não se achava mais em servidão para com seu antigo amo.

24. Alguns dos oponentes alegam que não há apoio entre os Pais da Igreja para com a tese da dissolução do casamento, mas nós provamos a falsidade dessa asserção citando Agostinho, Orígenes, Eusébio, Polêncio, Ambrósio e Latânzio. Também citamos Lutero, Calvino, Melanchton, Wesley e Spurgeon. E entre Agostinho e Spurgeon existem muitos outros. Citamos Hastings, Jamieson, Faussett e Brown, *Encyclopedia Britannica* e McClintock e Strong. A Igreja oriental consisten-

temente via no adultério uma causa lícita para o divórcio e novo casamento. Citamos que "...no Concílio de Trento a Igreja de Roma evitou condenar a posição da Igreja Oriental nesta questão".

25. Em nossas réplicas às objeções, observamos que uma das principais objeções é a do verso de Malaquias, onde Deus diz: "que odeia o repúdio". Mas demonstramos pelo texto e contexto que Deus falava aqui dos judeus que se divorciavam da esposa deslealmente. O divórcio por adultério não se acha em consideração nesta passagem. Nunca conheci um só oponente que citasse este texto de maneira justa. Não é deslealdade divorciar-se de uma esposa adúltera, ou uma mulher divorciar-se de um marido adúltero.

26. Alguns argumentam contrariamente ao divórcio citando 1 Timóteo 3.2: "É necessário, portanto, que o bispo seja irrepreensível, esposo de uma só mulher." Demonstramos também que este texto proibia a bigamia. Apresentamos várias citações do *Expositor's Greek Testament* para mostrar que na Igreja primitiva este texto era interpretado como uma referência à bigamia, e que esta tese ainda predomina entre os teólogos conservadores.

27. Outra objeção está baseada em Jeremias 3.14: "Convertei-vos, ó filhos rebeldes, diz o Senhor; porque eu sou o vosso esposo." O restante do livro de Jeremias mostra que, como aqueles judeus transgressores da aliança de Deus não voltaram para Jeová, ele os entregou ao cativeiro e à morte.

28 À pergunta: "Quem é a parte inocente?" respondemos com várias referências nos dois testamentos para indicar quem Deus considerava inocente num casamento maculado pelo adultério. As pessoas adúlteras eram condenadas à morte pela lei de Moisés. Homens "justos" faziam uso da carta de divórcio para dissolver um casamento com uma esposa adúltera. Em 1 Coríntios 7.15, *Paulo*

cria que os crentes abandonados por cônjuges incrédulos eram inocentes em questões de divórcio. Evidentemente, as pessoas estavam plenamente satisfeitas com o casamento até que o cônjuge se convertia e se tornava cristão, e por essa causa se divorciavam. Os tribunais não aceitam a tese de que não existem pessoas inocentes em casos de casamento desfeito. Em muitos casos, há erro em ambas as partes; mas quando ocorre que uma parte errada comete adultério contra outra parte errada, o caso toma aspectos diferentes.

29. A tese de divórcio sem novo casamento é apenas uma evasão do problema. Não existe nenhuma prova que apóie a tese da indissolubilidade. Está carregada de pressuposições e não subsiste quando confrontada com o teste dos fatos comprovados. Ela evita uma contestação lógica. Não existe nela nada que constitua uma base de prova. Ela quebra todas as boas regras de interpretação, e, se o mesmo método fosse aplicado a outras doutrinas, poder-se-ia fazer com que a Bíblia tomasse qualquer significado.

É, além do mais, uma doutrina incoerente. Algumas denominações que esposam esta idéia não permitem que seus pastores celebrem o casamento de pessoas divorciadas, mas as recebem no seu rol de membros, se um pastor de outra denominação oficiar a cerimônia.

Os pastores dessas denominações estão proibidos de celebrar casamentos de "quaisquer pessoas que tenham um cônjuge ainda vivo". Eis uma ilustração disso. Acontece, muitas vezes, que um homem ou mulher mata um cônjuge adúltero. Levado ao julgamento, eles apelam para a lei não escrita, e os doze jurados o libertam, de modo que pode casar-se com outra pessoa. Estes pastores, então, podem celebrar o novo casamento destes assassinos, pois quando fazem a pergunta de

praxe: "Você ainda tem um antigo cônjuge vivo?" eles podem responder: "Não!" Mas quando apanharam o cônjuge no ato de adultério, se houvessem se divorciado dele, ao invés de matá-lo, não teriam direito de se casarem de novo — pois ainda tinham um cônjuge vivo.

30. O leitor deve estar familiarizado com o que se chama, na lei civil de *Lei da Dúvida Plausível.* Uma dúvida plausível não é especulação. Ela apresenta uma base plausível para a incerteza. Pode haver fatos numa evidência que se não forem refutados, poderão levar pessoas de raciocínio justo a recusar-se a condenar um acusado. A ausência de provas suficientes constitui-se uma base para incertezas, e estas incertezas farão com que pessoas mais justas venham a hesitar. "Uma dúvida plausível é aquela para a qual se pode apresentar uma razão."

A tese da indissolubilidade deve ser rejeitada, não somente por insuficiência de provas, mas também pela total ausência delas. Poderia o leitor, após examinar as evidências, acusar de adultério a parte comprovadamente inocente que se casa de novo — sem ter uma certa dúvida?

Através dos séculos, a Igreja Católica tem sido o principal defensor desta ideologia contrária ao novo casamento. Mas para atingir seus objetivos de chegar ao ecumenismo, eles têm feito modificações surpreendentes. É bem provável que modifiquem também a tese da indissolução. Sempre adotaram várias exceções a esta regra.

Após muito estudo dos autores favoráveis à indissolubilidade, posso resumir seus argumentos em três pontos:

1. Jesus disse: "Não foi assim desde o princípio" (Mt 19.8).
2. Paulo disse: "Ora, a mulher casada está ligada pela lei ao marido, enquanto ele vive." (Rm 7.2.)

3. Na questão do divórcio, abordada em 1 Coríntios 7.11, Paulo disse à mulher divorciada "que não se case".

Possuímos muitas provas para demonstrar que todos os três pontos são distorções de versos. Em Mateus 5.32, 19.9 e 1 Coríntios, damos três exceções para estas três passagens apontadas por nossos oponentes, *e estes são os argumentos mais fortes que eles possuem*. Enfatizam a lei geral do casamento, mas ignoram as exceções à lei geral.

A prova da culpa também deve ser bem convincente de forma a não deixar a *mínima dúvida*. Nossos irmãos e irmãs inocentes que se divorciaram foram julgados e condenados por esta tese da indissolubilidade, que não tem o menor vestígio de verdade; são considerados criminosos morais, e seus filhos, ilegítimos, por uma doutrina de indissolubilidade que nunca foi realmente comprovada.

Peço ao leitor que examine as evidências e analise os fatos. "Um fato do qual se pode retirar uma inferência consitui-se uma evidência." Removamos, então, o estigma da crueldade e da desgraça que muitos de nossos irmãos e irmãs suportam por causa deste ensino não bíblico. Muitos líderes e pastores denominacionais permitem que os divorciados sejam recebidos no rol de suas igrejas, mas não os defendem contra a sutil acusação de adultério que continuamente paira sobre eles. Será que não deveríamos agir para com eles como gostaríamos que agissem conosco, se nossas posições estivessem invertidas? Que Deus nos livre de "pecar pela omissão do silêncio".

Existem outros problemas e questões acerca do divórcio além dos que abordamos, mas examinamos o assunto apenas até onde encontramos bases escriturísticas e provas para fazê-lo. Existem certos casos de divórcio de que não podemos tratar por não se enquadrarem nas exceções de

Mateus 5.32; 19.9, e 1 Coríntios 7.15. Muitas vezes, as pessoas nos dirigem perguntas acerca de casos de divórcio que não podemos responder. Este livro não pretende abordar *todos* os tipos de divórcio, mas apenas as exceções que Jesus e Paulo apresentaram. Além desses limites não podemos passar.

Nossa tese baseia-se nas evidências apresentadas. O divórcio bíblico implica na dissolução do laço matrimonial. Vamos encerrar como começamos, citando a frase do notável Bentham:

"A evidência é a base da justiça."

Apêndice

Oito Regras de Interpretação

Apresentaremos estas regras de forma resumida para que o leitor possa tê-las todas juntas. Elas constituem o centro de toda interpretação gramatical. Foram formuladas por especialistas da "ciência do significado" durante 2.500 anos; de Sócrates até os dias atuais. É impossível efetuar-se uma análise crítica sem elas. Os doutores em interpretação as adotam.

Jesus e os apóstolos empregaram estas regras, e também muitos dos mais proeminentes Pais da Igreja, bem como os principais teólogos da Idade Média, até Lutero, Wesley, Calvino, embora alguns deles não tenham sido persistentes no uso delas.

Quando os imperadores Constantino e Justiniano tentaram resolver as disputas doutrinárias de seu tempo, descobriram que as "guerras de palavras" dos teólogos eram extremamente difíceis de enfrentar, pois cada um daqueles "guerreiros" estava decidido a fazer as palavras tomarem o sentido que eles desejavam.

Isto se aplica também à confusa massa de caos doutrinário do cristianismo atual. Todas essas falsas doutrinas, ou quase todas, resultam de distorções de termos bíblicos. "O Concílio de Trento evitou uma definição clara de termos."

"Deus não é de confusão." (1 Co 14.33.) Quem,

então, é o autor desta confusão acerca dos textos de divórcio que já dura séculos? Quem são os autores de todas as confusões doutrinárias acerca de outros textos?

A Bíblia é um documento jurídico e por toda ela encontramos termos e ilustrações de cunho jurídico, aos quais se confere enorme importância. A palavra *Testamento* é um termo jurídico, e centenas de vezes Deus se refere aos seus mandamentos como sendo leis. Por que, então, nossa interpretação deve ser tachada de "legalística", sabendo-se que os autores bíblicos empregaram nela o linguajar jurídico do mundo mediterrâneo?

O apóstolo Pedro escreveu: "Temos assim tanto mais confirmada a palavra profética..." e disse também: "Nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação." (2 Pe 1.19,20.) Nunca Podemos ter uma definição segura do significado das Escrituras ou de qualquer outra obra, a menos que tenhamos um método certo para interpretar as suas palavras. Lembremo-nos sempre de que Satanás enganou a Eva com *palavras.*

Quando dois intérpretes apresentam dois sentidos diversos para um mesmo texto, deve-se aceitar aquele que melhor se harmonizar com todos os aspectos do caso. Quando todos os fatos de uma interpretação estiverem em perfeito acordo entre si, eles apresentam um todo harmônico, como as notas de um acorde musical.

A interpretação bíblica não implica apenas em conhecer um conjunto de regras, mas ela não pode subsistir sem as regras. Portanto, aprendamos as regras, e as apliquemos de maneira correta, e assim poderemos desconsiderar o que disse Jerônimo, o sábio padre latino da Idade Média: "Que tolas são as pessoas! Todas pensam que sabem interpretar a Bíblia."

Salomão disse:

Ouça o sábio e cresça em prudência... para entender provérbios e parábolas. (Pv 1.5,6.)

AQUI ESTÃO AS OITO REGRAS:

1. *Regra de Definição de Termos*

Qualquer estudo das Escrituras... deve iniciar-se com um estudo de seus termos. (*Protestant Biblical Interpretation.*) Defina-se bem os termos, e depois atenha-se aos termos definidos. (*The Structural Principles of the Bible.*)

Em última análise, nossa teologia encontra fundamento sólido somente no sentido gramatical das Escrituras. O intérprete deve observar conscienciosamente o sentido claro das palavras. (*Principles of Biblical Interpretation.*) Os autores bíblicos não poderiam cunhar palavras novas, já que elas não seriam entendidas pelos leitores, e, portanto, tiveram que empregar os termos que se achavam em uso na linguagem corrente. O conteúdo do significado destas palavras não é determinado pelos intérpretes, individualmente. Isto seria um método de interpretação dos mais errados. (*Studies in the Vocabulary of the Greek New Testament.*) (O autor) limita as definições estritamente à sua força literal ou idiomática; o que, no final das contas, constituiria a melhor, se não a única, base sólida e segura para deduções teológicas de qualquer tipo. (*Young's Analytical Concordance.*)

2. *Regra do Uso*

A bíblia toda deve ser considerada como tendo sido escrita "primeiro, para o judeu", e seus termos e expressões devem ser interpretados de acordo com o emprego feito pelos hebreus. (*Synonims of the Old Testament.*)

Cristo, então, empregou as palavras com o sentido que encontrou em uso. Ele não as alterou. (*Pulpit Commentary.*)

Jesus de Nazaré era judeu; falou aos judeus da Palestina; viveu entre eles. Falou primeiramente e

diretamente aos judeus, e suas palavras devem ter sido inteligíveis aos ouvidos deles. Era absolutamente necessário entender sua vida e ensino dentro do círculo do lugar, sociedade e vida popular. Isto seria não apenas a moldura no centro da qual colocaríamos o retrato de Cristo, mas também o próprio pano de fundo desse retrato. (*The Life and Times of Jesus the Messiah.)*

Na interpretação de muitas frases e histórias do Novo Testamento, não tem muito valor o que pensamos delas, por nossas próprias noções, mas sim o sentido que aquelas coisas tinham para os ouvintes e espectadores, segundo o costume geral e o idioma popular da nação. (*Bispo Lightfoot*, citado em *The Vocabulary of the Greek New Testament.)*

3. *Regra do Contexto*

Muitas passagens das Escrituras não poderão absolutamente ser compreendidas sem o apoio do contexto, pois muitas sentenças retiram toda a sua força e argumentação do contexto no qual se situam. (*Biblical Hermeneutics*, de Terry.) Os termos bíblicos devem ser interpretados de acordo com as exigências do contexto. (*Thayer's Greek English Lexicon; of the New Testament.)*

Cada palavra que lemos deve ser interpretada à luz das palavras que a precedem ou a seguem. (*How to Make Sense.*) (Termos bíblicos) quando retirados do contexto podem provar quase qualquer coisa. (Alguns intérpretes) torcem o sentido natural dando-lhes um sentido forçado. (Irineu, Pai da Igreja, do século II, citado em *Inspiration and Interpretation.)*

O sentido deve ser fornecido pelo contexto. (*Encyclopedia Britannica.)*

4. *Regra do Cenário Histórico*

Mesmo o leitor comum deve estar ciente de que um

pouco de conhecimento da vida e sociedade dos judeus daquela época é necessário para um bom entendimento da história do evangelho. *(The Life and Times of Jesus the Messiah.)*

No momento em que o estudante consegue captar mentalmente aquilo que o autor ou autores dos livros bíblicos tinham em mente, ele terá interpretado o pensamento das Escrituras. Se ele acrescentar qualquer coisa de seu próprio raciocínio, deixará de ser exegese. *(International Standard Bible Encyclopedia.)*

A interpretação teológica nunca pode separar-se da investigação histórica... Um sério escrutínio histórico é disciplina indispensável a toda teologia bíblica. *(A Theological Word Book of the Bible.)*

Já argumentei muito para demonstrar o papel que o estudo da História forçosamente tem num estudo inteligente da lei como é hoje... Nosso único motivo de interessar-nos pelo passado reside no esclarecimento que ele proporciona ao conhecimento do presente. (Oliver Wendell Holmes Jr., Juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, citado em *The World of the Law.)*

5. *A Regra da Lógica*

A interpretação é meramente um raciocínio lógico. *(Encyclopedia Americana.)*

Devemos empregar o raciocínio na interpretação das Escrituras — isto está amplamente demonstrado. A Bíblia chega até nós sob a forma de linguagem humana, e ela apela à nossa razão... convida à investigação, e deve ser interpretada como interpretamos qualquer outro livro, com uma aplicação séria das mesmas leis de linguagem e a mesma análise gramatical. (*Biblical Hermeneutics*, Terry.) Qual é o critério que usamos para destruir a falsa especulação teológica? Certamente é o critério da lógica e da evidência... os intérpretes que não passaram pela depuradora experiência da lógica...

talvez tenham formado noções inexatas de implicações e evidências. Freqüentemente tais pessoas empregam uma base de raciocínio que constitui uma clara violação das leis da lógica e da evidência. *(Protestant Biblical Interpretation.)*

Um dos princípios de lei mais firmemente estabelecidos na Inglaterra e nos Estados Unidos é "a lei significa exatamente aquilo que diz, deve ser interpretada e observada exatamente como está escrita." Este princípio aplica-se tanto à interpretação da lei como à da Bíblia. *(The Importance and Value of Proper Bible Study.)*

Carlos Finney, advogado e teólogo, é por muitos considerado o maior teólogo e mais bem sucedido avivalista, depois dos tempos apostólicos. Muitas vezes ele se viu em sérios conflitos com os teólogos de seus dias, pois estes não observavam as regras de interpretação. Finney disse que interpretava as passagens bíblicas do mesmo modo como "interpretava a mesma passagem ou uma semelhante num compêndio de leis". (Autobiografia.)

Finney enfatizava a necessidade de definições e lógica na Teologia, e disse que a Bíblia deve ser compreendida através de "princípios justos de interpretação como os que seriam reconhecidos numa corte de justiça." *(Teologia Sistemática.)*

6. *Regra do Precedente*

Não devemos contrariar um uso estabelecido de uma palavra, usando outra interpretação para a qual não há precedente (*The Greek New Testament for English Readers).*

A habilidade profissional dos advogados em debater uma questão de lei, e dos juízes ao decidi-la, portanto, ocupa-se principalmente com um estudo crítico dos casos antecedentes, a fim de determinar se o caso anterior apoiava realmente uma doutrina indicada. *(Introduction to the Study of Law.)* A

primeira coisa que ele (o juiz) faz é comparar o caso que se encontra diante dele com os precedentes... Nos casos precedentes encontram-se os conceitos básicos que constituem os postulados do raciocínio jurídico, e também os hábitos de vida, instituições da sociedade, nas quais estes conceitos tiveram sua origem... Os precedentes cobrem terreno tão amplo, que estabelecem um ponto de partida para o trabalho do juiz. Quase invariavelmente, seu primeiro passo é examiná-los e compará-los. Trata-se de um processo de busca, comparação, ou pouco mais que isso. (Benjamim Cardozo, Juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos — *The Nature of the Judicial Process*, citado em *The World of the Law.*)

7. *Regra da Unidade*

É essencial a uma boa interpretação das Escrituras que as partes de um documento ou instrumento sejam formuladas com base no significado do todo. *(Dean Abott — Commentary on Mathew.)* Quando uma transação é efetuada por meio de vários documentos de modo que, reunidos, formem parte de um todo único, estes documentos são considerados como sendo um só. (Eles devem ser lidos) obedecendo-se a uma interpretação que os torne mais consistentes. *(Interpretation of Documents.)*

8. *Regra da Inferência*

Na lei das evidências, uma inferência é um fato racionalmente deduzido de outro fato. É uma conseqüência lógica. É um processo de raciocínio. É tirar uma conclusão de um fato ou premissa estabelecidos. É a dedução de uma proposição, a partir de outra. É uma conclusão retirada de evidências. Um fato ou proposição inferida, embora não tenha sido apresentada expressamente, é suficiente para ter força de lei. Este princípio é adotado pelas cortes de justiça. (Jesus provou a ressurreição dos mortos para os incrédulos saduceus, fazendo

uma aplicação desta regra. (Mt 22.31,32.) *(Encyclopedia Britannica* e *Back's Law Dictionary.)*
A proposição de um fato é provada quando sua veracidade é estabelecida por evidências legais e satisfatórias. Por evidência legal entende-se a evidência admitida pelo fato a ser comprovado. Por evidência satisfatória entende-se o volume de provas que comumente satisfazem plenamente uma pessoa com isenção de mente. Os fatos das Escrituras ficam, portanto, provados quando são estabelecidos por um tipo e grau de evidências que nos casos normais da vida satisfariam a mente e a consciência de um homem comum. Quando estamos de posse deste tipo e grau de evidência é absurdo exigir-se mais. *(Teologia Sistemática*, de Strong.)

Seria fácil citar muitas outras autoridades bíblicas e jurídicas na questão da interpretação e evidências, mas isso implicaria em repetições desnecessárias.

O Autor

O Rev. Guy Duty nasceu em Alexandria, Virgínia, a 10 de março de 1907. Foi ordenado pastor em 1931, e tem exercido seu ministério pastoral e magistério nos estados de Virgínia, Carolina do Norte, Maryland, Nova Jersey e Nova York. Seu trabalho tem encontrado ampla aceitação em igrejas de várias denominações.

O Rev. Duty tem dedicado a vida ao estudo da Bíblia e ciências correlatas. Seus escritos se caracterizam pela clareza de um professor habilidoso, pela meticulosidade de um advogado e a visão de um profeta.

A LEI DO DIVÓRCIO FOI APROVADA.

Poucos projetos de lei têm sido defendidos com tanta paixão e, também, atacados com tanta veemência. No entanto, quer nos agrade ou não, o divórcio agora é uma realidade no Brasil.

- **Qual deve ser a reação do cristão?**
- **Qual seria a posição bíblica para as igrejas?**
- **Quais os efeitos do divórcio nos padrões morais do país?**

DIVÓRCIO e Novo Casamento

é um livro para ajudar o cristão a alcançar uma boa compreensão do problema e a ter uma atitude de compaixão, sem, contudo sacrificar sua lealdade às Sagradas Escrituras.

Com a convicção de que Deus não é autor de confusão, e nem de injustiça, o pastor Guy Duty enfrenta com ousadia questões as mais angustiantes, como:

- **A dissolução do casamento — a não ser por morte — é possível?**
- **Por que motivos?**
- **Se o casamento foi dissolvido, um novo matrimônio gozaria da aprovação de Deus?**

O Rev. Guy Duty é um pesquisador por natureza, intérprete da Bíblia por vocação e pastor no melhor sentido da palavra. Sobre este livro ele diz: "A questão do divórcio não me afeta pessoalmente, pois não sou divorciado. Mas ela constitui um sério problema para nossas igrejas, e deveríamos ter a coragem de encará-lo com um estudo completo e imparcial.
. . . Estude os fatos. Leia, pense, volte a ler. É possível que se surpreenda com o que aprenderá."

Editora Betânia
Caixa Postal 10 — 30.000 Venda Nova, MG